



Janaína Miranda Cruz

Sentidos dos afetos

*uma abordagem
psicossocial às famílias
em situação de pobreza*



Sentidos dos afetos
uma abordagem psicossocial
às famílias em situação de pobreza

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
Rossieli Soares da Silva

Universidade Federal do Ceará - UFC

Reitor
Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Prof. Almir Bittencourt da Silva

Imprensa Universitária
Diretor
Joaquim Melo de Albuquerque

Conselho Editorial
Presidente
Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros
Prof.^a Angela Maria R. Mota Gutiérrez
Prof. Ítalo Gurgel
Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Sentidos dos afetos
uma abordagem psicossocial
às famílias em situação de pobreza

Janaína Miranda Cruz



Fortaleza
2018

Sentidos dos afetos: uma abordagem psicossocial às famílias em situação de pobreza.

Copyright © 2018 by Janaína Miranda Cruz

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos - Benfica - Fortaleza - Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Yvantelmack Dantas

Normalização bibliográfica

Luciane Silva das Selvas

Projeto visual

Sandro Vasconcellos

Diagramação

Thiago Nogueira

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

-
- C957s Cruz, Janaína Miranda.
Sentidos dos afetos [livro eletrônico] : uma abordagem psicossocial às famílias em situação de pobreza [livro eletrônico] / Janaína Miranda Cruz. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.
2816 Kb. : il. color. ; PDF - (Coleção de Humanidades - UFC)
- ISBN: 978-85-7485-338-3
1. Afetividade 2. Psicologia 3. Pobreza. I. Título.

A Deus, minha fonte de inspiração que me concede ousadia para questionar realidades e propor possibilidades. Aos meus pais, irmãs e amigos pelo apoio e carinho.

Prefácio

CAMINHOS DOS AFETOS

O desafio de estudar os afetos das famílias em situação de pobreza nasce de uma vinculação afetiva e profissional da autora a partir das suas vivências no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e da pesquisa sobre as implicações psicossociais da pobreza, desenvolvida no Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará.

Podemos falar de uma obra – resultado da elaboração de sua dissertação de mestrado – que parte de uma afetação com as pessoas que vivem essa realidade tão difícil e injusta que é a situação de pobreza. Ela rompe com a neutralidade científica ao adentrar no universo dessas famílias que abrem as portas de suas casas e acolhem a pesquisadora. Qual é o segredo dessa pesquisa social? Acreditamos que esse caminho foi construído com a vinculação que a autora desenvolveu no contato sistemático com os participantes por meio do acompanhamento de suas atividades no CRAS Conjunto Esperança localizado na cidade de Fortaleza (CE).

Nas palavras da pesquisadora sua inquietação maior passa a ser

a visão naturalizada de que as famílias pobres são acomodadas e desestruturadas à medida que suas relações afetivas se encontram fragilizadas ou rompidas, cujos sentimentos e emoções os direcionam a assumirem posturas resignadas e fatalistas, que estão presentes na cultura capitalista.

Surge a possibilidade de buscar compreender os sentidos dos afetos que essas famílias construíram e sentiram em suas trajetórias pessoais e familiares.

Devido à complexidade e à sutileza do tema de pesquisa, a diversidade de recursos metodológicos abrange a construção dos dados por meio de observação-participante, questionário, oficinas temáticas e entrevistas nos domicílios das famílias pesquisadas. O processo de planejamento e de execução do caminho metodológico contou com a habilidade e o cuidado da pesquisadora com cada etapa desenvolvida no período de seis meses de inserção e vinculação que construiu com a equipe de profissionais do CRAS e com o grupo de participantes da pesquisa. As descrições de cada etapa associando a teoria aos dados estão apresentadas, como também está o perfil das pessoas e famílias pesquisadas, a forma de análise dos dados e o compromisso social e ético da pesquisa.

Para compreender e interpretar o material advindo da diversidade metodológica, desenvolveu-se uma construção teórica que dialogasse com esses dados de forma a integrar teoria e realidade. A opção foi apresentar de forma conjunta e articulada a teoria e os dados, sem separação entre eles, e desenhar capítulos que propiciassem essa integração.

No capítulo “Famílias em Foco”, vamos conhecer os contextos e as vivências dos participantes da pesquisa a partir da realidade familiar, da situação de pobreza e da sua inserção na política pública de Assistência Social. Encontraremos relatos das famílias que evidenciam problemáticas sociais como as privações advindas da situação de pobreza, desemprego, gravidez inesperada, violência doméstica, dificuldades de acesso aos direitos sociais, dentre outros. O apoio social, que é uma forma de enfrentamento a situação de pobreza, se faz presente nas relações familiares, no relacionamento com a vizinhança e com o CRAS. Há dificuldades nas relações comunitárias, mas também há espaço de cooperação e afetividade.

No capítulo “A afetividade que deseja e a afetividade que se implica”, a família é um espaço propício a afetações de onde surgem afetos de mágoas, decepção, ciúme entre irmãos e raiva. Entretanto, também estão presentes relacionamentos harmoniosos, amorosos e alegres. Quanto às relações com a vizinhança e com as políticas públicas, a gratidão e a benevolência são afetos que alimentam o apoio social recebido. A vivência em situação de pobreza aflora afetos de tristeza, vergonha e humilhação. Os processos de discriminação re-

lacionados à pobreza estão marcados em suas vidas. Surge a crença em Deus para poder seguir adiante, retratada em sentimentos fatalistas que amenizam a dor e o sofrimento e que propiciam uma forma de sobrevivência em um contexto tão perverso e desigual.

A ousadia de desvelar o mundo dos afetos de famílias em situação de pobreza é a marca desse livro e da pesquisadora. Poder compartilhar esse mundo tão pouco estudado e pesquisado que são os afetos, mesmo dentro da Psicologia, impulsiona reflexões sobre como os afetos estão presentes em nossas vidas e o quanto não são falados, pesquisados e vivenciados. Esse livro não publiciza somente a realidade dos afetos de pessoas em situação de pobreza, mas apresenta o quanto a contradição faz parte da vida afetiva. Não há somente um padrão, mas sim afetos que se complementam. Assim é o ser humano, independente da sua classe social.

Desejamos que esses caminhos dos afetos com que a autora nos brinda possam afetar vidas e abrir portas e janelas para um mundo que clama por mais sensibilidade, cooperação e solidariedade.

Verônica Moraes Ximenes

Professora Associada da Graduação e Pós-graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Dezembro de 2016.

Sumário

INTRODUÇÃO 12

PERCURSOS TRILHADOS 20

Algumas palavras iniciais 21

Natureza do percurso 25

O lugar onde tudo começou: CRAS Conjunto Esperança 27

Participantes 33

Recursos para construção de dados 47

Procedimentos de análise de conteúdo 57

Compromisso social ético 60

FAMÍLIAS EM FOCO 62

Afinal, para que serve a família? 63

“Dois bicudos não se beijam”, ou será que se beijam? 69

A questão da pobreza 81

Vida das famílias em condição de pobreza 88

Família e política pública no Brasil 121

A AFETIVIDADE QUE DESEJA E A AFETIVIDADE QUE SE IMPLICA 127

A perspectiva filosófica da afetividade 128

A emoção como função psicológica superior mediada
socioculturalmente 134

Implicações psicossociais dos afetos 139

A rede de afetos das famílias pobres 143

A influência ideológico-afetiva na perspectiva de futuro das
famílias 179

CONSIDERAÇÕES FINAIS 184

BIBLIOGRAFIA 191

A AUTORA 206

INTRODUÇÃO

O interesse pela presente pesquisa partiu do envolvimento diário e laborativo da pesquisadora durante três anos com famílias em situações de risco e vulnerabilidades sociais,¹ que são amparadas pela Política Pública de Assistência Social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), importante equipamento social que tem como responsabilidade assegurar a entrada dos usuários na rede de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS mantém como um dos eixos estruturantes de sua política a matricialidade sociofamiliar, que defende a centralidade da família, sendo esta, portanto, alvo de todas as ações e serviços da proteção social, justificando assim a escolha de famílias assistidas pelo CRAS como centro deste estudo, por ser o público alvo dessa Política.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define a família como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda ou dependência econômica (BRASIL, 2005). Entretanto, a família é também encarada como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e violência. É importante notar que a capacidade ou não do grupo familiar em desempenhar suas funções básicas depende de sua relação com a sociedade, seus valores, sua

¹ A Política Nacional de Assistência Social/2004 caracteriza a vulnerabilidade como sendo decorrente de uma ou mais das seguintes situações: pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado (BRASIL, 2005).

organização interna, necessidades e potencialidades, entre outros, e por isso a intervenção com as famílias obrigatoriamente leva em consideração sua singularidade, seus recursos afetivos e sua vulnerabilidade no contexto social (BRASIL, 2005; BRASIL, 2012).

Por conviver com esse público, observou-se que as vivências familiares sofrem influência do contexto socioeconômico, em que a condição de pobreza muitas vezes levava as famílias a estratégias de sobrevivência desagregadoras, como o trabalho infantil, a vivência em situação de rua, entre outros, que denotavam muitas vezes a fragilidade das relações afetivas familiares. Esse processo de fragilização desencadeava sentimento de culpa e impotência que imobilizava os responsáveis familiares diante da situação de pobreza, conferindo à perpetuação de relacionamentos desastrosos no âmbito familiar, o único modo de solucionar as situações de crise vivenciadas.

Ademais, os membros das famílias acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado pelo CRAS, remetiam-se, tanto em seus atendimentos individuais quanto em sua participação nas oficinas ou nas visitas a seus domicílios, às suas dificuldades de sobrevivência e de convivência familiar e comunitária. Isso em razão de estarem inseridos em um território de violência, marginalização, precária habitação e com limitações no acesso aos serviços públicos, tanto em relação à distância de suas moradias dos equipamentos públicos como pela falta de profissionais e equipamentos suficientes e necessários para atender a demanda da população, realidade reveladora de um cenário de pobreza.

No contato com essas famílias, evidenciava-se em seus discursos, uma multiplicidade de emoções e sentimentos de tristeza, impotência, medo, cansaço, conformismo, raiva e indignação, frente a sua realidade, assim como também, de alegria mediante as suas conquistas. Tais percepções despertaram o interesse em compreender como as famílias davam sentido às emoções e aos sentimentos experimentados por elas no contexto de pobreza em que vivem. Isso levou a problematizar a dimensão afetiva do sujeito, na medida em que esta não pode estar dissociada do seu contexto social, repercutindo tanto no seu modo de pensar, sentir e agir.

Com essas discussões infere-se, portanto, que os afetos e as emoções são desenvolvidos historicamente dentro de um contexto

social e ideológico que, em meio a uma realidade adversa de pobreza e uma cultura opressora, podem levar a um padecimento das potencialidades do sujeito favorecendo apenas uma reação resignada e fatalista, fomentadora de uma característica do modo de ser do indivíduo pobre. Essa postura diante da situação de pobreza, ou seja, essa forma de implicar-se com a sua realidade, é desveladora de uma Cultura da Pobreza, termo descrito pelo antropólogo Oscar Lewis (1966, p. 21, tradução nossa), uma vez que constitui “tanto uma adaptação como uma reação dos pobres [...] Representa um esforço para manejar os sentimentos de impotência e desesperança que se desenvolvem ante a comprovação [...] de que é improvável ter êxito seguindo os valores e fins da sociedade”.²

Atrelados a isso, há os aspectos ideológicos impostos pela cultura que fortalecem o modo de ser dos sujeitos pobres em decorrência de preconceitos ligados às pessoas que vivem nessa condição. Tal como demonstra Barretto (2014) quando afirma que ainda há preconceitos sobre uma suposta acomodação dos pobres mediante as ações do governo. Souza (2010) apresenta também em sua investigação dados que corroboram tal pressuposto identificando o caráter preconceituoso dos profissionais que atuam em serviços socioassistenciais. Esses profissionais, em sua maioria, classificaram as famílias atendidas por eles como desestruturadas e desarmoniosas, à medida que não proporcionam espaços privilegiados de bons encontros afetivos, apontando a falta de estrutura como a fonte dos problemas de seus membros.

De forma semelhante, Yunes (2001) encontrou em sua pesquisa com trabalhadores sociais, discursos que também rotulavam as famílias que atendiam como sendo desestruturadas em face de não haver uma configuração nuclear (pai, mãe e filhos) e por haver demonstrações de violência intrafamiliar, como o abandono e negligência das crianças e o consumo de drogas. Entretanto, avaliar apenas essa perspectiva leva ao risco de perpetuar concepções re-

² No texto original: “an adaptation and a reaction of the poor [...] It represents an effort to cope with feelings of hopelessness and despair that arise from the realization [...] of the improbability of their achieving success in terms of the prevailing values and goals” (LEWIS, 1966, p. 21).

ducionistas sobre famílias pobres, dissonantes dos modos com que significam as suas vivências.

Desse modo, anuncia-se o problema de pesquisa que orienta esta investigação, a saber: a visão naturalizada de que as famílias pobres são acomodadas e desestruturadas à medida que suas relações afetivas encontram-se fragilizadas ou rompidas, cujos sentimentos e emoções os direcionam a assumirem posturas resignadas e fatalistas frente à sua realidade. Trata-se, portanto, de uma visão naturalizada, simbolizada a partir de definições cristalizadas frequentemente utilizadas para estigmatizar as famílias pobres, instituídas pelos aparelhos disciplinadores existentes em nossa sociedade (SARTI, 2015).

Entretanto, cabe ressaltar que é nas relações afetivas entre os indivíduos, seja com os membros do grupo familiar ou com outras pessoas externas ao grupo, que podemos observar a promoção de autonomia ao se priorizar o sentimento de solidariedade. Nesse aspecto, ampara-se em Vygotsky (2001) ao pontuar que a base do psiquismo humano é a imaginação, a criatividade e a expansão. Desse modo, o indivíduo pode encontrar as mais variadas alternativas para sobreviver em condições de existência desumana, demonstrando, com isso, seu potencial de (re)agir frente às condições adversas.

Essa perspectiva leva à observância da capacidade do ser humano de desenvolver-se e de expandir-se em suas potencialidades, o que dependerá apenas da forma como dão sentido à sua vivência. Tal capacidade de expansão é denominada por Espinosa (2015) de *conatus*, que se constitui em uma força propulsora interna que leva o indivíduo a perseverar no seu ser, ou seja, na sua própria existência.

Os sentidos produzidos a partir das interações sociais no contexto comunitário permeado pela pobreza ditam o modo de reagir frente a essa realidade e remete-se à afetividade, na medida em que, na perspectiva de Vygotsky (2001), são perpassados nos processos de construção que lhes originam, pelas tendências afetivo-volitivas dos sujeitos. Neste aspecto, os afetos funcionam como organizadores internos cujo pensamento e ação se originam na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, desejos, interesses, impulsos, emoção e sentimento do sujeito advindas da relação com outrem e com o meio.

Cabe salientar que, para fundamentar as discussões deste trabalho, lançou-se mão das perspectivas teóricas da Psicologia Social

associadas à teoria Histórico-Cultural de Vygotsky e da Filosofia de Espinosa. Com isso, a perspectiva de estudo da afetividade, nesta investigação, baseia-se nas concepções de afeto, sentimento e emoções discutidos dentro das vertentes da filosofia espinosana e da perspectiva histórico-cultural, sem que, contudo, uma anule a outra, mas se complementem. Para tanto, optou-se por avistar a afetividade enquanto sentimentos e emoções originados das (e nas) afecções corpóreas ocorridas a partir da interação do sujeito com o outro e com o mundo. Da mesma forma, importa investigar como os indivíduos se implicam, isto é, agem e se posicionam frente à vivência de pobreza, sem desconsiderar que as formas de implicação têm base afetiva.

Nesse sentido, compreender a afetividade enquanto categoria indispensável para a análise deste estudo abrange examinar a influência psicossocial emergente no sujeito pobre que impacta em suas (re)ações, posto que, a afetividade deve ser compreendida como uma dimensão que influencia as ações humanas. Dessa forma, parte-se para o seguinte questionamento: quais os sentidos dos afetos constituídos na vivência de pobreza das famílias acompanhadas pelo CRAS?

Entende-se, portanto, que os afetos são constituídos nas relações sociais, seja com outras pessoas ou até mesmo com o meio. Por esse motivo, não se pode deixar de observar como essas famílias que vivem em situação de pobreza são afetadas nas suas relações familiares, comunitárias e no acompanhamento da política pública, sabendo que a forma com que elas dão sentido a essas relações depende do processo de interação.

A partir dessas considerações, é que se buscará compreender melhor as categorias propostas neste trabalho, cujo objetivo geral é compreender os sentidos dos afetos das famílias acompanhadas pelo CRAS que vivenciam situação de pobreza. Há ainda os objetivos específicos de descrever a situação de pobreza vivenciada pelas famílias; compreender os afetos dos sujeitos pobres nas suas relações interpessoais, familiares, comunitárias e com o CRAS; e relacionar os sentidos dos afetos à vivência de pobreza.

É importante acrescentar que neste estudo a pobreza é concebida em uma perspectiva multidimensional e compreendida como privação das capacidades básicas, conforme defende Sen (2010), pri-

vação que pode prejudicar o exercício da liberdade. Neste aspecto, as formas de privação seriam: “fome coletiva, subnutrição, pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, água tratada, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social, negação da liberdade política e dos direitos civis básicos” (SEN, 2010, p. 29).

Nesta visão, embora também se considere o desprovento monetário como um tipo de privação, pondera-se que o olhar focado apenas na ausência de renda é insuficiente para dar conta das experiências de pobreza que envolve outros tipos de privações. Sobressai-se, portanto, a visão de que a pobreza é um fenômeno multifacetado constituído por aspectos sociais, culturais, políticos, materiais, monetários, simbólicos e ideológicos, em vez de meramente ser caracterizado como baixo nível de renda. Importa apreender, nesse sentido, a repercussão das diversas formas de privação em contexto de pobreza no psiquismo humano e não apenas da insuficiência de renda.

A relevância deste trabalho é avistada na necessidade de a Psicologia se apropriar do contexto da pobreza em suas múltiplas dimensões, desempenhando importantes funções sociais e políticas e favorecer o desenvolvimento de teorias e práticas que respondam às demandas da classe pobre. Além disso, o resgate do conceito de afetividade, enquanto processo indissociável do agir (ética) e do pensar (consciência), leva as discussões deste livro a um compromisso ético-político potencializador de uma práxis crítico-transformadora na medida em que a participação do sujeito, sendo ele pobre ou não, em todas as suas dimensões (social, política, comunitária), só pode assim se instituir como expressão do pensamento e do afeto (BRANDÃO, 2011).

Acredita-se, portanto, que os afetos denotam uma forma de implicação do sujeito com a sua realidade e que neles estão contidos tanto aspectos éticos quanto políticos, pois assim como afirma Sawaiá (2009, p. 366) “a emoção e a criatividade são dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade”. Por isso a defesa das famílias pobres como objeto de estudo, por acreditar que, mesmo frente às condições adversas de vida mediante a situação de pobreza, as relações afetivas (interpessoais, familiares

e comunitárias) vivenciadas por elas nesse contexto, podem potencializar suas ações e promover atitudes transformadoras emancipatórias em detrimento do aprisionamento forjado por uma cultura opressora e excludente.

Atitudes emancipatórias são favorecidas quando há o conhecimento dos afetos, ou seja, o conhecimento de suas causas verdadeiras. Tais causas, quando dirigidas pelo desejo de ser e de se expandir (*conatus*), tal como sinaliza Espinosa (2015), mobilizam os sujeitos a uma práxis de transformação positiva da sua realidade e consequentemente do coletivo (grupo familiar ou comunidade) ao seu redor, pois os afetos ocorrem a partir da interação com outro e com o meio. Desse modo, emancipar-se significa exercer sua autonomia; afirmar-se em sua singularidade e desarraigar-se da passividade frente a uma realidade opressora, excludente e estigmatizadora; lutar contra o medo e a desesperança que o aprisionam em uma servidão cega; potencializar-se e perseverar em seu ser.

Nesse aspecto, o conhecimento dos afetos em meio a uma realidade adversa pode direcionar um novo olhar sobre a família pobre, de tal forma que contribua para a elaboração de propostas de intervenção da Política Pública de Assistência Social. Destaque-se que essas propostas devem, de acordo com Botarelli (2011), ser orientadas pelo pressuposto de que a emoção e a afetividade são determinantes para trabalharmos com a emancipação das pessoas, e de que se procure entender a realidade concreta das potencialidades de cada família e a situação vulnerável a que estão submetidas.

Este livro encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o local em que foi realizada a pesquisa assim como a caracterização dos participantes e os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos para este estudo. Para tanto, toma-se como base uma abordagem qualitativa associada ao tipo de pesquisa-intervenção, cujos processos de construção de dados envolvem observação participante, aplicação do Questionário Socioeconômico, a realização de oficinas e de entrevistas com o grupo familiar. Os dados obtidos no decorrer da pesquisa foram analisados conforme a proposta da Análise de Conteúdo do Tipo Temática de Lawrence Bardin com auxílio do *software* de análise qualitativa Atlas Ti 5.2.

No segundo capítulo, discute-se o conceito de família a partir da concepção dos participantes da pesquisa apresentando a influência dos aspectos históricos, culturais e ideológicos que acabam por repercutir na forma que essas famílias se organizam. Além disso, é posta em destaque a condição de pobreza que essas famílias vivenciam e o modo como estabelecem relações na comunidade. São postas também em discussão a visão estigmatizadora da família em situação de pobreza e as ações estatais por meio de políticas públicas voltadas para a proteção social dessas famílias, elucidando como essas ações repercutem em suas vidas.

No terceiro capítulo, a afetividade é abordada inicialmente em sua perspectiva filosófica, social, histórica e cultural, retratando a compreensão da emoção como uma função psicológica superior mediada pelas intersubjetividades. Depois disso, seguem-se os conteúdos teóricos associados aos dados emergentes na vivência de campo, apresentando reflexões quanto aos afetos observados e suas implicações na vida das famílias pobres. Conclui-se este trabalho com considerações e apontamentos com o intuito de favorecer a reflexão sobre possíveis caminhos que favoreçam práticas libertadoras mediante a situação de pobreza vivenciada pelas famílias, tendo por base o conhecimento dos afetos.

Percurso trilhado

A convivência com famílias que se encontravam em situação de pobreza, tão estigmatizadas a partir de crenças arraigadas no senso comum como desestruturadas e de relações afetivas fragilizadas ou rompidas, suscitou a curiosidade em investigar as apreensões dos afetos advindos de suas relações intersubjetivas, fossem elas intrafamiliares ou com outros moradores da comunidade que também podem ser considerados como pessoas de referência a essas famílias. Estas circunstâncias instigaram a reflexão sobre a melhor metodologia, uma que permitisse a inserção da pesquisadora no campo a fim de apreender as significações das famílias e estimular sua participação no processo de construção de dados sobre a realidade que vivenciam, bem como para alcançar a dimensão subjetiva e afetiva desses sujeitos.

Tal como dispõe Vygotsky (1995, p. 47, tradução nossa), “o objeto e o método de investigação mantêm uma relação muito estreita”, por isso o cuidado no processo de delineamento metodológico. Parte-se então para a apresentação do desenho metodológico definido em coerência com a fundamentação epistemológica empregada, com os objetivos a serem alcançados, com a realidade do contexto de investigação e com os modos de interação entre pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Portanto, será descrita neste capítulo, a natureza qualitativa da pesquisa e o seu tipo, o campo de estudo, os participantes, os recursos metodológicos adotados para a construção e análise de dados, o compromisso social e os aspectos éticos envolvidos no estudo.

Entretanto, antes de expor o percurso metodológico seguido para o alcance dos objetivos da pesquisa, parte-se inicialmente para algumas

considerações sobre o método que, por sua vez, influenciou a observação do objeto de estudo e a forma de analisar e interpretar os dados.

Algumas palavras iniciais

As questões metodológicas foram alvo de preocupação de Vygotsky na constituição de uma Psicologia Geral, ao se contrapor aos fundamentos metodológicos da ciência de sua época, que mantinha forte tendência mecanicista e idealista, mesmo considerando “que ambas podem ser caracterizadas como tendências metafísicas em oposição a uma psicologia concreta” (ZANELLA et al., 2007, p. 27). A partir de sua crítica, Vygotsky (2000) abriu espaço para uma nova discussão que envolve orientações metodológicas baseadas no método materialista dialético e histórico.

Quanto aos procedimentos metodológicos auferidos por Vygotsky que se encontram disseminados em suas obras, Zanella et al. (2007) elencam algumas categorias que também são relevantes para a análise do objeto de estudo desta pesquisa, a saber: a relação problema, método e técnicas de investigação; a relação entre singular e coletivo; a história e a dialética como bases metodológicas; os princípios do método; a investigação dos sentidos reconhecidos como unidades de análise da psicologia histórico-cultural.

A primeira categoria se reporta ao problema da crise dos fundamentos metodológicos da ciência, pois estes não se configuravam como métodos que se direcionavam para uma psicologia geral e concreta, tendo em vista a sua diversidade caracterizada pelas tendências materialistas, mecanicistas, idealistas e metafísicas. Nesse sentido, para superar tal impasse, comentam Zanella et al. (2007), Vygotsky propôs a investigação do ser humano em sua totalidade, sendo ele o objeto de estudo por excelência, a partir de uma psicologia social e dialética. O homem é considerado um ser histórico, sendo constituído e constituinte nas e pelas relações sociais por meio do processo de mediação. Desse modo, sendo a família um lugar de reprodução social e o berço das relações afetivas, é relevante considerar o sujeito em sua totalidade e observar o movimento dialético das funções psíquicas que são potencializadas nas interações.

A categoria da relação entre singular e coletivo enfatiza o ser humano como uma manifestação singular influenciada pelas relações sociais. Nesse aspecto, o indivíduo não pode ser concebido como isolado de seu contexto, visto que o psiquismo é constituído na relação do sujeito com o meio. Desse modo, “a busca pelas relações é o que nos permite conhecer a transição do coletivo ao singular e deste ao coletivo, momento considerado de extrema importância na análise, pois as mudanças de qualidade se dão justamente pela realização destes movimentos” (ZANELLA et al., 2007, p. 28).

O quesito da história e da dialética como fundamento metodológico leva em consideração que a historicidade dos processos é avistada como movimento dialético, pois o indivíduo, ao se apropriar da realidade, se apropria a partir daquilo que lhe é significativo, fomentando a sua singularidade. Entretanto, vale ressaltar que essa realidade é dinâmica e mutável, e que o sujeito a recria cotidianamente, dependendo apenas da forma como ele se apodera dela. Nisto, se encontra a chave para a transformação de si e da realidade em que o indivíduo está inserido. A análise daquilo que é significativo para o sujeito compõe uma proposta fundamental para a compreensão da potência de ação e de padecimento descrita por Sawaia (2009), que envolve a dimensão afetiva observada nas relações intersubjetivas.

Quanto ao aspecto dos princípios metodológicos, a nova abordagem analítica de Vygotsky (1991) traz consigo três bases: análise de processos e não de objetos; explicação *versus* descrição; e o comportamento fossilizado.

O primeiro princípio consiste em uma crítica à psicologia experimental de sua época cuja análise psicológica apontava para a separação do objeto em seus elementos componentes, ou seja, em suas partes. Neste caso, Vygotsky (1991) destaca a importância de analisar os processos e não os objetos, enfatizando que os fenômenos devem ser estudados não como objetos fixos e estáticos, mas como um processo dinâmico e mutável, sendo necessária a reconstrução dos estágios no desenvolvimento do processo. Quanto a este princípio, Zanella et al. (2007) denotam que o estudo do processo de desenvolvimento humano obteve um importante papel na com-

preensão das funções psicológicas superiores. Neste sentido, não se pode esquecer que as emoções são consideradas por Vygotsky (1999a) como função psicológica superior e que, portanto, devem ser analisadas em seu processo.

No segundo princípio, Vygotsky (1991, p. 44) contesta o método que se preocupava apenas com a descrição do fenômeno psicológico e não buscava explicar o seu processo, segundo ele: “a mera descrição não revela as relações dinâmico-causais reais subjacentes ao fenômeno”. Ou ainda como reforça, “[...] explicar significa estabelecer uma conexão entre vários fatos ou vários grupos de fatos, explicar é referir uma série de fenômenos a outra, explicar significa para a ciência definir em termos de causas” (VYGOTSKY, 1999b, p. 216). Dessa forma, o teórico atenta para a relevância de revelar a gênese e as bases dinâmico-causais do fenômeno psicológico, buscando compreender os elos entre os estímulos externos e as respostas internas que fomentam um determinado tipo de comportamento com o intuito de demonstrar a essência dos fenômenos e não apenas aquilo que é perceptível.

Cabe salientar que uma pesquisa de caráter qualitativo, conforme Montero (2006), se buscam os processos e esquemas de explicação usados pelos participantes para dar sentido à realidade social que constroem, o que corrobora os pressupostos de Vygotsky (1991) sobre a importância de analisar os processos e de explicá-los.

O terceiro princípio contesta a caracterização dos comportamentos considerados por Vygotsky (1991) mecanizados e automatizados que, na maioria das vezes, perdeu a sua aparência original, cujo aspecto exterior nada revela da sua natureza interna. A esse tipo de comportamento Vygotsky denominou de comportamento fossilizado em decorrência de serem processos que passaram por um longo período de desenvolvimento histórico. Desse modo, é importante analisar o fenômeno em sua forma histórica e dinâmica, requisito essencial do método dialético. Analisar o processo e não o objeto, considerando suas relações dinâmicas ou causais em uma tentativa metodológica explicativa e não meramente descritiva, constitui característica importante no estudo dos afetos de famílias em contexto de pobreza.

A última categoria remete aos sentidos como principal unidade de análise do objeto de estudo na psicologia histórico-cultural, o

que não significa dizer que os significados não sejam igualmente importantes, já que existe apenas uma diferença tênue entre esses dois aspectos, embora estejam interconectados. Desse modo, Zanella et al. (2007, p. 31) atenta para essa delicada diferenciação ao enfatizar que o significado “[...] é necessariamente compartilhado e goza de uma relativa estabilidade, provisória em razão de sua condição social e histórica; os sentidos, por sua vez, referem-se a uma dimensão essencialmente idiossincrática”. Neste quesito, pensamento e palavra estão intrinsecamente interligados e estão interconectados a todos os processos psicológicos, inclusive às emoções.

O sentido liga seu significado objetivo aos motivos afetivos e pessoais do ser humano, onde os significados passam a se constituir “no ‘filtro’ através do qual o indivíduo é capaz de compreender o mundo e agir sobre ele” (OLIVEIRA, 1992, p. 81). Daí a explicação de que por trás de cada pensamento há uma motivação afetivo-volitiva e do porquê de, para Vygostky, ser importante a busca dos sentidos no processo de investigação, já que o sentido é expressão dialética da singularidade e do coletivo ao mesmo tempo (ZANELLA et al., 2007).

A busca pelos sentidos da afetividade em famílias em situação de pobreza se configura como principal objetivo deste estudo, sendo importante compreender os conceitos de significado e de sentido para a análise dos dados a serem auferidos pelos participantes. Desse modo, a proposta metodológica deste estudo se alinha à perspectiva da pesquisa sociocultural, por entender que esta analisa “as relações entre o funcionamento humano e o contexto social” (COLAÇO, 2001, p. 16), sendo o contexto de pobreza um problema social que repercute na constituição do psiquismo humano. Além disso, Montero (2006) relata que uma das características para a compreensão do fenômeno estudado na pesquisa qualitativa é a busca do sentido a partir das informações fornecidas pelos participantes, o que mais uma vez justifica a opção por este tipo de pesquisa.

Após a tessitura de breves considerações acerca do método, faz-se necessário apresentar os caminhos que foram trilhados neste estudo para alcançar os objetivos formulados, bem como expor o contexto da pesquisa e seus participantes como segue nos próximos tópicos.

Natureza do percurso

Neste caso, para maior aproximação com o objeto de estudo em questão, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, pois esse tipo de pesquisa centra-se na apreensão e elucidação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009), importante quesito para analisar os processos afetivos que também ocorrem nas interações sociais. Além disso, normalmente os métodos da pesquisa qualitativa são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa, o que se aproximou da proposta deste estudo.

A pesquisa qualitativa permitiu adentrar um pouco mais nos sentidos que as famílias davam aos temas discutidos e no modo como uns se posicionavam frente aos outros na discussão. Neste aspecto, o termo qualitativo, de acordo com Chizzotti (2003), implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após essa experiência, o autor interpreta e traduz, com perspicácia e competências científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Ademais, a pesquisa qualitativa firma a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais, com a emancipação humana e com a transformação social (MONTERO, 2006). Isso levou a considerar a sua proposta como ideal por atentar que os sujeitos participantes deste estudo vivem sob condições adversas, carentes de possibilidades de realizar suas necessidades básicas; uma realidade que claramente necessita de transformação, sem, no entanto, excluir o potencial de cada ser humano em mudar sua situação de vida.

Dentre as diversas perspectivas de realização da pesquisa de natureza qualitativa voltadas às interações em um contexto específico, optou-se pelo enfoque da pesquisa-intervenção. Conforme Castro (2008, p. 28), este tipo de pesquisa se caracteriza pela aproximação de forma singular do pesquisador com o pesquisado “numa atividade em que ambos conhecem, aprendem e (se) transformam”. De outro modo, Portugal (2008, p. 18) destaca que essa metodologia denota um contexto de investigação em que o sujeito participante é consi-

derado como um agente social e individual, configurando-se como “uma opção política diante das formas de dominação [...]”. Ela é política porque valoriza a participação dos pesquisados os quais ganham voz ativa nesse processo, auxiliando a produção de micropolíticas de transformação social. Conforme Passos e Barros (2000), a pesquisa-intervenção alia a produção de conhecimento à intervenção social.

Dentre as diversas perspectivas da pesquisa-intervenção, Barros (2010) atenta para algumas características recorrentes deste método a partir de um enfoque sociocultural, no qual também se amparou este estudo. Elencam-se alguns pontos que explicam de forma singular os seus pressupostos, a saber: 1) a construção do conhecimento é compartilhada e edificada sob um viés sócio-histórico; 2) neste método, há uma desconstrução das oposições entre as categorias ciência e política, sujeito e pesquisador, teoria e prática em favor de uma visão holística; 3) a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa é uma condição necessária para a investigação e não um impedimento para a sua concretização. Ou seja, este modo de fazer pesquisa leva em consideração a influência histórica e social na constituição do sujeito, sendo contrária ao dualismo e favorável a uma perspectiva holística. Ao mesmo tempo, contesta a neutralidade científica, à medida que preconiza ser relevante a relação do pesquisador com os participantes no processo de pesquisa.

Resumidamente, essa proposta traz consigo a premissa de que pesquisador e pesquisados - no caso deste estudo as famílias - são partes constituintes e constituídas nos processos intersubjetivos da pesquisa, circunscrevendo os sujeitos em seu lugar social, político e histórico. Entretanto, é preciso analisar não somente como os sujeitos são construídos no processo de socialização, mas também como eles “os constroem e os reconstroem, como compreendem e interpretam suas experiências *a partir do lugar em que se encontram*” (CASTRO, 2008, p. 26, grifo do autor). Neste sentido, parte-se do princípio de que os indivíduos em contexto de pobreza, participantes deste estudo, são detentores de um saber prático do que é ser pobre e são as pessoas melhor posicionadas para descreverem suas experiências.

Cabe ressaltar também que não se pode classificar a pesquisa-intervenção como um sinônimo de pesquisa-ação. Essa prática, conforme realça Castro (2008), tem sido recorrente dada a sua pro-

ximidade conceitual. No entanto, há uma notória distinção entre essas propostas metodológicas, pois, enquanto a pesquisa-ação visa “analisar problemas reais [...] para buscar soluções, tendo em vista transformações úteis para a população” (THIOLLENT, [200-], p. 2), o que importa na pesquisa-intervenção “são os ‘movimentos’, as ‘metamorfozes’, não definidas a partir de um ponto de origem e de um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação” (PASSOS; BARROS, 2000, p. 73).

Esta última proposta é considerada mais adequada para o alcance dos objetivos desta investigação, uma vez que o interesse deste estudo não foi o de detectar problemas para gerar possíveis soluções, como propõe a pesquisa-ação, mas de elaborar um tipo de intervenção sem se preocupar com resultados definidos, proporcionando a ampliação dos espaços de expressão, reflexão e (re)elaboração de sentidos sobre questões relacionadas ao seu cotidiano. A forma metodológica escolhida neste estudo para materializar uma pesquisa de caráter interventivo foi a realização de oficinas, proposta que será explicitada mais à frente.

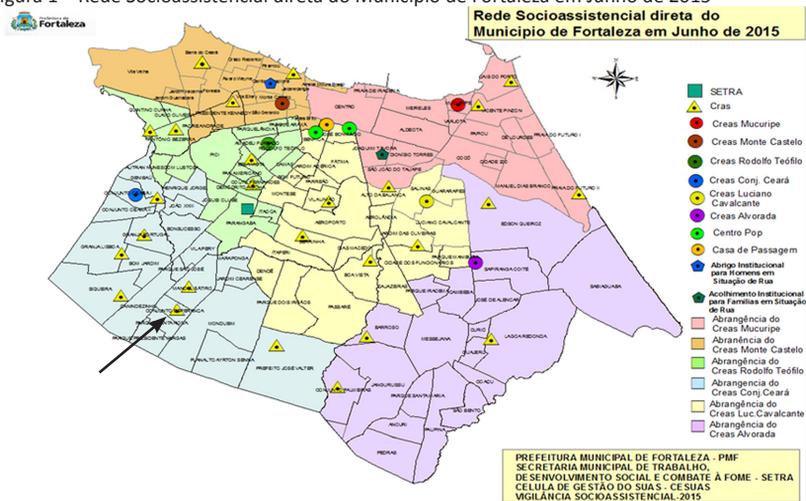
O lugar onde tudo começou: CRAS Conjunto Esperança

A escolha do CRAS Conjunto Esperança foi motivada pela experiência laboral da pesquisadora neste equipamento social durante dois anos e meio, o que proporcionou a facilidade de acesso às famílias pelo reconhecimento do território de abrangência do CRAS. Além disso, o Diagnóstico Socioterritorial (FORTALEZA, 2011) do referido CRAS apresenta dados que contribuem para a justificação da escolha do campo de estudo.

O documento em questão perfaz, de forma breve, o contexto histórico do processo de implantação do CRAS Conjunto Esperança, destacando que as informações foram concedidas por lideranças do bairro e por moradores. Eles sinalizaram a necessidade da existência de um CRAS no território pelo fato de que o equipamento de assistência social mais próximo do bairro Conjunto Esperança está localizado no bairro Mondubim, considerado pelos moradores distante da comunidade assim como dos demais bairros próximos a

ela. Além disso, outra razão que contribuiu para a implantação do CRAS Conjunto Esperança foi o indicativo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros que compõem a Secretaria Regional Executiva V³ (SER V), classificado como um dos menores do município (FORTALEZA, 2011). Segue o mapa da rede socioassistencial do município, onde pode ser observada a localização do referido CRAS destacado por uma seta.

Figura 1 – Rede Socioassistencial direta do Município de Fortaleza em Junho de 2015



Fonte: SETRA, 2015. Elaboração: Célula de Gestão do SUAS (CESUAS).

Vale salientar que, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007) a taxa de vulnerabilidade social é mensurada levando em consideração o conceito da PNAS/2004, que define como população vulnerável o conjunto de pessoas residentes em uma localidade que apresentem pelo menos uma das características abaixo:

- 1 – Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios par-

³ O município de Fortaleza é dividido em subprefeituras que compõem as Secretarias Regionais Executivas (SERs). Atualmente são sete SERs na capital cearense, a saber: Regionais I, II, III, IV, V, VI e Centro.

ticulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.

2 – Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.

3 – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.

4 – Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e analfabeta.

5 – Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.

6 – Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.

7 – Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.

8 – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.

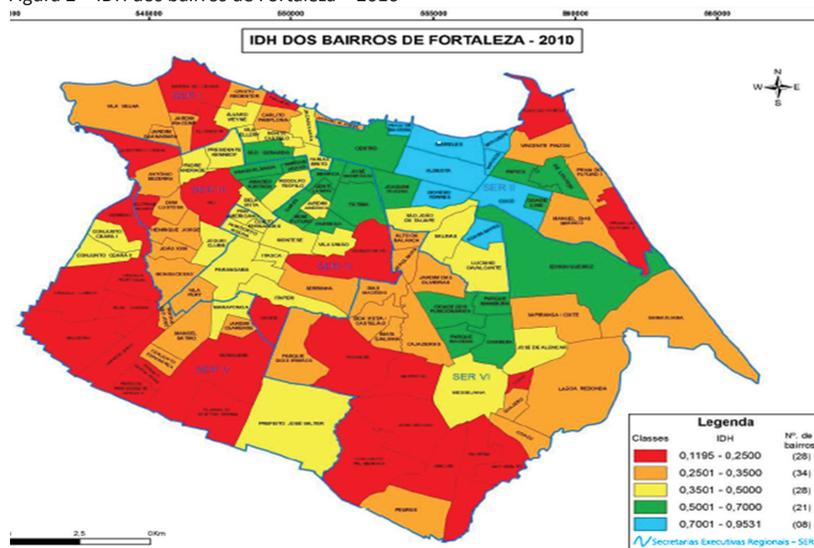
9 – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, 2007, p. 3-4).

A combinação dessas características compõe a taxa de vulnerabilidade social em um determinado município. No perfil socioterritorial dos bairros oficiais referenciados pelo CRAS Conjunto Esperança, são destacados o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, cabe salientar que atualmente o CRAS Conjunto Esperança atende um território que abrange os bairros: Conjunto Esperança, Conjunto Esperança III, Apolo XIX, Parque Santa Rosa, Parque Presidente Vargas, Jardim Fluminense, Planalto Vitória, Alto Alegre II, Parque Santana e Loteamento São Mateus. Contudo os bairros considerados como oficiais são representados pelo Conjunto Esperança, Parque Santa Rosa e Parque Presidente Vargas.

De acordo com Fortaleza (2011), os bairros oficiais Conjunto Esperança, Parque Presidente Vargas e Parque Santa Rosa apresentam respectivamente um IVS de 3,61; 5,98 e 6,29. O primeiro índice é considerado médio partindo dos padrões analisados, enquanto nos dois últimos bairros os índices são classificados como sendo elevados. No que se refere ao IDH, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE), mensurou os índices nesses bairros, a partir

dos dados do censo do IBGE de 2010, levando em consideração as dimensões da renda, educação e longevidade. Desse modo, averiguaram que o IDH do Conjunto Esperança é de 0,287, do Parque Santa Rosa de 0,243 e do Parque Presidente Vargas de 0,135, que, portanto, é classificado com o segundo pior índice quando comparado aos 119 bairros de Fortaleza (FORTALEZA, 2014). O mapa abaixo representa de modo geral as taxas de IDH por bairro.

Figura 2 – IDH dos bairros de Fortaleza – 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

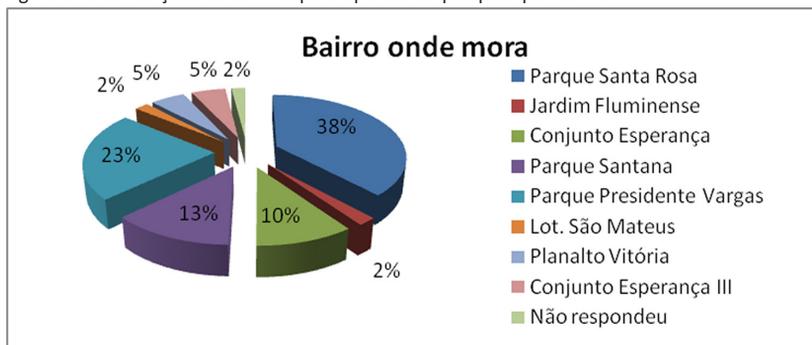
Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Fortaleza, 2014.

Igualmente, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2012) reforça esses dados ao enfatizar, em uma comparação realizada entre os bairros do município de Fortaleza, que entre o total da população extremamente pobre, que vive com renda domiciliar inferior a R\$70,00, no bairro Conjunto Esperança encontra-se uma porcentagem representativa entre 2,51 e 5% da população total do município de extremamente pobres. Os bairros Parque Santa Rosa e Parque Presidente Vargas destacam-se com índices que variam entre 7,51% e 10% e 10,01% e 26,88%, respectivamente, sendo este úl-

timo classificado entre os bairros que detêm o maior contingente de população extremamente pobre.

Com o intuito de ilustrar e comparar os bairros às taxas mencionadas referentes à pobreza monetária, opta-se por antecipar o processo de caracterização dos participantes com o demonstrativo de famílias residentes nos bairros do território de abrangência do CRAS Conjunto Esperança, como demonstra o gráfico abaixo:

Figura 3 - Distribuição das famílias participantes da pesquisa por bairro



Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que a maior parte dos participantes reside nos bairros Parque Santa Rosa (38%) e Parque Presidente Vargas (23%), considerados com maior índice de população extremamente pobre conforme o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2012). Esses dados contribuem para a percepção da real necessidade da existência de um equipamento social nessa região no qual fossem ofertados serviços da Proteção Social Básica, dentro do Sistema Único de Assistência Social. Isso porque, nesses bairros e em comunidades próximas, verifica-se uma grande demanda relacionada a precárias condições de habitação, pobreza extrema, baixa escolaridade, falta de saneamento básico, violência urbana, drogadição, entre outros.

No CRAS, são ofertados serviços e programas continuados de assistência básica e de promoção social, conforme as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/2004) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993). Dentre esses serviços,

destacam-se: o apoio às famílias e aos indivíduos na garantia dos direitos e cidadania; acompanhamento social às famílias através do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família); grupos socioeducativos e de convivência para idosos, adolescentes e crianças; atendimento psicossocial; informações sobre Cadastro Único e programas do Governo Federal; encaminhamentos para a rede socioassistencial, bem como para outras políticas; visitas domiciliares; concessão de benefícios eventuais; referência e contrarreferência dos atendimentos; requisição de Benefícios de Prestação Continuada⁴ (BPCs).

De posse dessas informações que contextualizam o campo de pesquisa, fez-se necessário, em cumprimento a componentes éticos, inicialmente solicitar a permissão à Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), órgão responsável pelos equipamentos da Política de Assistência Social em Fortaleza/CE para realização da pesquisa no referido CRAS.

Mediante a concessão da autorização da SETRA em julho de 2015, deu-se início o processo de inserção no campo de pesquisa, agendando uma visita ao CRAS Conjunto Esperança ainda no mês de agosto de 2015. A visita teve o propósito de explicar aos profissionais o objetivo e o método proposto para concretização da pesquisa, assim como de inteirar-se quanto a rotinas dos serviços ofertados, especialmente o número de famílias acompanhadas através do PAIF e as metodologias utilizadas por eles nas oficinas. Na ocasião, a pesquisadora expôs as nuances da pesquisa e de imediato foram repassadas as datas programadas das oficinas seguintes, que acabaram se configurando como as datas das visitas subsequentes realizadas pela pesquisadora.

⁴ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, não contributivo, vitalício, individual e intransferível regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal Nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993) que consiste no pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência em qualquer idade incapacitante para a vida independente e para o trabalho que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Participantes

Tendo em vista o objetivo deste estudo, destacou-se, dentre os serviços ofertados pelo CRAS, o acompanhamento social às famílias através do PAIF, essencial para a proteção de assistência social, uma vez que assegura espaços de convívio, informa e garante acesso aos direitos socioassistenciais, contribui para a gestão intersectorial local, para o desenvolvimento da autonomia, para o empoderamento das famílias e para a ampliação de sua capacidade protetiva (BRASIL, 2012). Desse modo, os participantes da pesquisa são as famílias acompanhadas no âmbito do PAIF por técnicos de nível superior, que desenvolvem ações continuadas (acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos) junto a essas famílias buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.

Para delimitação do número de participantes, do total da população de famílias que estão inseridas no PAIF, foram investigadas as famílias que participam das oficinas. Atualmente, as oficinas do PAIF no CRAS Conjunto Esperança são facilitadas por técnicos de nível superior totalizando o número de duas oficinas mensais com grupos familiares distintos sendo que o limite de participantes é de até trinta representantes familiares⁵ que, por sua vez, são incentivados a convidarem outros componentes da família para em conjunto participarem no intuito de fortalecer os laços afetivos e de convivência intrafamiliar.

Desse modo, destacam-se as oficinas com famílias como importante meio de investigação das categorias elencadas neste trabalho, por propiciarem, de acordo com Brasil (2012), a problematização e reflexão crítica das situações vividas pelas famílias em seu território, discutindo temas de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades identificadas no território. Além disso, configurou-se como importante espaço de convivência e relacionamento, pelo qual também puderam ser identificados, em seus discursos, os sentidos dos afetos bem como a influência de aspectos psicossociais emergentes durante a participação das famílias nas oficinas.

A estratégia de lançar mão das oficinas é caracterizada por es-

⁵ O representante familiar “é um membro adulto da família que responde pelo cuidado dos demais membros” (BRASIL, 2012, p. 22).

tas proporcionarem uma interação social afetiva, uma comunicação significativa e dialógica, além de propiciar uma relação mais horizontal entre pesquisadora e participantes, características denotadas durante todo o processo de facilitação das oficinas.

Vale ressaltar que a aproximação da pesquisadora a essas famílias ocorreu por intermédio dos técnicos de referência do CRAS que facilitam as oficinas do PAIF e mantêm contado direto com esses sujeitos. Ocorreu, para grata surpresa, que algumas famílias que ali estavam reconheceram a pesquisadora ainda da época em que esta exercia atividade laboral naquele equipamento social, o que facilitou a formação do vínculo bem como o aceite em participarem da pesquisa.

É válido enfatizar que os critérios estabelecidos para a seleção de participantes da pesquisa-intervenção foram: a família estar inscrita no PAIF; ter lido e aceitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou, nos casos de participantes com idade inferior a dezoito anos, ter lido e aceitado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido; comparecer no dia e horário definido para a realização das oficinas.

Cabe pontuar que se optou por aplicar o Questionário Socioeconômico (CIDADE, 2012) adaptado tanto com o intuito de contribuir para a seleção das famílias a serem entrevistadas, como para descrever as condições de pobreza em que vivem a partir de uma perspectiva multidimensional. O Questionário Socioeconômico abrange o total de 33 questões compostas por dados gerais (bairro, idade, sexo, estado civil, composição familiar religião) e por um instrumento de pobreza multidimensional que envolve a análise das dimensões: habitação, saúde, trabalho e renda, educação e autopercepção da pobreza. Esse questionário permitiu observar as condições de privações que, conforme Sen (2010), impedem o exercício de suas liberdades condicionadas pela falta de oportunidades.

Por mais que se tenha levado em consideração a observação durante as oficinas no processo de seleção das famílias entrevistadas, também foram elencados alguns critérios norteadores para a delimitação das famílias selecionadas para este procedimento metodológico. A saber: ter respondido o Questionário Socioeconômico o que contribuiu sobremaneira para a identificação e análise das privações vivenciadas pelas famílias; ter algum membro da família que participe regularmente das oficinas do PAIF, desse modo o número de oficinas

de que participaram também foi levado em consideração por entender que a participação nos serviços do CRAS pode estimular o fortalecimento de laços afetivos familiares e comunitários, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005); ter lido e aceitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ter lido e aceitado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, nos casos em que houve algum componente familiar com idade inferior a dezoito anos.

Os indicadores de privação propostos pelo Índice de Pobreza Multidimensional - IPM (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010) adaptado por Cidade (2012) foram distribuídos ao longo do questionário em questões de múltipla escolha e integram as dimensões educação, saúde e padrão de vida, em que, para cada dimensão, são distribuídas as porcentagens entre seus indicadores conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1– Relação entre dimensões, indicadores e pesos correspondentes para o cálculo do IPM

Dimensão	Indicador	Há privação se...	Peso de índice
Educação	Anos de estudo	Nenhum membro do domicílio completou cinco anos de estudo	16,70%
	Matrícula das crianças	Pelo menos uma criança em idade escolar não está frequentando a escola	16,70%
Saúde	Nutrição	Pelo menos um membro familiar sofre de desnutrição	16,70%
	Mortalidade	Uma ou mais crianças na família faleceram	16,70%
Padrão de vida	Eletricidade	O domicílio não possui eletricidade	5,6%
	Sanitários	A estrutura sanitária não é adequada ou é partilhada com outros domicílios	5,6%
	Água	O domicílio não tem acesso à água potável ou a fonte de água potável está a mais de 30 minutos a pé de casa	5,6%
	Piso Combustível	É de terra, areia ou esterco	5,6%
	para cozinhar	A família usa combustível “sujo” para cozinhar (estrume, lenha ou carvão)	5,6%
	Bens domésticos	A família não tem carro ou trator e possui, no máximo, um de cada seguinte bem: bicicleta, motocicleta, rádio, geladeira, telefone ou televisão	5,6%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010).

Ressalta-se, porém, que alguns desses indicadores foram adaptados pela pesquisadora; como os anos de estudo que, ao invés de questionar se nenhum membro completou cinco anos de estudo, questionou-se apenas a quantidade de anos de estudo ao respondente. Isso porque, com o recente avanço dos programas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF) implementado em 2003, tem-se observado a crescente iniciativa do país em ampliar o acesso de crianças e adolescentes à escola por meio do sistema de condicionalidades,⁶ o que de acordo com Brandão, Pereira e Dalt (2013), tem contribuído para a redução da taxa de evasão escolar entre as faixas etárias de 6 a 16 anos. Assim, tendo em vista que as famílias acompanhadas no PAIF são em grande parte beneficiadas com o PBF, e que por isso seria pouco provável que crianças e adolescentes das famílias não estivessem matriculados na escola, alinhou-se a proposta de investigar os anos de estudo dos representantes familiares, já que dificilmente alcançaram o sistema de cumprimento das condicionalidades da educação, dada a sua recente implementação.

Além disso, outro indicador referente à dimensão padrão de vida também foi adaptado ao optar-se por não colocar entre as opções do piso da casa, a de ser constituído por esterco, substituindo pela opção cimento, mais adequado à realidade urbana. Contudo, considerou-se a família em condição de privação nesse item apenas as que responderam que o piso de suas casas é constituído por areia ou terra, conforme preconiza o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010).

Dadas essas explicações iniciais quanto ao instrumento, a aplicação do Questionário Socioeconômico ocorreu ao longo das oficinas tendo em vista a dinamicidade da frequência dos participantes e a inserção de novas famílias no PAIF durante o período da pesquisa. Além disso, o questionário foi aplicado apenas aos representantes familiares, uma vez que, assim, também representavam todos os componentes familiares que residiam no mesmo domicílio.

⁶ As condicionalidades do Programa Bolsa Família abrangem as áreas de saúde e educação. Na educação os pais ou responsáveis devem matricular na escola as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos, a condição para o recebimento do benefício é a frequência escolar que deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês (BRASIL, 2015).

Vale ressaltar que, de maneira cuidadosa, foi solicitado às famílias que chegassem trinta minutos antes do início das oficinas para que fosse possível responderem o questionário sem interromper abruptamente suas demais atividades cotidianas e também para não atrapalhar o percurso da oficina. Entretanto, para a aplicação do questionário a pesquisadora contou com o auxílio em uma das oficinas de um mestrando e em outra, com o auxílio de dois estagiários do CRAS, graduandos em Serviço Social, com a devida autorização dos seus supervisores de estágio. Cabe salientar que foi realizada uma breve explicação acerca das questões e do objetivo do questionário a cada um deles.

Esse auxílio foi imprescindível haja vista o curto período de tempo que antecedia a oficina para aplicar o questionário assim como também pelo fato de alguns participantes revelarem um baixo nível de escolaridade que irrompia na inviabilidade de uma autoaplicação, devido à dificuldade de leitura e compreensão das questões sendo necessária a presença de um aplicador. Contudo, mesmo com esse auxílio, não foi possível aplicar o questionário a todos os representantes familiares, pois alguns chegavam durante o percurso das oficinas ou saíam antes de seu término e não retornavam para os encontros seguintes o que inviabilizou a abordagem para responder as questões.

Dessa forma, contabilizou-se o número de trinta e oito questionários respondidos que contribuíram para a contextualização da situação de vida dessas famílias. Assim, a partir dos indicadores do IPM, os representantes familiares e conseqüentemente suas famílias, foram classificados em: sujeitos que não estão privados, sujeitos privados, sujeitos em risco de se tornar multidimensionalmente pobres e sujeitos em pobreza multidimensional. Se o nível de privação obtiver uma porcentagem igual ou maior que 33,3%, aquela família é considerada multidimensionalmente pobre; famílias com índice de privação igual ou maior que 20%, porém abaixo de 33,3%, são consideradas em risco de pobreza multidimensional, e menor do que 20% estão em privação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014). Segue então o perfil das famílias que participaram das oficinas:

Tabela 2 – Perfil das famílias participantes de acordo com idade, índice de pobreza multidimensional, renda familiar e número de oficinas que participaram

Nome	Idade	Dimensões de privação	Itens de privação	IPM (%)	Situação	Renda familiar em R\$	Número de oficinas
Amélia ⁷	39 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo, frequência escolar e bens domésticos	$16,7+16,7+5,6 = 39$	Em pobreza multidimensional	De 788,00 até 1576,00	2
Ana	59 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo, saneamento e bens domésticos	$16,7+5,6+5,6 = 27,6$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	2
Antônia	50 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6 = 22,3$	Em privação	De 788,00 até 1576,00	2
Carla	58 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	De 788,00 até 1576,00	2
Célia	66 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo, saneamento e bens domésticos	$16,7 + 5,6 + 5,6 = 27,6$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	2
Damiana	41 anos	Padrão de vida	Saneamento e bens de consumo	$5,6+5,6 = 11,2$	Em privação	Até 788,00	2
Eduarda	39 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	De 788,00 até 1576,00	1
Gilma	44 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6= 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	1
Graça	36 anos	Padrão de vida	Saneamento e bens domésticos	$5,6+5,6 = 11,2$	Em privação	De 788,00 até 1576,00	3
Isabel	56 anos	Educação, Saúde e Padrão de vida	Anos de estudo, nutrição, mortalidade infantil, saneamento e bens domésticos	$16,7 + 16,7 + 16,7 + 5,6 + 5,6 = 61,3$	Em pobreza multidimensional	Até 394,00	1

⁷ Todos os nomes dos participantes são fictícios com o intuito de preservar as suas identidades.

Nome	Idade	Dimensões de privação	Itens de privação	IPM (%)	Situação	Renda familiar em R\$	Número de oficinas
Joana	54 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7 + 5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	De 788,00 até 1576,00	3
Joanira	49 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e bens domésticos	$16,7 + 5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	2
Josefa	50 anos	Padrão de vida	Piso, saneamento e bens domésticos	$5,6+5,6+5,6 = 16,8$	Em privação	De 788,00 até 1576,00	1
Jucy	65 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e bens domésticos	$16,7+5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	4
Júlia	45 anos	-	-	-	Não há privação	Até 788,00	1
Laura	53 anos	Educação	Anos de estudo	16,7	Em privação	Até 788,00	1
Leide	54 anos	Padrão de vida	Bens domésticos	5,6	Em privação	Até 788,00	3
Liduína	31 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	Até 788,00	2
Lindalva	41	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Nenhuma renda	1
Lúcia	33 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo, saneamento e bens domésticos	$16,7+5,6+5,6 = 27,6$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	2
Luciana	39 anos	Educação	Anos de estudo	16,7	Em privação	De 788,00 até 1576,00	1
Luíza	48 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	3
Magna	27 anos	Padrão de vida	Saneamento e Bens de consumo	$5,6 + 5,6 = 11,2$	Em privação	Até 394,00	1

Nome	Idade	Dimensões de privação	Itens de privação	IPM (%)	Situação	Renda familiar em R\$	Número de oficinas
Maria	60 anos	Educação, saúde e padrão de vida	Anos de estudo, nutrição, combustível para cozinhar, saneamento e bens domésticos	$16,7+16,7+5,6+5,6+5,6 = 50,2$	Em pobreza multidimensional	De 788,00 até 1576,00	3
Marta	50 anos	Educação, saúde e padrão de vida	Anos de estudo, nutrição, piso, saneamento e bens domésticos	$16,7+16,7+5,6+5,6+5,6 = 50,2$	Em pobreza multidimensional	De 788,00 até 1576,00	1
Nara	45 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	Até 788,00	2
Rejane	51 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	De 788,00 até 1576,00	2
Roberta	46 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 394,00	3
Roberto	32 anos	Padrão de vida	Saneamento e bens domésticos	$5,6 + 5,6 = 11,2$	Em privação	Até 394,00	2
Rogéria	36 anos	Educação, Saúde e Padrão de Vida	Anos de estudo, nutrição, saneamento e bens domésticos	$16,7 + 16,7 + 5,6 + 5,6 = 44,6$	Em pobreza multidimensional	Não respondeu	2
Ronaldo	44 anos	Padrão de vida	Saneamento e bens domésticos	$5,6 + 5,6 = 11,2$	Em privação	Até 788,00	2
Rosa	29 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	Até 788,00	3
Rute	38 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	3
Selma	37 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	$16,7+5,6 = 22,3$	Em risco de pobreza multidimensional	Até 788,00	2
Sílvia	35 anos	Padrão de vida	Saneamento	5,6	Em privação	Até 788,00	2

Nome	Idade	Dimensões de privação	Itens de privação	IPM (%)	Situação	Renda familiar em R\$	Número de oficinas
Sônia	46 anos	Educação e saúde	Anos de estudo e mortalidade infantil	16,7+16,7 = 33,4	Em pobreza multidimensional	De 788,00 até 1576,00	1
Vilma	54 anos	Educação e padrão de vida	Anos de estudo e saneamento	16,7 + 5.6 = 22,3	Em risco de pobreza multidimensional	Até 394,00	1
Virginia	42 anos	Padrão de vida	Bens domésticos	5,6	Em privação	Até 394,00	1

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dos dados elencados acima, tem-se de forma resumida na tabela abaixo a caracterização dos representantes familiares que responderam ao questionário e participaram das oficinas:

Tabela 3 – Perfil dos participantes por idade, sexo e índices de privação

Idade			Sexo		Índices de privação			
24-41 anos	41-60 anos	+ 60 anos	fem.	masc.	sem privação	em privação	em risco de pobreza multidimensional	em pobreza multidimensional
13	23	3	36	2	1	18	13	6

Fonte: elaborado pela autora.

De outro modo, faz-se necessário apresentar os demais participantes das oficinas que não responderam o questionário devido às limitações elencadas anteriormente neste tópico, ou ainda, porque se tratavam de adolescentes cujos questionários já haviam sido aplicados aos seus responsáveis familiares, representando assim as condições de vida de um mesmo lar. Entretanto, vale salientar que os relatos dos partícipes representados na tabela abaixo serão mencionados ao longo dos próximos capítulos e contribuirão sobremaneira para os resultados da pesquisa.

Tabela 4 – Perfil dos participantes das oficinas que não responderam o questionário de acordo com sexo, fase da vida e número de oficinas de que participaram

Nome	Sexo	Fase da vida	Número de oficinas
Diego	Masculino	Adolescente	3
Francisca	Feminino	Adulta	1
Joseane	Feminino	Adulta	3
Kátia	Feminino	Adolescente	2
Lurdes	Feminino	Adulta	1
Natália	Feminino	Adolescente	1
Régia	Feminino	Adulta	1

Fonte: elaborado pela autora.

Por meio dos dados das tabelas precedentes, percebe-se que a maioria dos partícipes é de mulheres (89%), tanto adultas quanto idosas, que não auferem renda, mas são responsáveis por atividades diárias em relação ao domicílio e à família ou, ainda, as avós que cuidam das crianças ou adolescentes enquanto a mãe desempenha o papel de provedora. No entanto, ressalta-se também a participação durante as oficinas de dois representantes familiares do sexo masculino (Tabela 3), três adolescentes (Tabela 4), afora genro, nora e poucas crianças de ambos os sexos que acompanhavam suas mães e avós. Conforme os profissionais do CRAS, parte das famílias está inserida no PAIF por descumprimento nas condicionalidades do PBF, especificamente no âmbito da educação, por isso o incentivo da participação de crianças e adolescentes que estão com baixa frequência escolar nas oficinas.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 3, a maioria dos participantes encontra-se na faixa etária entre quarenta e um a sessenta anos (61%), maior parte dos participantes dessa faixa etária está em situação de privação (47%) nos mais distintos indicadores. Outros dados gerados pelo questionário que caracterizam os participantes deste estudo serão discutidos ao longo dos capítulos deste livro.

Famílias participantes das entrevistas

A partir do número de participantes das oficinas, iniciou-se o processo de delimitação dos entrevistados do grupo familiar. Embora a descrição dos recursos metodológicos utilizados na pesquisa como a entrevista, por exemplo, esteja explicitada mais à frente neste capítulo, optou-se por antecipar a caracterização dos participantes dessa proposta metodológica ainda neste tópico, para dar continuidade à descrição dos sujeitos da pesquisa.

O processo de delineamento das famílias entrevistadas partiu da análise das situações de privação que vivenciam com base no Questionário Socioeconômico, como também da frequência de participação nas oficinas e, por último, o fator mais decisivo que contribuiu para a escolha: as histórias de vida permeadas por uma série de privações contadas de maneira emocionada pelos representantes familiares durante as oficinas. Além do mais, a definição deste último fator amparou-se na perspectiva de Vygotsky (2001), ao defender que os processos psíquicos formam-se a partir de relações de interdependência entre aspectos sociais, cognitivos e afetivos. É dessa visão dos processos psíquicos que advém a noção de que o impacto emocional oriundo de suas vivências (de privação) interfere nas condutas humanas trazendo à discussão a forma como lidam com seu sofrimento. Dessa maneira, as experiências de privação narradas pelas famílias e a observação do modo como são afetadas por essas circunstâncias foram fatores decisivos para a seleção dessas famílias. Assim, têm-se a caracterização das famílias:

Família de Maria - Maria, 60 anos, viúva, participou de três oficinas. Foi criada pela madrasta e pelo seu pai. Não sabe ler nem escrever, porque seu pai achava que era mais importante trabalhar que estudar. Conforme suas palavras “ainda tô do jeito bem dizer que nasci sem saber ler nada” (OF2). Vivenciou situação de extrema pobreza sendo necessário pedir ajuda a estranhos para poder alimentar a sua filha quando bebê. Atualmente, ela e sua família encontram-se em situação de pobreza multidimensional no que se refere aos indicadores: anos de estudo, má nutrição, acesso a saneamento adequado e combustível para cozinhar; a família utiliza lenha quando não tem dinheiro para comprar o gás de cozinha. Sua família é composta por dois filhos homens, um com vinte e outro com vinte

e três anos, e por uma filha de trinta e cinco anos, recém divorciada. Ela reside em uma casa cedida, apenas com seus dois filhos e sobrevivem com a renda do Programa Bolsa Família e de um salário mínimo do seu filho mais novo, este utiliza o dinheiro mais para seu próprio usufruto. Na ocasião da entrevista estavam presentes ela e seu filho Igor, vítima de violência urbana, que afirmou não estar trabalhando em razão de uma doença crônica. Os discursos referentes à entrevista dessa família serão retratados como E1 seguido pelo nome fictício de cada interlocutor.

Família de Selma – Selma, 37 anos, viúva, participou de duas oficinas. Precisou deixar de estudar para cuidar dos irmãos mais novos e quando cresceu e casou, seu marido não a deixava estudar para que ela cuidasse exclusivamente dos seus filhos. Atualmente, sua família encontra-se em risco de pobreza multidimensional nos indicadores anos de estudo e acesso a saneamento básico adequado. Sua família consiste em três filhos homens com 18, 19 e 21 anos e de uma filha com 15 anos, estudante. O primeiro filho está desempregado, o segundo é cadeirante devido à seqüela de ferimento à bala e o terceiro é diagnosticado com depressão e esquizofrenia desenvolvida após o assassinato do seu pai. A renda familiar consiste em dois salários mínimos derivados de dois BPCs para pessoas com deficiência referentes ao segundo e ao terceiro filho. No entanto, Selma informou que seu filho cadeirante não compartilha sua renda com o resto da família, ficando as despesas da casa a cargo de um salário mínimo. Reside com seus filhos em uma casa cedida localizada próximo ao CRAS, em uma comunidade considerada violenta. Por isso foi necessário solicitar a Selma para buscar a pesquisadora no CRAS para que ela pudesse adentrar a comunidade em que vive a entrevistada. Na ocasião da entrevista, estavam na residência além dela, seu filho Caio de 18 anos e seu outro filho de 21 anos, contudo, apenas participou da entrevista ela e Caio, pois afirmou que seu outro filho não tinha condições de responder as perguntas. Os discursos referentes à entrevista dessa família serão retratados como E2 seguido pelo nome fictício de cada interlocutor.

Família de Roberta – Roberta, 46 anos, solteira, participou de quatro oficinas. Na sua infância, passou por situação de extrema pobreza, em que a alimentação se resumia apenas a café com farinha,

por isso houve a necessidade de trabalhar ainda na sua infância. Para sanar a fome de seus filhos batia de porta em porta nas ruas atrás de alguma atividade (faxina, lavar roupa) para conseguir comprar comida. Atualmente, sua família encontra-se em risco de pobreza multidimensional no que se refere aos indicadores anos de estudo e acesso a saneamento básico adequado. Roberta reside em uma casa cedida com seus dois filhos, Aline de 20 anos e José de 23 anos. A renda da família provém do Programa Bolsa Família, do trabalho autônomo de Aline, como professora particular de crianças, e do trabalho de José, como vendedor de peixe. Na entrevista, não foi informado o valor total da renda familiar, porém o Questionário Socioeconômico respondido por Roberta aponta o valor de até R\$394,00 de renda familiar. Na ocasião da entrevista, estavam presentes na residência Roberta e seus filhos e a namorada de José, contudo esta última se absteve de participar. Os discursos referentes à entrevista dessa família serão retratados como E3 seguido pelo nome fictício de cada interlocutor.

Família de Rosa - Rosa, 29 anos, solteira, participou de três oficinas. Vivenciou o abandono de seus pais na infância tendo sido criada pela avó. Na sua juventude, se envolveu com tráfico de drogas e interrompeu seus estudos na 5ª série do Ensino Fundamental, retomando seus estudos quando adulta. Em decorrência desse crime, hoje cumpre medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade no próprio CRAS, trabalhando de segunda a sexta durante o dia sem remuneração. Atualmente, a família se encontra em situação de privação de renda e de acesso a saneamento básico adequado. A única renda da família provém do Programa Bolsa Família. A família reside em casa alugada, cujo aluguel é pago com o recurso do Programa de Locação Social⁸ da Prefeitura de Fortaleza. Residem na casa, Rosa e seus três filhos, João de treze anos, Rodrigo de dez anos e o mais novo com seis anos. O pai de Rodrigo faleceu e ele passou a morar com a avó paterna devido à falta de recursos financeiros de Rosa para suprir a necessidade do seu filho, apenas recentemente

⁸ O Programa de Locação Social da Prefeitura de Fortaleza “é um mecanismo destinado a prover abrigo provisório para famílias em situação de vulnerabilidade social, sejam aquelas afetadas por desastres de caráter natural como chuvas ou humano, por incêndios e explosões, entre outras” (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2014). O valor do aluguel social é de R\$ 420,00 e por ser uma medida provisória, a família pode ser beneficiada somente durante 24 meses.

Rodrigo voltou a morar com a mãe, porque a avó também passou a enfrentar dificuldades financeiras. Participaram da entrevista, Rosa, João e Rodrigo. Os discursos referentes à entrevista dessa família serão retratados como E4 seguido pelo nome fictício de cada componente familiar.

A partir dos dados descritos acima, tem-se de forma resumida na tabela abaixo a caracterização das famílias somente com os componentes entrevistados:

Tabela 5 – Perfil dos entrevistados definindo a família, nome dos componentes familiares, sexo e idade

Família	Componente	Sexo	Idade
Família de Maria	Maria	Feminino	60 anos
	Igor	Masculino	23 anos
Família de Selma	Selma	Feminino	37 anos
	Caio	Masculino	18 anos
Família de Roberta	Roberta	Feminino	46 anos
	Aline	Feminino	20 anos
	José	Masculino	23 anos
Família de Rosa	Rosa	Feminino	29 anos
	Rodrigo	Masculino	10 anos
	João	Masculino	13 anos

Fonte: elaborado pela autora.

Para as entrevistas, a pesquisadora procurou se adequar às datas disponibilizadas pelas famílias, e nos horários em que estivessem presentes o maior número de componentes. O contato com as famílias para agendar a entrevista ocorreu por meio do telefone, cujo número foi concedido pela equipe técnica do CRAS, mas não antes de as famílias terem sido advertidas durante as oficinas desse possível contato. Cabe salientar que a entrevista com a família de Maria ocorreu no dia 29/01/2016 e com as famílias de Selma, Roberta e Rosa no dia 03/02/2016.

Recursos para construção de dados

Dentre os recursos metodológicos a serem aplicados em pesquisas qualitativas, foram selecionadas para este estudo as propostas da observação participante, com registro da experiência da observação em diários de campo;⁹ as oficinas¹⁰ audiogravadas com famílias; e a técnica da entrevista semiestruturada do grupo familiar. Para a escolha dos recursos, levou-se em consideração as especificidades culturais dos participantes de forma que se privilegiasse a participação ativa dos sujeitos, bem como o favorecimento do estabelecimento de afinidade e aceitação para com eles com o intuito de auxiliar a compreensão dos afetos em meio ao seu contexto vivencial.

A opção por esses recursos metodológicos decorreu do fato de que a observação participante auxilia o processo de conhecimento do objeto de estudo por meio da inserção no contexto social no qual os sujeitos estão inseridos. Ela também facilita a descrição da realidade dos participantes, quesito importante para a compreensão do fenômeno em estudo. As oficinas com as famílias se propôs a fomentar um espaço de discussão e convivência em que foram apreendidos os afetos instigados pelos temas discutidos, assim como aqueles envolvidos no processo de interação com outros sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

A entrevista com o grupo familiar permitiu o aprofundamento das questões tratadas nas oficinas como também a percepção dos componentes ideológicos e afetivos transmitidos na cultura da família pobre, ou seja, possibilitou a observação do movimento dialético das funções psíquicas que são potencializadas nas interações entre os membros da família. Desse modo, apresenta-se mais detalhadamente a seguir cada proposta que consolidou a abordagem do objeto de estudo.

⁹ Neste estudo os registros nos diários de campo serão citados por meio das iniciais DC seguidas da data de sua escrita.

¹⁰ Os discursos relatados nas oficinas serão citados pelas iniciais OF seguidas do número de ordem da sequência de acontecimento. Ex.: oficina 1 (OF1).

Observação participante

A proposta metodológica de observação participante insere-se no contexto do método facilitar-pesquisando defendida por Góis (2008), que denota envolver a pesquisa e suas estratégias em um espaço social e institucional de facilitação, possibilitando potencializar o conhecimento, o agir e seus resultados. Este método tem como ponto de partida a realidade local, “constituindo-se como método participativo, dialógico, problematizador, reflexivo, vivencial e grupal” (GÓIS, 2008, p. 145).

A observação participante consiste na participação do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou até de uma situação determinada, exigindo a presença ativa do pesquisador, sendo ele alguém que também possa fazer parte do cotidiano do lugar, indo morar no local, trabalhar ali ou se fazer periodicamente presente. Isto significa dizer que os processos subjetivos do observador passam a estar envolvidos a partir da implicação de suas experiências, pensamentos, sentimentos e ações que também se constituem como importante fonte de dados (DALLOS, 2010). Tal pressuposto fomenta o distanciamento de uma postura que leva em consideração a objetividade e a neutralidade científica, sendo o pesquisador avistado enquanto sujeito em seu processo de aprendizagem e transformação cuja compreensão dos fenômenos a serem investigados parte de uma influência histórico-cultural na qual se situa e de como consegue estabelecer a relação com os indivíduos pesquisados.

Este recurso metodológico favorece a descoberta de sentidos, perspectivas, valores, e normas sobre os quais os atores sociais se alicerçam para construir a sua realidade em certas circunstâncias de vida. Também proporciona uma visão mais completa e detalhada de como vivem e fornece sentido às pessoas implicadas em determinadas circunstâncias ou fenômenos (MONTERO, 2006). Desse modo, a aproximação com o mundo dos sujeitos da pesquisa que vivem em condição de pobreza permitiu observar as relações que estabelecem com os elementos materiais, histórico-sociais e simbólicos que compõem seus cotidianos e afetam as suas subjetividades que, por sua vez, fomentam um modo de sentir, pensar e agir.

A justificativa para o emprego deste método fundamenta-se na necessidade de aproximação com a realidade das famílias, observando os sentidos dos afetos e os aspectos psicossociais emergentes durante o contato com os participantes. Desse modo, a observação participante é considerada uma importante estratégia para “obter os elementos necessários para compreender suas intenções ou sentimentos” (DALLOS, 2010, p. 153) por se preocupar com os processos subjetivos – interesses e afetos – que se desenrolam no cotidiano dos indivíduos e grupos.

Com isso, neste estudo, a observação participante consistiu em visitas esporádicas ao CRAS Conjunto Esperança, desde a primeira visita para explicar os objetivos da pesquisa aos profissionais do CRAS e serviu também para atualizar a pesquisadora quanto aos horários e datas das oficinas e número de famílias que estavam participando das oficinas até os momentos de planejamento, preparação e facilitação dessas oficinas. Nesse sentido, foi realizado o total de onze visitas, todas pelo período da manhã, três ocorreram no mês de setembro; três, em outubro; três, em novembro; e duas, em dezembro de 2015.

O longo intervalo de tempo entre as visitas explica-se pelo fato de as observações acontecerem nos dias das oficinas que ocorriam apenas duas vezes ao mês, assim como também nas reuniões de planejamento das oficinas que aconteciam uma vez ao mês. Afinal, a rotina de visitas criada de acordo com o funcionamento das oficinas parecia delimitar melhor o que competia à pesquisadora, além de dar a certeza de que era nesses momentos que poderia interagir com as famílias.

A cada visita a pesquisadora procurava conversar informalmente com os profissionais com o cuidado de não atrapalhar as suas atividades, assim como também com as famílias nos momentos que antecediam as oficinas ou ao término delas. Deste modo, conversou-se sobre o cotidiano, a vivência nas comunidades, assuntos dos telejornais que englobavam a violência nos bairros de Fortaleza ou ainda sobre histórias de superação. Foram momentos que proporcionaram a efetivação do vínculo da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa e com os profissionais da instituição de modo que, com o passar do tempo, não houve estranhamento a ponto de gerar incômodo nessas

pessoas. Pelo contrário, o que houve foi uma boa receptividade e acolhimento da pesquisadora por parte desses sujeitos.

Além de permitir a aproximação com os sujeitos, a observação participante consistiu em um importante método de delineamento do objeto de estudo contribuindo para a construção de propostas metodológicas para a pesquisa-intervenção que se adequaram à realidade dos participantes haja vista que a escolha das técnicas foi facilitada a partir do contato com as famílias e com a realidade institucional. Igualmente, esse recurso metodológico também contribuiu sobremaneira para a elaboração do roteiro de entrevista e para a escolha das famílias que participaram dela.

Entretanto, ressalta-se que os acontecimentos durante a observação participante foram registrados em diários de campo, o que permitiu trazer à memória todos os detalhes da experiência no campo, se constituindo como importante instrumento de construção de dados que contribuiu sobremaneira para a análise dos resultados.

Diário de campo

De acordo com Montero (2006), nas pesquisas em situações grupais nas quais se está simultaneamente dialogando e estimulando as discussões, a técnica de registro mais útil a ser aplicada é um diário de campo. No diário de campo, o pesquisador descreve os “fatos e situações observadas, conversas com os moradores, nomes e papéis de pessoas da comunidade, reflexões, impressões e vivências do pesquisador/facilitador” (GÓIS, 2008, p. 154-155).

Montero (2006) considera as seguintes características do diário de campo: 1) a sua extensão, apresentando extensas e detalhadas descrições; 2) a liberdade de ordem, a cronológica não é obrigatória, podendo ser organizado tanto por temas, como por problemas de investigação, como por categorias teóricas e metodológicas; 3) a possibilidade de ser publicado, um instrumento a ser publicado; 4) a facilidade de aliar as categorias teóricas e metodológicas com as observações rigorosas de campo ao passo que dá margem para a análise e as interpretações dos fatos observados; 5) o caráter que o aproxima de uma autobiografia intelectual pelo fato de apresentar

como o escritor organiza suas ideias e desenvolve suas análises, bem como possibilita a apreensão dos seus erros e o que aprendeu com eles, da mesma forma quanto ao que acontece com os acertos; 6) a narração daquilo que foi observado partilhando de suas impressões e descrevendo as técnicas empregadas para obtenção de dados, que se costuma escrever apenas no final da investigação, quando será possível fazer com cautela e minúcia.

Sendo assim, a razão de ser desse instrumento é a de registrar as observações e vivências que impressionam os investigadores de acordo com seus interesses nos fenômenos psicossociais que suscitam no decorrer do trabalho de investigação. Neste estudo, os diários de campo foram escritos de maneira livre, ao final de cada encontro investigativo, do que resultou o total de onze diários de campo, equivalentes ao número de visitas à instituição. Neles foram registradas as impressões da pesquisadora no contato com as pessoas, bem como alguns apontamentos sobre o que despertava a atenção, reflexões, algumas falas e descrições de detalhes das situações.

Oficinas com famílias

A proposta das oficinas como uma pesquisa-intervenção consiste, de acordo com Cordeiro, Menezes e Castro (2002), em grupos de discussão cerceados por tarefas e objetivos, mas que possui tempo determinado, sendo um método que facilita a promoção da reflexão e da imaginação sob os aspectos vividos pelos participantes, sem, contudo, desconsiderar os problemas e conflitos que podem emergir no decorrer das oficinas. Além disso, os referidos autores também reforçam que este é um recurso importante de pesquisa que leva em consideração a capacidade de os participantes se transformarem por meio de sua reflexão e ação.

A proposta de realização dos grupos de discussões foi a de executá-las no momento em que já ocorrem costumeiramente as oficinas do PAIF, pois algumas famílias residem em territórios distantes do CRAS. Também porque assim não demandaria o deslocamento de seus lares em outros momentos para participarem das oficinas além daqueles em que já participam costumeiramente o que de fato ame-

nizava o risco de não adesão à pesquisa e de desistência. Ademais, se evitava também com isso a necessidade de procurar outro espaço para a realização das oficinas.

Na primeira visita à instituição, após explicar aos profissionais o objetivo da pesquisa e o método usado para alcançar os objetivos, ficou acordado que a pesquisadora participaria das reuniões de planejamento das oficinas com o intuito de contribuir com as proposições metodológicas a partir dos objetivos da pesquisa, além de também facilitar as oficinas juntamente com os técnicos de referência. Entretanto, ficou esclarecido que nos dois encontros subsequentes com as famílias, que ocorreram durante o mês de setembro (17/09/2015 e 29/09/2015), a pesquisadora apenas estaria presente para observar e não para facilitar. A intenção era criar um momento propício de aproximação com os sujeitos, formar vínculo e também para aperceber a dinâmica das interações e as especificidades culturais dos participantes, de maneira que fizesse refletir acerca do manejo dos recursos metodológicos a serem utilizados adequados as suas realidades.

O registro no diário de campo ilustra bem a aproximação da pesquisadora com as famílias em uma das oficinas:

Como cheguei antecipadamente, tive a oportunidade de me aproximar das pessoas que já haviam chegado. Apresentei-me e conversei com elas questionando se já haviam participado do grupo no encontro do mês passado e qual a comunidade em que moravam, na tentativa de promover algum vínculo. A minha estratégia estava em tecer comentários sobre suas comunidades já que, durante a minha experiência profissional naquele CRAS, pude conhecer o território de abrangência. Aos poucos fomos dialogando até iniciar a oficina [...] Após o acolhimento com boas vindas cada uma foi se apresentando até que chegou a minha vez, [...] oportunamente expliquei que estava ali enquanto pesquisadora e qual era o objetivo da minha pesquisa e quais seriam os procedimentos caso aceitassem participar. Tive uma boa sensação de estar sendo bem acolhida por essas mulheres e tomei a liberdade de acordar com elas para que chegassem ao próximo encontro com meia hora de antecedência para responderem o Questionário Socioeconômico, ao que afirmaram que poderiam (DC, 17/09/2015).

Cabe, contudo, esclarecer que no início da pesquisa havia 49 representantes familiares inseridos nas oficinas do PAIF. No decorrer delas, participaram 61 sujeitos que incluíam tanto outros componentes das famílias como novas famílias que passaram a ser acompanhadas pelos técnicos de referência durante o percurso da pesquisa. Além disso, a coordenadora do CRAS informou que as oficinas do PAIF haviam sido retomadas no mês anterior à primeira inserção da pesquisadora no campo, após ter passado por um período de interrupção em decorrência da transferência do profissional responsável pela facilitação das oficinas. Acrescentou ainda que aproveitou o ensino para reordenar as suas propostas, a saber: quando antes ocorria quinzenalmente com o mesmo grupo de pessoas, agora ocorria uma vez ao mês com dois grupos com distintos representantes familiares; quando antes participavam apenas os representantes familiares, geralmente chefes de família, agora todos os membros das famílias são incentivados a participar conforme as recomendações da tipificação das Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012); quando antes as oficinas eram facilitadas exclusivamente por um único profissional de nível superior, agora todos os técnicos de referência eram responsáveis pela sua execução.

Para pensar a formulação das oficinas levou-se em consideração a afirmação de Castro e Besset (2008) quanto à necessidade, na proposta da pesquisa-intervenção, de articular o modo de construir o próprio problema e a questão de pesquisa a ser investigada. Para tanto, foi imprescindível nesse processo o fortalecimento da relação entre pesquisador e pesquisados, pois, neste método, os participantes têm voz ativa, dessa maneira puderam auxiliar a responsável pela pesquisa a pensar na construção metodológica das oficinas à medida que foi solicitado no final de cada encontro sugestões para as próximas oficinas.

Estrutura das oficinas

Dados os prenúncios, cabe agora esclarecer a estrutura das oficinas com os temas trabalhados e recursos utilizados. Cada encontro foi planejado com base nos objetivos da pesquisa, adaptados às solicitações dos participantes, nos casos em que houve, e foram

levadas em consideração as sugestões de técnicas metodológicas dos técnicos de referência do CRAS.

Oficina 1 (15/10/2015) - Tema: “Família, lugar de afeto?” O objetivo era compreender como os sujeitos percebiam a dimensão afetiva na dinâmica familiar. No momento inicial foi exibido o curta-metragem *Vida Maria*,¹¹ que faz alusão a uma reprodução ideológica familiar do trabalho infantil doméstico, bem como expõe uma relação intrafamiliar com laços afetivos fragilizados. A discussão do vídeo foi facilitada por perguntas problematizadoras como: o que é família? família é lugar de afeto? família é lugar de conflito? No segundo momento, foi realizada uma atividade utilizando imagens que denotavam o cotidiano de situações familiares. Cabia aos participantes escolher uma imagem disposta no centro do círculo que identificasse uma situação familiar já vivenciada para que em seguida pudessem tecer comentários acerca dessa vivência. O momento final contou com a exibição do videoclipe do grupo musical *Música em Família* com a música *Não Custa Nada*. Dessa oficina, participaram quinze pessoas.

Oficina 2 (20/10/2015) - Houve a execução do mesmo planejamento da oficina anterior com o outro grupo. Participaram dezesseis pessoas nessa oficina.

Oficina 3 (10/11/2015) - Tema: “O afeto que une e o afeto que desune”. O intuito desta oficina seria de promover uma atividade coletiva que proporcionasse momentos de reflexão acerca dos afetos, de tal modo que contribuísse para a superação do sofrimento das relações familiares retratados pelos participantes nas oficinas anteriores. No primeiro momento, houve a exibição em vídeo da mensagem *A Ilha dos Sentimentos*, seguido de discussão acerca dos diversos sentimentos apontados no vídeo. Na atividade principal propôs-se que cada participante extraísse de um recipiente, excertos transcritos dos relatos das oficinas anteriores, porém sem a identificação dos relatores. O propósito era o de retomar as histórias de vida e problematizar essas situações de forma que pudessem refletir

¹¹ *Vida Maria* é um curta-metragem lançado em 2006 e conta a história de Maria José, uma criança sertaneja que fora obrigada por sua mãe a deixar os estudos e se dedicar aos afazeres domésticos e da roça, e posteriormente se dedicar aos cuidados do marido e dos filhos. Depois que ela envelhece o ciclo continua a se reproduzir nas outras Marias que são suas filhas, netas e bisnetas.

ou encontrar, nas experiências relatadas, alternativas para o enfrentamento dos problemas vivenciados. Cada participante esboçou comentários acerca dos excertos e os nomeou em um cartaz a partir do sentimento pelo qual aquela fala o havia afetado. No momento final, ocorreu a leitura do poema *Abraços* e a exibição do videoclipe da música *Dentro de um abraço* do grupo musical Jota Quest, por fim todos se abraçaram. Onze pessoas participaram dessa oficina.

Oficina 4 (24/11/2015) - Houve a execução apenas das duas primeiras atividades do mesmo planejamento da oficina anterior com o outro grupo, pois as discussões se estenderam para além do limite de tempo programado para a oficina e a técnica de referência achou por bem suprimir a leitura do poema e a exibição do videoclipe. Participaram também dessa oficina onze pessoas.

Oficina 5 (17/12/2015) - Tema: "Natal em Família". Essa oficina foi realizada com os dois grupos de famílias e fez menção à comemoração festiva do Natal, assim como foi solicitado pela coordenadora do CRAS. No momento inicial, foi exibido o vídeo com a música *Natal todo dia* do grupo musical Roupas Nova, seguido de discussão acerca do sentido do Natal. Na atividade central, cada participante recebeu um molde de papel com formato de enfeite natalino. Foi solicitado que nele escrevessem os seus sonhos e desejos para os anos vindouros para em seguida colar na árvore de Natal do CRAS. Previa-se com essa atividade analisar a perspectiva de futuro dos participantes. Por fim, contou-se com a parceria articulada pela profissional do CRAS do coral de crianças da Legião da Boa Vontade que entoavam hinos natalinos e assim seguiu a comemoração natalina. Participaram da oficina vinte e sete pessoas.

Cabe pontuar que, nas atividades das oficinas, tanto a pesquisadora quanto as técnicas de referência e poucas vezes a coordenadora do CRAS, realizavam algum tipo de intervenção seja esclarecendo algum assunto, seja discursando sobre seu ponto de vista, seja levantando questões que favorecessem a reflexão dos participantes.

A duração das oficinas foi motivo de constantes preocupações no processo de facilitação, pois se mantinha o cuidado para que não se tornassem cansativas. A intenção inicial era que cada oficina durasse em torno de uma hora conforme orientação da

equipe técnica e da coordenadora do CRAS. Entretanto, alguns encontros ultrapassaram essa margem de tempo em alguns minutos como nos casos das oficinas 4 e 5 com duração de setenta e dois minutos e noventa minutos respectivamente. Por fim, vale ressaltar que todas as oficinas foram audiogravadas para facilitar o processo de análise.

Entrevista semiestruturada com o grupo familiar

Outra proposta metodológica para a construção de dados se apresenta na forma de entrevista do grupo familiar. Essa técnica foi utilizada por Andrade (2014) em sua pesquisa com famílias e tinha por objetivo compreender a avaliação das famílias acerca dos atendimentos recebidos dos CRAS. Da mesma forma, amparou-se neste recurso a fim de compreender a partir do ponto de vista dos componentes da família, a forma como são afetados em seu cotidiano, nas suas relações familiares e comunitárias, no sofrimento causado pela situação de pobreza, naquilo que lhes trazem alegria e tristeza, bem como investigar suas expectativas de futuro. A entrevista com o grupo familiar se apresentou como um importante instrumento avaliativo das relações afetivas dos membros da família e da transmissão de aspectos ideológicos no processo interativo. A técnica possibilitou ainda o conhecimento do contexto onde residem e a observação do dinamismo do funcionamento familiar.

Conforme Minayo (2004), a entrevista semiestruturada se caracteriza por combinar perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, podendo favorecer, de acordo com Manzini (2004), o surgimento de informações de forma mais livre, pelo fato de as respostas não estarem condicionadas a uma padronização de alternativas. Além disso, a entrevista semiestruturada é considerada vantajosa em uma pesquisa social por ser eficiente na obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano e por buscar os mais diversos aspectos da vida social.

Cabe salientar que as entrevistas possibilitam a extração de conteúdos de natureza subjetiva imersos em reações que envolvem aspectos como: “o estado emocional do informante, suas opiniões,

suas atitudes, seus valores [...] e expressões não-verbais, igualmente” (HAGUETTE, 2010, p. 83), importantes questões que ampliam a compreensão do sujeito no momento da entrevista.

Vale ressaltar que as entrevistas foram audiogravadas e realizadas no ambiente domiciliar de cada família, a fim de facilitar a participação do maior número de componentes familiares. Além disso, essa estratégia favoreceu e reforçou a relação entre pesquisadora e pesquisados (família), permitindo que a primeira se inserisse na realidade dos segundos, o que proporcionou um maior conhecimento do contexto em que as famílias vivem. O roteiro da entrevista foi sendo modificado e adaptado a partir da expressão dos conteúdos observados nas oficinas e manteve o intuito de analisar em profundidade questões apresentadas nas suas consecuições.

Procedimentos de análise do conteúdo

De posse do material audiogravado durante a facilitação das oficinas e das entrevistas, deu-se início ao processo de transcrição das falas para a efetivação de sua análise. Tanto o material construído a partir dos registros nos diários de campo durante as observações participantes como essas transcrições foram sistematizados a partir da fundamentação teórica-metodológica da análise de conteúdo do tipo temática proposta por Bardin (2011).

Bardin (2011, p. 44) define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Dentre os procedimentos sistemáticos, destacam-se três fases para a análise do tema: a pré-análise, que prefigura uma leitura flutuante, a constituição e ordenamento do corpo do material, formulação de hipóteses e objetivos; a exploração do material que se refere às tarefas de codificação, envolvendo a escolha das unidades, escolha das regras de contagem e escolha de categoria; tratamento de dados, inferência e interpretação que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas para ligá-las ao escopo teórico. Através dessas fases foram encontra-

das unidades temáticas essenciais diante dos objetivos definidos nesta pesquisa.

Essa forma de abordagem do conteúdo investigado se utiliza de técnicas para extrair os sentidos através de unidades elementares, como “palavras-chave; léxicos; termos específicos; categorias e temas” (CIDADE, 2012, p. 41) com o intuito de identificar a frequência ou constância dessas unidades nos textos realizando inferências e extraíndo os significados. Góis (2008) complementa que a análise de conteúdo do tipo temática, tem como objetivo encontrar os núcleos de sentido que se relacionam a um determinado tema, cuja presença e repetição significam algo para o objetivo da análise. Caracteriza-se, portanto, como uma importante técnica na extração dos sentidos do discurso, o que se aproxima do objetivo proposto neste estudo de investigar os sentidos da afetividade das famílias em condição de pobreza.

Para facilitar o processo de análise dos dados, lançou-se mão de um recurso tecnológico: o Atlas/ti em sua versão 5.2. Este recurso consiste em um software que é utilizado como ferramenta tecnológica para análise qualitativa (BAUER; GASKELL, 2008). Optou-se por recorrer a este programa, por facilitar e potencializar a análise dos dados, além de se observarem similaridades entre o modo de armazenamento e a organização de dados no Atlas/ti 5.2, e o processo de desenvolvimento da proposta de Bardin (2011).

Entretanto, esse programa não é capaz de desenvolver uma análise qualitativa por si só, pois é um software que mecaniza a organização e arquivamento de textos, não se configurando como um instrumento de análise de dados. O seu papel é de codificar e representar por meio da anexação de códigos, ou seja, de palavras-índice, “a segmentos de texto, e a representação de todos os segmentos de um conjunto definido de documentos, para o qual o mesmo código foi atribuído” (KELLE, 2008, p. 398).

Os códigos ou Codes consistem nas categorias que foram definidas manualmente a partir da interpretação da pesquisadora. Aos códigos, foram associadas as Quotations/Quotes (segmentos) que são “pequenos trechos ou frases do arquivo original que faz sentido extrair para a análise” (GILZ, 2007, p. 4109). Desse modo, as Quotations consistem nas unidades de sentido extraídas a partir das cita-

ções das falas dos sujeitos da pesquisa ou de excertos dos diários de campo. Nesse aspecto, vale ressaltar que, para a investigação dos sentidos oriundos dos discursos dos sujeitos, buscou-se amparo nas orientações metodológicas de Vygotsky, tal como apresentadas no tópico 2.1 deste capítulo, tendo em vista que a dinâmica afetiva é histórica e dialética e que os sentidos se originam na relação entre singular e coletivo, sendo reconhecidos como unidade de análise da psicologia histórico-cultural.

No decorrer da análise, foram surgindo novas categorias adicionadas aos Codes, a saber: acomodação, amizade, apoio social, falta de apoio, concepção de pobreza, autopercepção da pobreza, experiência de privação, formas de enfrentamento, concepção de família, cotidiano da família, experiência de abandono, morte na família, juventude interrompida, transmissão geracional, relacionamento familiar conflituoso, relacionamento familiar harmonioso, papel da avó na família, doença, relacionamento com vizinhos, fragilidades da comunidade, potencialidades da comunidade, vítima de violência urbana, vida na comunidade, concepção de afeto, flutuação de ânimo, indignação, humilhação, vergonha, mágoa, alegria, amor, compaixão, gratidão, medo, raiva, tristeza, solidão, referência a Deus, visão de futuro, sonhos, avaliação das oficinas. Identificou-se, portanto, o total de quarenta e uma categorias.

As categorias foram agrupadas em grandes categorias conforme o direcionamento dos objetivos específicos, por isso algumas das categorias se repetem posto o alcance dos objetivos. Com o intuito de facilitar a compreensão da organização da pesquisa em seus objetivos específicos, categorias de análise e instrumentos a serem utilizados, elaborou-se um quadro que descreve o caminho metodológico seguido:

Tabela 6 – Relação entre os objetivos específicos, suas grandes categorias, categorias e instrumentos

Objetivos específicos	Grandes Categorias	Categorias	Instrumentos
<i>1. Descrever a situação de pobreza vivenciada pelas famílias.</i>	vida da família em situação de pobreza	concepção de pobreza; autopercepção da pobreza; experiência de privação; formas de enfrentamento; experiência de abandono; morte na família; juventude interrompida; cotidiano da família; transmissão geracional; papel da avó; potencialidades da comunidade; fragilidades da comunidade; vítima de violência urbana; apoio social; doença; vida na comunidade	questionário socioeconômico; oficinas; entrevistas semiestruturadas.
<i>2. Compreender os afetos dos sujeitos pobres a partir das suas relações interpessoais, familiares, comunitárias e com o CRAS.</i>	rede de afetos	concepção de família; concepção de afeto; relacionamento familiar harmonioso; relacionamento familiar conflituoso; relacionamento com vizinhos; amizade; indignação; medo; alegria; tristeza; compaixão; gratidão; raiva; solidão; avaliação das oficinas.	oficinas; diário de campo; entrevistas semiestruturadas.
<i>3. Relacionar os sentidos dos afetos à vivência de pobreza</i>	vida da família em situação de pobreza; rede de afetos	acomodação; vergonha; humilhação; formas de enfrentamento; apoio social; tristeza; referência a deus; visão de futuro; alegria.	oficinas; diário de campo; entrevistas semiestruturadas.

Fonte: elaborada pela autora.

Compromisso Social e Ético

Para além das determinações burocráticas, o compromisso social e ético deste estudo envolveu uma postura de respeito aos participantes, de não julgamento e de não estigmatização das famílias que vivem em contexto de pobreza, de tal maneira que isto não impediu de avistá-los em seus potenciais. Este compromisso incluiu também o cuidado em prestar os devidos esclarecimentos a respeito desta pesquisa, sem entrar em conflito com a cultura institucional ou com a vontade dessas famílias em participarem ou não.

A fim de proceder de forma ética, inicialmente a pesquisadora apresentou a proposta da pesquisa à Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) do município de Fortaleza/CE, e somente após a autorização do referido órgão, em julho de 2015, se iniciou o processo de inserção no CRAS Conjunto Esperança, sendo explicados à coordenação e à equipe técnica os objetivos da pesquisa.

Atendendo a determinações burocráticas, o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará em julho de 2015 para garantir que estivesse dentro dos princípios norteadores da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde - autonomia, não maleficência, beneficência e justiça -, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em setembro de 2015. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes com idade inferior a 18 anos assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e seus pais ou responsáveis, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a eles direcionados.

Ao final da pesquisa, os resultados deste estudo foram apresentados aos profissionais e usuários do CRAS Conjunto Esperança. Além disso, há a perspectiva de que a divulgação dos resultados por intermédio deste livro venha contribuir para a reflexão dos modos de atuação e intervenção dos profissionais que lidam com famílias em situação de pobreza dentro da perspectiva da Política de Assistência Social.

Famílias em foco

Definir o que é família não é uma tarefa fácil tendo em vista a sua dinamicidade e variabilidade na sua estrutura que parte de diferentes contextos culturais. Ademais, as mudanças no conceito de família acompanham as transformações históricas ao longo dos séculos, o que reforça a ambiguidade e a imprecisão em sua definição. Tendo isso em vista, assume-se neste estudo a proposta de Fuster e Ochoa (2004, p. 34, tradução nossa) de falar sobre *famílias* e não sobre *a família*, com o intuito de “estimular e apoiar uma aceitação da diversidade e uma renúncia para adscrever superioridade moral para uma forma de família sobre outras e outras”. Evita-se com isso a determinação de um conceito reducionista de família.

Defende-se, portanto, a compreensão da definição de famílias concebida histórica e culturalmente. A cultura, tal qual prevê Canevacci (1984, p. 77) é avistada como “atividade criadora determinada pelos homens, em seu significado [...] de conjunto de experiências e de valores partilhados e vividos em comum”. Manifesta-se, portanto, nos modos de pensar, sentir e agir dos homens. Esta concepção corrobora o princípio do materialismo histórico-dialético, pois, de acordo com Vygotsky (1999b), o ser humano está em constante transformação a partir da interação social com outros pares, imerso em uma realidade social que o está constituindo.

Mediante este conceito de cultura, considera-se que as mudanças culturais ao longo da história favoreceram a uma concepção de família caracterizada, de acordo com Bruschini (2000), pela sua não naturalidade e pela sua mutabilidade. Neste sentido, levando em consideração a diversidade de famílias, importa também dar voz a essas famílias não deixando de lado a dimensão política envolvida, ao re-

conhecer que seus componentes fazem parte de uma sociedade mais ampla e que se constituem como indivíduos em meio à coletividade.

Afinal, para que serve a família?

É lícito que cada pessoa tenha sua própria representação da família, seja da sua família ou da do outro, ou de uma família imaginada, que é gerada a partir da sua concepção, sob influência do meio em que vive, das emoções e sentimentos e das expectativas que são correspondidas ou não (GOMES; PEREIRA, 2005). Neste sentido, cada família tem uma forma de interpretar sua história, dando significado à sua experiência vivida a partir de referenciais culturais e sociais de nossa sociedade, cujas construções simbólicas são denunciadas em seus discursos, de tal modo que sua experiência subjetiva torna-se objetivada.

Os sentidos atribuídos à noção de família apresentada pelos participantes envolvem uma concepção que denuncia uma construção simbólica ligada à ideia de família compreendida sob a influência de um constructo histórico de família nuclear, cujos vínculos por laços de sangue se sobressaem. Nota-se tal prerrogativa quando afirmam: *“Família, né? Mãe, meus irmãos. Família”* (CAIO, E2); *“Meus filho, né? É a minha família. Minha mãe”* (SELMA, E2).

Historicamente, a concepção de família nuclear começou a ser delineada no século XVIII, pois, conforme comenta Ariès (2006), a família moderna passou a preservar mais a vida privada do que a pública, afastando-se da sociedade. Em uma atmosfera mais íntima, a concepção de família passou a ser reduzida aos pais e às crianças, excluindo os criados e amigos. Os pais passaram a se preocupar com a saúde e educação dos filhos, bem como manter a igualdade entre eles, eximindo o primogênito de privilégios. Nesse sentido, a família moderna “correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e gênero da vida” (ARIÈS, 2006, p. 195). Vislumbra-se, portanto, o surgimento da família pautada pelo modelo conjugal privilegiando as funções afetivas, em detrimento da família extensa do período Medieval, “ao qual se incorporavam parentes, afilha-

dos, agregados, escravos, e até mesmo concubinas e bastardos [...]” (BRUSCHINI, 2000, p. 67-68).

Vale ressaltar que no século XVIII, com o processo de industrialização, abriu-se espaço para a preocupação com a família proletária. Conforme Sierra (2011), durante esse período, a classe pobre precisou se adaptar às condições do mercado, onde, necessitadas de sustento, as crianças e mulheres submetiam-se também ao mercado de trabalho instalando, assim, a divisão de trabalho. A organização da vida social passou então a girar em torno da economia, favorecendo o processo de individualismo e autonomia em oposição à coletividade. Assim, o incentivo à aquisição de capital e o instinto de competição oriundo do capitalismo favoreceram a desfiguração da compreensão, conforme Oliveira (2009), de que a família deveria ser local onde o interesse coletivo se sobrepusesse ao individual. O exercício da liberdade individual implicava escolhas que são influenciadas por uma gama de repertório sociocultural. Assim, a família tornou-se mediadora entre o sujeito e a cultura; inserida no contexto político-econômico liberal, passou também a incentivar o fortalecimento do individualismo.

Ademais, o advento da industrialização e o processo de urbanização contribuíram para o desenvolvimento da concepção de família nuclear (pai, mãe, filhos), pois, de acordo com Fuster e Ochoa (2004), este tipo de família era mais funcional por responder as demandas de uma economia industrial. Ambos os pais trabalhavam para garantir seu sustento, e a família era avistada tanto como unidade de consumo, quanto também como mão de obra, suscitando a divisão de trabalho.

Do ponto de vista psicossocial, Durham (2004) atenta que a maneira com que se estabelecem os vínculos sociais permanentes entre os membros familiares depende do sistema de representações (ideias e símbolos) que estão incorporadas às noções de parentesco. Aliada ao sistema de representação está a forma de experimentar a afetividade familiar, que também contribui para o processo de construção, desconstrução e reconstrução dos vínculos sociais que contestam o conceito único de família nuclear baseado em laços biológicos. Assim, tem-se uma representação dessa prerrogativa contemplada no relato de Francisca:

“Tenho cinco filho meu, ainda peguei uma pra criar agora. Com três meses eu peguei ela pra criar, agora ela tem três anos. Faz parte da minha família e eu a amo do jeito que eu amo os outro e tenho dois neto também e amo também do mesmo jeito” (OF2).

A configuração da família de Francisca é um prenúncio para os novos arranjos familiares contemporâneos no que diz respeito à família socioafetiva. De acordo com Campos e Silva (2014, p. 01) a família socioafetiva é “fundada nos laços de afeto, que decorrem da dedicação de uma pessoa para com a outra através do amor e do cumprimento dos deveres de forma voluntária”. Em outras palavras, essa concepção reconhece o afeto como fundamento da definição de família, e contribui para o processo de desbiologização dos laços familiares, estabelecendo a igualdade entre filhos legítimos, naturais e adotivos. Assim, a família socioafetiva tem se revelado como principal representante das novas relações familiares oriundas de laços afetivos.

Apesar disso, na sociedade contemporânea, ainda ecoam discursos ideológicos que favorecem a idealização do tipo de família nuclear, constituída a partir da relação conjugal entre um homem e uma mulher. Por esse modelo se “adequam” à necessidade das estruturas sociais contribuindo para um tipo de exercício de controle social, pois apenas se reconhece como família aquela originada a partir de laços matrimoniais. De resto, Fuster e Ochoa (2004, p. 36) concluem que, “é parte do estereótipo esperar que em nossa sociedade a companhia, a atividade sexual, o cuidado e apoio mútuo, a educação e cuidado dos filhos são parte essencial da família nuclear”.¹² A narrativa de um participante ilustra bem esse ponto de vista ao conceituar família ponderando que:

Família tem que ser primeiramente tudo unido né? Ter concordância entre o marido e uma esposa com os filho. Saber educar os filho até quando ele crescer, pra que ele venha ser uma pessoa

¹² No texto original: “Es parte del estereotipo esperar que en nuestra sociedad la compañía, la actividad sexual, el cuidado y apoyo mutuo, la educacion y cuidado de los hijos sea parte esencial de la familia nuclear” (FUSTER, OCHOA, 2004, p. 36).

sábia, né? Ensinar eles desde pequeno como eles deve se comportar na escola ou em qualquer canto que vá, pra não desrespeitar os pais (RONALDO, OF1).

A família cumpre um papel importante na educação dos filhos sendo caracterizada como um espaço cujos valores éticos e morais são absorvidos e cujos laços de solidariedade são propagados (GOMES; PEREIRA, 2005). Ronaldo institui à família a responsabilidade de educar os filhos, instigando a transmissão de valores por meio da respeitabilidade entre as gerações. Quanto a isso, Rocha-Coutinho (2006, p. 96) menciona que “as famílias podem ser definidas como unidades de relações sociais e de reprodução, tanto biológica quanto ideológica, no sentido de que é nelas que hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento são transmitidos e questionados”. Seguindo esse parâmetro, tem-se a narrativa que segue:

Eu disse pro [...] meu filho, pode acontecer o que acontecer, você não desista dos seus estudo. Você estude, você não desvie os seus caminho. Eu converso muito com eles e explico a dificuldade que eu passei, que a gente passa, não é bom. Então pra eles ter assim eu como um bom exemplo, como eu sou hoje, pra eles fazer da mesma forma, pra que eles termine os estudo deles, trabalhe honestamente (ROSA, E4).

A tentativa de Rosa estimular nos seus filhos a vontade de continuar estudando e de exercer um trabalho honesto, tomando como exemplo a sua própria vida “difícil”, chama a atenção para a transmissão geracional de valores e padrões de comportamento. Vale ressaltar que Rosa abandonou a escola ainda adolescente e, já adulta, retomou os estudos na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que reforça o exemplo dado a seus filhos.

A transmissão geracional foi assunto recorrente em uma das oficinas facilitadas, especificamente quando foi exibido o curta metragem “Vida Maria” para mediar a discussão, cuja história foi geradora de comentários instigantes. Desse modo, assim mencionaram:

Eu acho que a família tem que ser a base disso, porque você começa sua educação na sua casa, com seu pai, com sua mãe, com quem você convive. Você observa as atitudes das pessoas que você conversa e por mais que você não queira, por mais que seja inconsciente você se espelha (KÁTIA, OF1).

Então, eu fui criada assim: meus pais se eles tivessem conversando com uma pessoa, abastava ele ficar olhando assim com rabim de olho e todo mundo ficava escondido, né. Então o respeito, aquele diálogo com a pessoa, se você bota, se fica aqui, então a pessoa tem que ficar naquele local, né. É tipo assim, não bater, não ficar com atrito. Fica aqui! Toma um castigo. Tá de castigo aqui! Então, fica ali. Então, foi assim que fui criada. Então, foi assim que eu criei meu filho (CARLA, OF2).

Hoje em dia os filhos da gente não tem respeito pela gente, por mais que a gente ensine e diga como é e como não é né? Alguns filhos né? Porque hoje em dia, antigamente o pessoal dava a benção, chamava de mãe e senhora. Hoje em dia é coroa, é tu, é... sabe, não respeita [...] Meu menino chega e diz assim: e aí coroa, tudo bom? Num é assim por mais que eu ensinei né? [...] É chegar do trabalho, benção mãe como foi o seu dia? Mas não, é e aí coroa como foi? E isso não é... por mais que a gente ensine, mas vão crescendo, acho que o respeito que a gente ensinou pra eles, eles esqueceram, né? Esqueceram (FRANCISCA, OF2).

A família para Kátia é como um espelho. Caracteriza-se como o primeiro espaço de socialização pelo qual os pais ou pessoas que exercem a função parental são responsáveis por transmitir e reforçar concepções e valores que organizam a forma de pensar e de viver. Nesse caso, a família é avistada enquanto lócus de referencial simbólico que permite pensar, organizar, dar sentido ao mundo e agir dentro e fora do ambiente familiar (SARTI, 2009).

Para Carla, a transmissão geracional que incide em seu ambiente familiar respalda-se no papel de autoridade dos pais elucidada no simples gesto de olhar com “rabim de olho” que, por sua vez, reflete-se nos princípios de convivência da família e, dessa

mesma maneira, na forma de um respeito autoritarista, procura repassar para seu filho aquilo que aprendera com seus pais. Já para Francisca, há o embate da quebra da transmissão geracional por meio da falta de respeito por parte de seus filhos ao não pedir a bênção, ou por não a chamar de “senhora”, mesmo insistindo com eles para aprender o respeito de “antigamente” que seus pais lhe tinham ensinado.

Rocha-Coutinho (2006) pontua que há um dissenso quanto a conclusões de pesquisadores no que se refere à transmissão geracional. A autora afirma que de um lado há aqueles que defendem haver uma descontinuidade de valores e de comportamentos de uma geração para outra, enquanto há outros que afirmam haver semelhanças nos valores e comportamentos perpetuados entre diferentes gerações. Talvez essa divergência decorra de outros níveis de influência que estão fora do núcleo familiar, como os valores ditados por amigos, pela mídia, entre outros, que refletem as próprias transformações culturais na sociedade contemporânea. A expressão “coroa” dita pelos filhos de Francisca é típica da linguagem coloquial da juventude atual e fornece uma luz quanto a isso.

Quanto às demais definições de família destacam-se os excertos:

É, união. Família união, né? Um ajudando aos outros (ALICE, E2).

Ah, família em primeiro lugar né? Pra mim família tem que tá todo mundo do lado mermo, pra qualquer hora (JOSÉ, E2).

Carinho, felicidade (LURDES, OF1).

Dentre as potencialidades [da família] destacaram a compreensão, o amor, a união e a solidariedade (DC, 29/09/15).

A prioridade concedida à família e o seu conceito perpassa um conjunto de significados respaldados na rede de cuidados por meio da união familiar, “um ajudando aos outros” (ALICE, E2) e na rede afetiva por ser lugar de “carinho, felicidade” (LURDES, OF1), bem como de amor, compreensão e solidariedade, princípios antiautoritários por excelência.

Em suma, a construção de sentidos dos participantes voltados para o conceito de família denota a função socializadora e educativa da família sendo caracterizada como lócus de socialização primária e, portanto, mediadora entre o indivíduo e a sociedade. Também transparece a sua função como espaço de transmissão de ideias, valores e padrões de comportamento que “fazem parte do ‘amadurecimento’ dos membros das famílias, na vida cotidiana” (BRUSCHINI, 2000, p. 66). Além da função socializadora e de reprodução ideológica, destaca-se também a função afetiva da família apontada nos sentimentos de carinho, felicidade, amor, união e solidariedade, que, por sua vez, se revela nas relações entre seus membros.

“Dois bicudos não se beijam”, ou será que se beijam?

“Dois bicudos não se beijam” (GRAÇA, OF2) retratou Graça durante uma discussão sobre relacionamentos conjugais em uma das oficinas. Esse comentário elucida que há na dinâmica familiar conflitos geradores de mágoas e ressentimentos que fragilizam as relações e põem em xeque as expectativas geradas no relacionamento familiar. Quando outrora fora dito que a “*Família tem que ser primeiramente tudo unido...*” (RONALDO, OF1), vemos o contraponto no relato de Graça, apontando para o esgarçamento das relações familiares.

Nesse aspecto, Sierra (2011) aponta em seus escritos alguns elementos importantes tais como as relações de parentesco e as alianças desenvolvidas no contexto familiar que parte da construção de sentido da família que, por sua vez, influencia a posição que cada indivíduo ocupa na estrutura familiar. Isto ocorre mediante a definição de papéis que se expressam na comunicação e interação entre os membros e onde se descobrem afinidades e diferenças que influenciam a dinâmica familiar.

Sarti (2009) menciona que há um constructo simbólico instituído historicamente em que cabe ao homem o papel moral de autoridade responsável pela respeitabilidade familiar; e à mulher está destinada outra dimensão importante da autoridade: o papel de manter a unidade do grupo familiar. Entretanto, esse constructo tem se al-

terado nas relações familiares contemporâneas. A história da vida familiar de Rejane ilustra em parte esse pressuposto:

Infelizmente essa sou eu e meu esposo, porque, realmente por causa dele, [pausa com choro] por causa dele a gente não tem uma estrutura familiar porque não se adéqua... O estudo, não estudou, não teve educação com os pais dele né. Ele foi separado do pai e da mãe. Eu sei que ele não é culpado, mas a minha família é quem tá pagando por isso hoje [...] a gente não tem quase nada mais não, porque não dá, não tem condição. Ele é uma pessoa muito egoísta, cabeça mei... só pensa nele, não pensa na gente não. Ninguém consegue conversar com ele. Ele não escuta ninguém. Infelizmente é assim. Às vezes meus filhos falam assim: mãe eu queria tanto que meu pai saísse da vida da gente pra gente poder viver em paz. Ele é uma pessoa ótima, maravilhosa, mas infelizmente ele não teve estrutura. Com todo mundo ele é bom, menos pra gente. Ele não liga pra gente. Ele não quer sair com a gente. Não faz nada pela gente. Tudo pra ele é as pessoa de fora. A gente nunca tá incluído nas coisas dele [...] Eu tenho esse problema com meu marido, mas eu não quero mal pra ele. Ela aqui fala [a filha] que eu queria que ele arranjasse outra pessoa pra viver com ele, porque trinta e tantos anos, não tem mais condição [...] Só que isso fica né? Essa mágoa fica, porque até hoje ele atrapalha a vida da gente. A gente não faz nada na vida da gente porque ele parte do mesmo, ele parte do mesmo [...] A solução seria ele sair de casa, mas ele não sai. Ele não tem pra onde ir, ninguém aceita ele mermo. Quem tem que aceitar é nós mermo. Ninguém vai botar ele na rua (REJANE, OF1).

O relato emocionado de Rejane demonstra a perda da força simbólica da autoridade paterna e do papel de esposo, do homem da casa. As dificuldades encontradas para manter o padrão de desempenho que se espera trazem um incômodo à família a ponto de não desejarem mais a presença dele no âmbito familiar. No entanto, mesmo quando não alcança a expectativa de cumprimento de seu papel - deixando a sua família de fora das coisas de seu interesse ao direcionar às “pessoa de fora” maior importância -, a sua presença “desnecessária” aparenta continuar necessária, na medida em que, por um ato de compaixão, “ninguém vai botar ele na rua”, pois

“ninguém aceita ele mermo. Quem tem que aceitar é nós”. A decisão de Rejane quanto a manter seu marido em casa, mesmo não tendo *“quase nada mais”*, vincula-se tanto à barreira da restrição econômica e relacional do seu cônjuge quanto a uma possível pressão social, uma vez que, na visão da sociedade, seria um “absurdo” deixá-lo sem moradia, pois *“ele não tem pra onde ir”*.

Rejane justifica as atitudes egoístas de seu marido pela sua falta de “estrutura” tanto emocional como material, por meio da vivência de separação dos pais, tanto do pai como da mãe, além da falta de estudo e educação, desresponsabilizando-o, desse modo, de suas ações que são incômodas a ela e aos demais membros da família. Em meio a *“trinta e tantos anos”* de relacionamento, ela parece abrir mão da esperança de que ele mude, ao passo que não há espaço para diálogo que o incentive à mudança, por ele não dar ouvidos a ninguém. Nessa perspectiva Sarti (2009, p. 72) tece a afirmativa de que

Homens e mulheres acabam enredados nesse emaranhado de expectativas a que não conseguem responder. Ele fracassado, [...] e ela se frustra por não poder ter o homem e a situação familiar esperados. Nessa concepção moral da família, diante do homem que representa a autoridade e que não cumpre o papel esperado [...] a mulher acaba tendo um acentuado papel ativo nas decisões familiares, sem que, no sentido inverso, o homem tenha modificado seus papéis familiares [...] ela exhibe sua disposição de se virar, de não precisar mais dele, como uma vingança, reiterando o fracasso dele e a frustração de ambos.

Na história de Rejane, a falta de interesse do marido em dar atenção e assistência à família – pois ele *“parte do mesmo, parte do mesmo”* – e a denúncia do seu fracasso enquanto provedor e enquanto autoridade moral levou-a a lutar e a não medir esforços para garantir um bom futuro para seus filhos invertendo o papel de provedor do pai para si, se tornando a mantenedora do grupo familiar:

Tô fazendo isso porque... lembrando isso porque eu me doeje de corpo e alma. Porque era só eu pra dar alimentação, pra eles estudarem. Não é tanto que hoje eu tenho dois filhos, um que estuda direito e outro que estuda engenharia, porque eu tive que fazer tudo só, mas eu fiz, eu consegui, eu sou vencedora (REJANE, OF1).

O adjetivo de vencedora se vincula à condição de superação das dificuldades da família ao garantir a alimentação e a oportunidade de estudo dos filhos, cuja recompensa e conquista é vê-los cursando o Ensino Superior. Entretanto, essa troca de papéis culmina na diferenciação de autoridade dentro lar. Enquanto o pai perdeu a força simbólica de autoridade moral, a mãe assume esse papel lançando mão de manter a unidade entre os filhos, assim como retrata a sua filha

“... por mais que eu seja próxima da minha mãe na minha casa. Por mais que eu converse mais com ela, por mais que eu seja mais aberta com ela, a minha família não é desunida entendeu, como ela falou que entendi que os irmãos estão se matando” (KÁTIA, OF1).

A aliança com os filhos e entre os filhos supera, nesse sentido, a falta de atenção do pai e contribui para a sua desautorização moral: *“Às vezes meus filhos falam assim: mãe eu queria tanto que meu pai saísse da vida da gente pra gente poder viver em paz” (REJANE, OF1).*

A discussão das mudanças no deslocamento dos papéis masculinos e femininos no caso da família de Rejane contrapõe-se a uma tendência histórica de classificar a vida social pública como vinculada ao homem e a vida privada vinculada a mulher. Lyra et al. (2015) argumentam que há uma construção social, cultural e histórica na hierarquização dos papéis femininos e masculinos. Segundo os autores, a mulher na infância é incentivada a brincar de boneca e casinha, preparando-se para a futura função de cuidado com a família e para os afazeres domésticos, alocando sua vida na esfera privada. Já os meninos, conforme os autores, são repreendidos ainda na infância, até mesmo com punições severas, ao manifestar atitudes de carinho e cuidado. Para o homem as expectativas sociais giram em torno de respostas imediatas às necessidades econômicas do lar, com sua responsabilidade de provedor, além de ser o mediador por excelência entre a esfera privada e a pública.

Durham (2004) reforça esse argumento ao explicar que a definição de papéis está fundamentada em princípios culturais e biológicos de reprodução, cujas características biológicas de ser a mulher quem engravida e amamenta, influenciam na determinação cultural de que a mãe é responsável pelo cuidado e socialização da criança nos primeiros anos de vida. Nesse processo, os homens apenas intervem de forma complementar, o que consequentemente liga a mulher

à esfera doméstica privada. Em contrapartida, a autora afirma que durante muito tempo a guerra e a política, eram atividades consideradas eminentemente masculinas vinculando os homens à vida social pública. Entretanto, na história da família de Rejane, observamos a desnaturalização dos papéis femininos e masculinos construídos histórico-culturalmente, uma vez que ela passou a ser a provedora do lar, reforçando seu papel de chefe da família em meio à falta de iniciativa do esposo.

Não se pode deixar de observar que essas mudanças trazem consigo alguns desafios para a família contemporânea, dentre eles, lista Sierra (2011, p. 90) “o interesse na educação dos filhos, o sustento, a realização profissional dos membros, [...], o envolvimento afetivo, a cobrança para ser uma organização equilibrada [...]”. Desafios bem observados na dinâmica familiar descrita.

Para além dos conflitos conjugais, outros conflitos que envolvem os relacionamentos familiares dizem respeito à relação entre mãe e filhos. Os relatos dos conflitos familiares se voltam para o relacionamento dos pais com filhos adolescentes, como podemos observar nos seguintes excertos:

A minha filha saiu de casa de quinze ano, que vai fazer um ano e seis meise que ela deixou de estudar, se juntou com um bicho véi que eu num queria, deixou de estudar cedo. Eu queria que ela voltasse pra casa, até hoje ela não diz onde é que tá e não liga pra mim. Eu queria que ela voltasse pra casa, que eu penso nela todo dia, penso nela e muito, como a outra de catorze ano e que estuda. Saiu do colégio cedo, na quarta série sem saber de nada [...] Queria que ela voltasse pra casa. Terminar os estudos como era pra fazer. A de catorze ano, vai terminar já. Eu queria que ela voltasse pra casa. Sempre quando ela liga eu: volte pra casa [...] Não mamãe eu gosto dele. Apanhando, porque eu sei que ela apanha (EDUARDA, OF3).

Porque aí ela não conversou com a filha dela e eu já conversei né? A minha já fez porque quis. Porque ela fez de teimosa, entendeu? Com quinze anos já é mãe. Já tem um filhinho de dois meses. Eu conversei. Eu dizia como evitar [...] Eu dizia tudo como era que era, como era que não era, tá entendendo? Elas lá me chamavam de doida. Não

é doida não, sou realista! A de dezenove anos não tem nenhum filho ainda. Já é mais cabeça, não é? E a mais nova de quinze anos mal namorou, já ficou [grávida] (SILVIA, OF4).

A difícil fase da adolescência marcada por mudanças biológicas, emocionais e relacionais que anunciam a passagem da infância para o mundo adulto, para o qual o jovem não está preparado, pode tornar desfavorável o relacionamento com os pais ocasionando o enfraquecimento da coesão familiar gerando mágoas e ressentimentos:

O que eu sinto? Mágoa de muitas coisas. Muita mágoa de filho [...] porque os filhos, a gente tem eles e a gente quer uma coisa e eles não faz o que a gente quer, né? A gente prevê assim, a gente pensa de eles fazer, de estudar, de ter um trabalho bom, de não ter o futuro que a mãe deles teve, tá entendendo? Só que nenhum quis, nenhum quis. Foi tudo pros canto errado. A minha revolta é essa daí, só essa. A gente faz das tripas os corações e eles não tá nem aí ó. Se fosse possível ele dava em mim, meus filhos. Todos três davam em mim se abaixasse a cabeça (SILVIA, OF4).

Em outro momento Silvia expressa também a sua indignação quanto às atitudes de seus filhos:

E os menino daqui do dia de hoje, o colégio é na esquina e num vai pro colégio. A gente deixa de ganhar alguma coisa, de receber alguma coisa por causa dos filho que não obedece. Depois que completa quinze anos engrossa o pescoço aí pronto, é dono do nariz. Devia se assumir sozím. Devia trabalhar, comprar roupa, um xampu, sabonete, tudo sozím. Mas não, só depende da mamãe. Mãe, quebrou a chinela! Mãe, não sei o que, uma roupa. Por que vocês não se vira má? Tem pescoço grosso pra querer resolver as coisas, pra isso, pra aquilo. Não vai pro colégio nem nada. Devia resolver essas coisas aí também (SILVIA, OF4).

É exigida do adolescente a concretização das responsabilidades adultas para a satisfação dos pais quando este ainda está se adaptando à sua saída da infância. O desejo de Eduarda e de Sílvia para que seus

filhos concluíssem os estudos, denuncia a ansiedade e a preocupação para que os jovens sejam capazes de enfrentar futuras dificuldades as quais suas mães temem. Uma dessas dificuldades é a financeira por que passam as famílias pobres. Somente com ensino escolar concluído é que podem ter a esperança de conseguir um emprego, em meio a uma ampla concorrência no mercado de trabalho, o que os ajudaria a conquistar um *status* adulto satisfatório tão almejado por suas mães.

A vida conjugal precoce aponta para a difícil tarefa das jovens de atingir a expectativa das mães que exigem tanto a obediência à autoridade adulta como também a regulação dos impulsos sexuais, que no caso da filha de Sílvia, sua falta de cuidado na expressividade sexual resultou na gravidez indesejada. Nesse aspecto, a vulnerabilidade própria da idade somada a fatores como a concentração populacional, o difícil acesso a políticas públicas de educação, saúde e cultura, a baixa renda familiar, a evasão escolar, entre outros, tudo isso “expõe o jovem pobre a situações adversas, como o uso, o abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as transgressões, as infrações [...] a morte precoce e outras” (LOSACCO, 2015, p. 84-85). Realidades que não podem ser ignoradas e que exigem um eficaz planejamento de intervenções por parte do Estado.

Nessa perspectiva, de acordo com uma jovem adolescente, o motivo pelo qual há um número crescente de jovens em bares e não com suas famílias é “*porque a mãe não deu amor*” (NATÁLIA, OF2). Na mãe é investido o papel social daquela que é responsável em dar amor, e a sua conseqüente falta ou ausência gera instabilidades emocionais e comportamentos indesejáveis no jovem. Nessa mesma linha de pensamento,

As técnicas [do CRAS] também comentavam a respeito da realidade das famílias que acompanham, como, por exemplo, a possibilidade de que o adolescente esteja fora da escola e sem perspectiva de futuro em decorrência da falta de diálogo na família ou até mesmo de atenção e afeto (DC 09/10/2015).

Talvez a atitude da filha de Eduarda de sair de casa para manter um relacionamento conjugal, mesmo “*apanhando*” (EDUARDA, OF3), se respalde nas afirmativas de Natália e nas técnicas de referência do

CRAS, que se apoiam na falta de amor ou afeto, atenção e diálogo, ou ainda, pelo fato de a adolescente ter sido guiada pelo forte impulso do desejo de emancipação da sua família original. Outro aspecto a ser avaliado é o fato de haver adolescentes que não querem ser como determinados adultos, necessitando buscar fora de casa, e em outras pessoas, referenciais simbólicos que “ajudem a construir formas adequadas de superação das incertezas e dos conflitos advindos de novas experiências corporais e relacionais” (LOSACCO, 2015, p. 79).

De outro modo, o conflito relacional que marca a família de Roberta envolve também o relacionamento com o filho mais novo que saiu de casa e que

Convive com é... com essa coisa [referindo-se a relacionamento com outro homem]. Aí ele se acha, dança e só quer fazer o que ele quer. Aí eu fiquei com raiva dele porque no dia que eu fui dar conselho a ele, aí ele foi e disse assim: a senhora não se meta na minha vida que você não tem nada a ver. Ali pronto, eu isolei (ROBERTA, E3).

O estranhamento e a incompreensão do estilo de vida do jovem por parte de sua família levaram a mãe a isolá-lo da convivência familiar. Isso faz com que o jovem parta para atos de autoritarismo tão intensos quanto aqueles que a sociedade lhe impõe através dos ideais sociais como forma de defender seu modo de vida.

Outros momentos que esgarçam os fios dos relacionamentos familiares são os conflitos comuns entre irmãos. Os exemplos das famílias de Antônia e de Maria retratam bem esse assunto:

Ai mãe, por que que a senhora não faz esse suco de manga com casca? Não porque o [nome do filho] gosta é assim. Ave Maria, mas tudo é o [nome do filho] É um ciúme. Elas duas dizem que eu só gosto do [nome do filho] (ANTÔNIA, OF4).

Às vezes ela [filha] diz: mãe, a senhora tá precisando de alguma coisa? Eu digo: tô, o que você puder me arranjar você me arranja. Às vezes eu nem digo porque ela diz assim: bote o [nome do filho] pra trabalhar [...]. Aí eu já não gosto, porque ele não tem a saúde completa... (MARIA, E1).

Dividir e compartilhar a atenção, a admiração e o afeto dos pais torna natural o ciúme entre os irmãos. Neste caso, o ciúme é demonstrado de acordo com o sentido atribuído pelas filhas de Antônia à concessão do desejo do irmão preterindo o delas. No caso da filha de Maria, à falta de incentivo da mãe ao filho para que ele trabalhe a fim de prover as necessidades de sua mãe, o que pode estimular a ideia de superproteção ou supervalorização de um irmão em detrimento dos outros. Neste sentido, Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) atentam para a importância da competição entre irmãos na dinâmica familiar alertando que de um lado se busca a satisfação da necessidade emocional de maneira saudável e de outro essa busca pode produzir inimizades entre irmãos. Porém, todas as maneiras de relacionar-se configuram como algo importante na construção da personalidade dos filhos, sendo essencial também denotar que a boa convivência entre irmãos vai depender do legado dos pais em sua forma de manejar essas relações.

Todos esses exemplos revelam a natureza conflituosa da família. Neste caso, os interesses pessoais dos membros familiares acabam sobressaindo, prejudicando o interesse coletivo da família. Sobre esse ponto de vista, Gomes e Pereira (2005) acrescentam que, no estado de miserabilidade ao qual estão sujeitos, a família contribui para o desgaste dos relacionamentos, produzindo a banalização dos sentimentos e dos afetos. Tal perspectiva é observada nos estudos de Nunes, Andrade e Morais (2013) que apontam para uma maior preeminência da família como um fator de risco para a delinquência juvenil em decorrência da presença de violência intrafamiliar, criminalidade, ausência paterna, pouco afeto, autoritarismo, entre outros aspectos, muitas vezes influenciados pelo contexto social vulnerável no qual se encontra a família desvelando a fragilização das relações afetivas.

Outro ponto de vista, já mencionado na introdução deste trabalho, é o que demonstram Yunes (2001) e Souza (2010) quanto ao caráter preconceituoso dos profissionais que atuam juntamente às famílias prestando serviços socioassistenciais, que acabam por estigmatizá-las como sendo desestruturadas e desarmoniosas em decorrência da fragilização das relações afetivas.

Reduzir a família pobre aos adjetivos “desestruturada”, “desorganizada” e “desagregada” fomenta a culpabilização por

sua condição de pobreza, retira a esperança de se tornarem sujeitos de sua própria história e favorece a descrença no seu potencial em gerar transformações na sua realidade. Entretanto, a pesquisadora acredita na capacidade do indivíduo de desenvolver-se e de expandir suas potencialidades em meio a situações adversas como no contexto de pobreza, possibilitando a reestruturação de novas formas de sobrevivência dessas famílias que não condizem com caminhos opressores, mas que se direcionam para o exercício da autonomia.

Nesse aspecto, o papel na análise da construção de sentidos não se restringe a classificar os relacionamentos da família pobre como sendo unicamente de natureza conflituosa. Pretende-se desconstruir esse mito à medida que também nos discursos das famílias apresentam-se momentos que dizem respeito à harmonia familiar:

Eu me lembrei de minha filha [adolescente] ontem por causa que ontem ela tava querendo um namorado, aí ela chegou e perguntou pra mim se poderia namorar [...] aí aceitei né, mas ela, eu sempre converso com ela, ela conversa comigo e ela chega pra mim pra conversar [...] lá na minha casa eu tenho diálogo com ela (DAMIANA, OF1).

Você está falando uma coisa muito importante que aconteceu entre eu e essa moça [filha]. Um dia nós ficamos até, até quase duas horas da madrugada nós duas sentada na calçada lá em casa conversando. Mas foi tão bom! Quando eu entrei lá dentro eu fiquei pensando, já pensou hoje de noite nós tamo conversando no maior papo nós duas (RÉGIA, OF1).

Todo dia ele me abraça e diz: “mãe, eu te amo”. E ele diz um bocado de coisa e aí a gente vai passando. Com aquelas palavras, aquelas coisas, dá pra sobreviver (MARIA, E1).

Outros relatos que surgiram a partir das imagens refletiam o pensamento de que os participantes consideravam importante o relacionamento afetivo em suas famílias que envolvam abraços, atenção, carinho, diálogo e união (DC, 15/10/2015).

A harmonia familiar é fundamentada no diálogo, na compreensão e nos laços afetivos que envolvem abraços, amor, carinho e união.¹³ A família se torna o local privilegiado de convivência entre as diferentes gerações favorecendo o diálogo mesmo com suas distintas e divergentes concepções de mundo específicas de cada geração. Neste cenário, “a base mesmo da família é o diálogo” (VILMA, OF3) que fomenta mudanças nas relações hierárquicas na família contemporânea que vêm cada vez mais “sendo substituídas por relações mais igualitárias, em que o respeito e a obediência cegos não podem mais ser impostos pela posição que se ocupa na família, mas, antes, são fruto do amor, da cooperação, da proteção e da cumplicidade entre seus membros” (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 103).

Essas mudanças relacionais sofrem alterações à medida que os sujeitos interagem com novos modelos de comportamento, e pais têm papel preponderante nisso. Se há uma mudança na maneira de os pais se relacionarem com seus filhos, também haverá mudança no comportamento dos filhos para com seus pais. Resta saber se as mudanças levam a relacionamentos promissores ou a relacionamentos destrutivos.

No primeiro caso, os relacionamentos respaldados no amor, na atenção e no carinho são relevantes no desenvolvimento dos filhos para que nutram confiança nos pais e se mantenha uma relação harmoniosa, o que pode evitar que os jovens se envolvam em situações de risco por encontrarem no seu lar segurança e acolhida. Já no segundo caso, conforme mencionado por Nunes, Andrade e Moraes (2013), os relacionamentos destrutivos baseados no autoritarismo, na violência intrafamiliar e no pouco afeto, podem se tornar um fator de risco decisivo para os jovens.

Em outra perspectiva, encontra-se o relacionamento harmonioso entre duas irmãs exposto no seguinte diálogo:

Rogéria: eu tenho ela como mãe.

Pesquisadora: Você tem a ela como mãe, né? Porque ela cuidou de você.

¹³ A relevância dos sentimentos e emoções no contexto familiar será mais bem explicitada no próximo capítulo.

Rogéria: e cuidou dos meus filho também.

Pesquisadora: então você tem uma relação boa com sua irmã?

Rogéria: Tenho. Trato ela como se fosse minha mãe mesmo (OF3).

A relação familiar que envolve as duas irmãs denota um processo social intenso de tal modo que uma assume o papel de mãe na vida da outra. Isto implica a capacidade de compartilhar significados e a capacidade de assumir o papel do outro (FUSTER; OCHOA, 2004). A troca de papéis da irmã de Rogéria para assumir o lugar de mãe, é atestada pelo sentido construído da noção de cuidado. Seja o cuidado para com ela, seja o cuidado com seus filhos. O cuidado fundamentado no afeto se caracteriza como uma fonte natural e essencial de uma expressão ética (LYRA et al., 2015). Para Rogéria, o papel de mãe assumido por sua irmã se respalda no cuidado se configurando como uma demonstração ética.

No que se refere à construção de sentidos voltados para o relacionamento familiar, observou-se que há na família conflitos relacionados tanto ao relacionamento conjugal, como também ao relacionamento entre pais e filhos e entre irmãos. Os conflitos são gerados com base nas expectativas geradas por cada membro familiar sendo orientados pelas definições de papéis. O papel do pai seria de provedor o que daria respaldo à sua autoridade moral no lar. Contudo, na história da família de Rejane, observou-se o fracasso do cônjuge em assumir esse papel. Quanto aos filhos, as mães geram a expectativa de que eles cumpram as suas responsabilidades adultas de concluir os estudos para exercer um trabalho digno e honesto. No entanto, avistou-se o paradoxo de duas jovens que deixaram os estudos para vivenciar a maternidade e a vida conjugal fora da família de origem, instituindo precocemente em suas vidas “responsabilidades adultas”. O ciúme entre irmãos também foi retratado como fonte de conflito familiar, revelado na necessidade de concretização do interesse de um em detrimento do outro.

Neste tópico, também observou-se que a família é fonte de afecções que favorecem os relacionamentos harmoniosos fundamentados no diálogo, na compreensão, no amor, na atenção, no carinho, na união e no cuidado. Tal prerrogativa anuncia a desconstrução da estigmatização de que a família pobre é iminentemente “desestru-

turada”, “desarmoniosa” e “desagregada”. Também fornece uma luz quanto ao papel político da família, por ser lugar primário de convivência, as transmissões de ideias, valores e comportamentos advindos de bons relacionamentos influenciam a concepção de mundo de seus membros que os impulsiona a uma transformação da sua realidade favorável à coletividade.

A questão da pobreza

As famílias contemporâneas têm enfrentado graves problemas relacionados à pobreza. Problemas constituídos historicamente, socialmente, economicamente e culturalmente que recaem sobre a atual situação estrutural do Brasil.

Sarti (2009) menciona que a forma de avaliar a pobreza no Brasil sofreu mudanças ao longo dos anos favorecendo uma visão negativa sobre o pobre. Esta visão concede mais importância à pobreza propriamente dita do que à pessoa pobre. Conforme a autora, a visão negativista do pobre disseminou-se nos anos 60 com a anulação do pobre como sujeito. O critério de avaliação da pobreza passou da análise de carências materiais para ser avistada como ausência no reconhecimento dos direitos de cidadania. Quanto a isso, Sen (2010) pontua que a negação dos direitos civis mediante os sistemas políticos autoritários estimula o crescimento econômico pautado no interesse de poucos. Isso acaba contribuindo para o consubstanciado esvaziamento da cidadania social e a aceitação da pobreza.

Nos anos 70, os pobres passaram a ser identificados como sendo os trabalhadores, definidos a partir de seu lugar na produção tanto no trabalho formal como informal. Eram avistados em sua funcionalidade como força de trabalho produtivo e olhados sob a perspectiva da condição de dominados. Sob o ponto de vista produtivista, “os pobres foram pensados como se sua identidade social fosse construída exclusivamente a partir de sua determinação de classe [...] como se suas ações fossem ou deveriam ser motivadas pelo interesse em satisfazer suas necessidades materiais” (SARTI, 2009, p. 39). Nesse aspecto, à família foi concedido o título reducionista de unidade de consumo, posto que, nos anos 70, a mensuração da pobreza pautava-

-se na estrutura de consumo (ROCHA, 2012) da unidade familiar. A família se tornou a principal responsável pela sobrevivência material dos seus membros, a pobreza se estendia naquelas cujos indivíduos não “queriam” trabalhar.

Nos anos 80, comenta Sarti (2009, p. 41-42):

A delimitação da pobreza permanece uma questão relativa à sobrevivência material, definida a partir de dados socioeconômicos, e o eixo da análise volta-se para os arranjos familiares [...] feitos para responder às adversidades do mercado de trabalho nas diferentes conjunturas econômicas.

É anunciado um prenúncio da responsabilização familiar acerca da sobrevivência dos seus membros e da culpabilização da família pobre por não dispor de meios que supram as necessidades familiares. Isso reduz a responsabilidade do Estado em conceder estruturas de acesso ao mercado de trabalho, contexto característico do modelo neoliberal que, pautado numa lógica de acumulação de riquezas, traz como consequência a informalidade do emprego, o subemprego e o desemprego.

Atualmente no Brasil existem diversos métodos de mensuração da pobreza. Accorssi (2011) aponta para as duas principais perspectivas. A primeira seria a pobreza unidimensional ou pobreza absoluta que considera apenas um fator, ou uma análise baseada nas necessidades nutricionais ou na abordagem monetária. A segunda é classificada como pobreza multidimensional (SEN, 2010) ou pobreza relativa, observada em sua complexidade e relacionada com as necessidades básicas do indivíduo, sendo necessário um mínimo de condições para o consumo privado e também acesso aos serviços públicos tais como saúde, educação, entre outros.

Na linha de pobreza absoluta, há a perspectiva baseada em cesta de consumo sendo consideradas as necessidades mínimas calóricas ou necessidades calóricas insatisfeitas, que se relacionam, de acordo com Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), às questões de sobrevivência física. Nesse sentido, trata-se de definir a composição da cesta de alimentos e a escolha dos preços adequados por produto (ROCHA, 2003). De forma mais sistematizada, Loureiro, Suliano e Oliveira (2010, p. 7) também apontam

que no método de análise baseado no consumo mínimo de calorias há quatro passos:

O primeiro estabelece o número de calorias mínimas que um indivíduo necessita para ter uma vida produtiva, algo em torno de 2000 a 2500 calorias por dia. Em seguida, é estimado o custo para adquirir essas calorias. A próxima etapa consiste em estabelecer uma cesta mínima de consumo por região. Por fim, compara-se o valor monetário dessa cesta de alimentos com a renda familiar *per capita* e, a partir disso, classifica como indigentes (ou ainda miseráveis ou extremamente pobres) aquelas pessoas cuja renda é insuficiente para comprar a quantidade estipulada de calorias aos preços vigentes.

Esta perspectiva unidimensional recebe críticas devido ao reducionismo biológico-alimentar e por não haver critérios absolutos que definam a quantidade de calorias e nutrientes que o indivíduo necessita consumir por depender de variáveis como as atividades realizadas, condições climáticas, o contexto do lugar etc. (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012). Outra crítica apresentada por Rocha (2003) é o problema de avaliar a pobreza nos países ricos a partir da necessidade de consumo, no que concerne à cesta alimentar básica, uma vez que essa dimensão se torna irrelevante, pois, nos países desenvolvidos, o mínimo vital já é garantido à população.

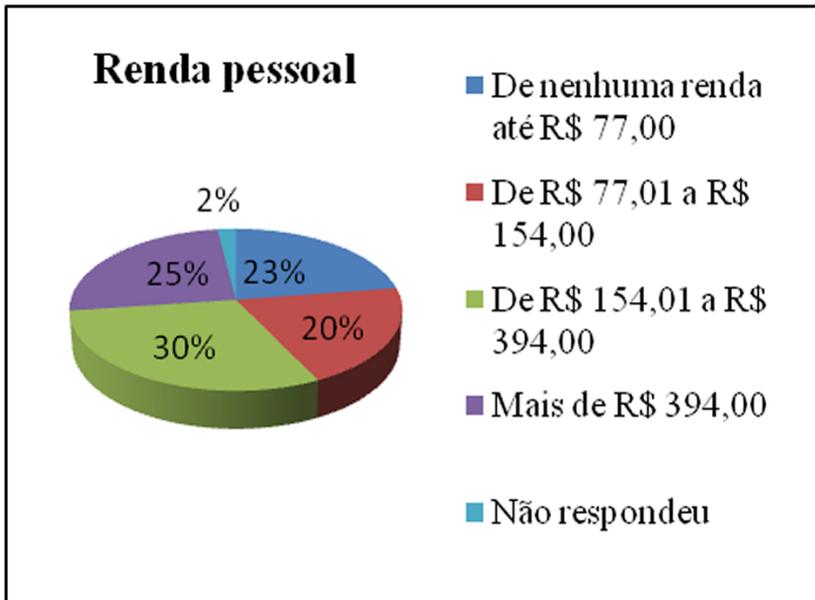
Outra linha de pobreza que podemos observar no Brasil se respalda na determinação do Banco Mundial segundo a qual o sujeito é classificado em situação de extrema pobreza quando sua renda é de US\$1,25 ao dia, e classificado em situação de pobreza quando sua renda diária é de US\$ 2,00 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010). Vale ressaltar que esse tipo de classificação é padronizado mundialmente. Em cada país, porém, existem diferenças no valor do custo de vida, e o número de pessoas consideradas fora ou dentro da linha de pobreza pode ser apenas reflexo deste fator. Além disso, nessa perspectiva a análise da pobreza fica restrita à dependência do câmbio do dólar e, portanto, torna-se passível de oscilação.

Na linha de análise da pobreza por fração do salário mínimo é estabelecido que um indivíduo seja considerado pobre se possuir renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, e indigente,

ou seja, em extrema pobreza, se possuir renda de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por mês (LOUREIRO; SULIANO; OLIVEIRA, 2010). Esses critérios são utilizados como método de elegibilidade para programas governamentais voltados para a população vulnerável, como o programa de transferência de renda Bolsa Família¹⁴ (PBF).

Se analisar o nível de pobreza dos participantes a partir da perspectiva monetária, têm-se o seguinte panorama:

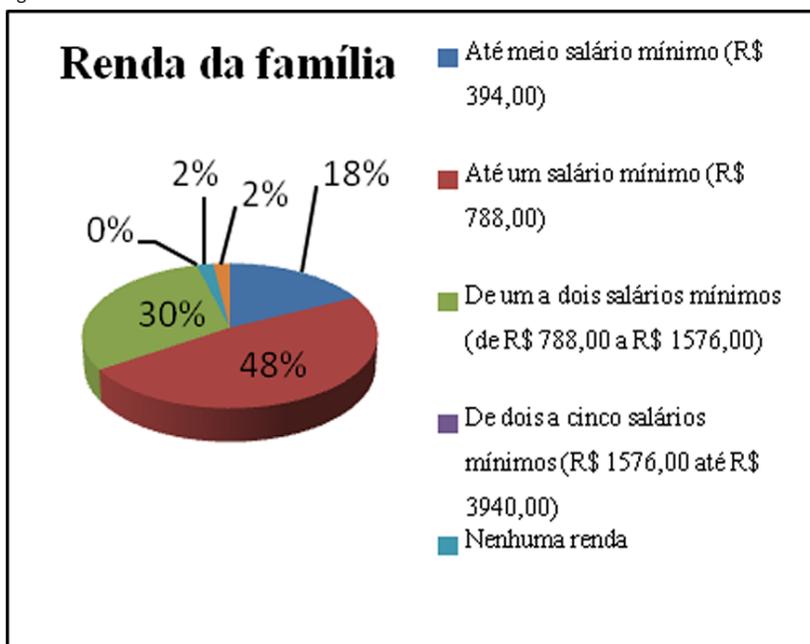
Figura 4 - Gráfico de renda pessoal familiar



Fonte: elaborado pela autora.

¹⁴ Em 2014 o governo federal estabeleceu uma linha de extrema pobreza no valor de R\$77,00 per capita e uma linha de pobreza no valor de R\$154,00. A família que obtiver rendimento mensal menor ou igual ao valor de R\$77,00 é considerado como extremamente pobre e a que obtiver um rendimento menor ou igual a R\$154,00, é classificada como pobre. Esses critérios de avaliação da pobreza são cruciais para eleger os beneficiários do PBF.

Figura 5 - Gráfico da renda



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico de renda pessoal, 23% dos entrevistados estão em situação de extrema pobreza e 20% em situação de pobreza monetária, caso se tratassem de famílias unipessoais. Entretanto, para avaliar a condição de pobreza da família que garante o direito ao benefício do PBF, é necessário investigar a renda per capita familiar. Desse modo, conforme a Figura 5, 2% afirmaram ser desprovidos de renda, 18% responderam que a renda da família é de até meio salário mínimo,¹⁵ e a maioria, 48%, apontaram que sua família recebe até um salário mínimo, um contingente considerado alto, tendo em vista que o valor apontado é dividido entre o número de pessoas residentes em um mesmo local. Nesse caso, se uma família é composta por seis membros e a renda é de

¹⁵ O salário mínimo no período em que foi aplicado o questionário era equivalente ao valor de R\$788,00.

um salário mínimo, seriam classificados como estando em situação de pobreza.

Vale salientar que há a possibilidade de que os respondentes do questionário tenham considerado o valor recebido pelo PBF como renda própria, exercendo influência sobre sua percepção de renda. Acrescenta-se ainda que 82% das famílias entrevistadas são beneficiárias do PBF, 8% recebem Benefício de Prestação Continuada e apenas 4% não recebem benefício de programas de transferência de renda.

Na linha da pobreza relativa, a pobreza é observada como fenômeno multifacetado sendo relacionada às necessidades básicas (habitação, vestuário, alimentação etc.) do indivíduo. De acordo com Rocha (2003), a abordagem das necessidades básicas difere da linha de pobreza absoluta, ou unidimensional, em três aspectos: por não levar em consideração a renda como sendo o único indicador da pobreza, passando a adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida; por avaliar a sociedade como um todo e não apenas um segmento da população como os que são considerados monetariamente pobres, por exemplo; por último, por dar ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento de que as diversas formas de privação estão intrinsecamente relacionadas.

Nessa perspectiva, “redireciona-se o indicador da pobreza dos meios (são pobres os que têm uma renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível) para os fins (são pobres os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável)” (CIDADE, 2012). Anuncia-se assim um conceito de pobreza não limitada às questões monetárias, apesar de não desconsiderar essa dimensão, mas que é observada enquanto privação de capacidades básicas, enquanto privação de viver uma boa vida, condicionada pelas oportunidades sociais (saúde e educação), políticas (liberdade de participação ou discordância política) e econômicas (ocupação) (SEN, 2004).

Sobre a perspectiva multidimensional, há a Abordagem das Capacitações desenvolvida por Sen (2010, p. 29), que trata a pobreza de uma maneira complexa e multifacetada, identificando-a como uma realidade de privação de capacitações básicas, cujas formas são observadas na “fome coletiva, na subnutrição, no pouco aces-

so a serviços de saúde, saneamento básico, água tratada, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social, e na negação da liberdade política e dos direitos civis básicos”. Essa abordagem “concebe o ser humano como dotado de potencialidades que são contextuais, sociais, culturais e pessoais” (MOURA JÚNIOR et al, 2014, p. 345).

As capacidades são as habilidades básicas de que as pessoas necessitam para seu funcionamento nas suas distintas dimensões da vida. Implica o exercício pleno da liberdade das pessoas para alcançar seus objetivos e levar o tipo de vida que de fato valorizam. No entanto, o desenvolvimento dos funcionamentos dos indivíduos, ou seja, o exercício de suas capacidades, depende das oportunidades políticas, sociais e econômicas que o indivíduo tem para alcançar um nível de vida minimamente adequado. O indivíduo é considerado em sua condição de agente (SEN, 2010) participante das ações políticas econômicas e sociais, contribuindo para a transformação da sua realidade atendendo aos interesses de uma população supostamente inerte.

Nesse sentido, as condições favoráveis de funcionamento como estar bem nutrido, estar bem de saúde sem a iminência de doenças e de morte precoce, estar abrigado, até mesmo de ser feliz, ter autorrespeito e participar de uma convivência comunitária (PICCOLLOTO, 2006), são otimizados pelas oportunidades vivenciadas por meio de políticas públicas, por exemplo. A questão é se os pobres têm acesso efetivo a essas políticas recebendo oportunidades justas que permitam alavancar escolhas que favorecem seus modos de funcionamento.

O enfoque multidimensional da pobreza passa a considerar as características sociais, políticas, econômicas e culturais que influenciam o desenvolvimento humano. Dessa forma, esta categoria aponta a necessidade de compreensão deste fenômeno na realidade psíquica, envolvendo a área simbólica, a política e o concreto vivido por sujeitos em condição de pobreza (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012), por isso a importância de dar voz àqueles que vivenciam a situação de pobreza.

Neste tópico, discutiu-se sobre as perspectivas de pobreza no Brasil a partir de uma breve construção histórica, o que repercutiu

diretamente na caracterização do sujeito pobre ao longo dos anos. As concepções de pobreza nos anos 60, 70 e 80 levam a uma visão reducionista do sujeito pobre responsabilizando-o plenamente sob sua condição de pobreza, além de reduzir sobremaneira a responsabilidade do Estado em conceder estruturas que garantam uma vida minimamente adequada a esse indivíduo. Apenas mais recentemente é que se tem focado o olhar para a pobreza em uma perspectiva multidimensional, segundo a qual o pobre é avistado em sua condição de agente que contribui para a transformação da sua realidade, sendo imprescindíveis nesse processo as estruturas de oportunidades garantidas pelo Estado. A percepção das potencialidades do sujeito pobre enquanto autor de sua história e agente transformador é o que se defende neste estudo.

Vida das famílias em condição de pobreza

O modo como o indivíduo percebe a pobreza baseia-se no constructo simbólico desenvolvido a partir do contato com sua realidade social que está sob uma forte égide cultural. Consequentemente, o modo de pensar do sujeito sofre influência do pensamento social manifesto na sociedade. Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) definem o pensamento social caracterizando-o como uma forma simbólica (ideológica), constituída a partir da relação que se estabelece com o mundo e com os outros.

Nesse sentido, o pensamento social que permeia a definição de pobreza adotada pelas famílias é pautado, em sua essência, na privação de alimentos:

Pobreza? Eu acho que quando a pessoa não tem o que comer, né? [...] Pobreza é esse que amanhece o dia e não tem nem feijão pra botar no fogo, que não tem um pão pra comer, não tem dinheiro nem pra botar alguma coisa pro filho. Eu acho que a pobreza é isso, né? (VILMA, OF3).

Considerada como “uma coisa muito ruim de se viver” (JOÃO, E4), a pobreza é vinculada à necessidade básica de se manter nu-

trido, sendo a falta de alimento uma consequência da restrição de renda. Essa concepção está associada ao parâmetro de avaliação de pobreza absoluta baseada no consumo mínimo de calorias e nas necessidades nutricionais, portanto, se configura a nível biológico-alimentar. Desse modo, partindo do pensamento social vinculado às necessidades nutricionais, a vivência de privação alimentar tornou-se algo recorrente nos discursos das famílias:

Enchia o copozinho de café, enchia de farinha e inchar pra merendar [...] a nossa merenda de primeiro era o cafezinho com farinha e assim a gente passava o dia se num tivesse outra coisa pra poder comer (ROBERTA, OF2).

A minha menina hoje tem trinta e cinco anos, mas quando minha filha tinha seis meses de nascida eu vi ela dando agonia nos meus braços de fome porque o meu leite não dava pra ela mais (MARIA, OF4).

Quando compra uma coisa, falta outra. Quando compra o café, falta o açúcar. Quando compra o açúcar, falta o café (ROSA, E4).

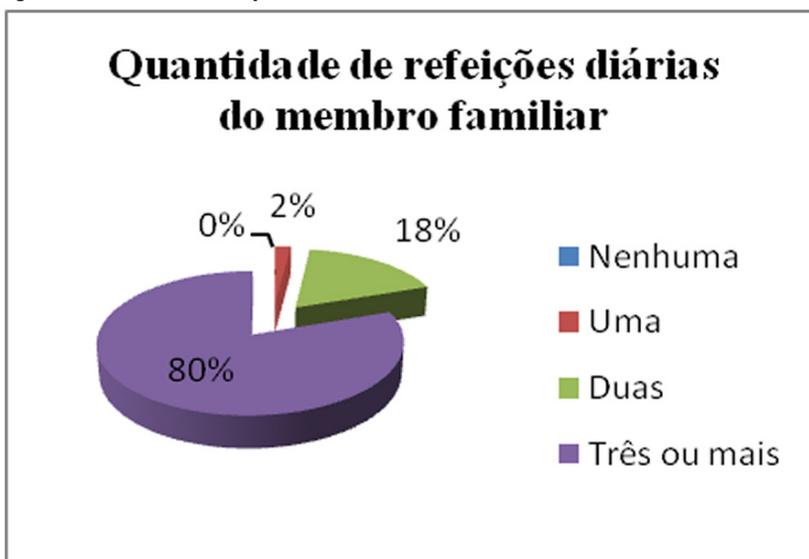
Essas vivências se contrapõem aos resultados recentes apresentados no relatório organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) que afirma haver reduzido à fome, a desnutrição e a subalimentação no Brasil, respaldado na diminuição de 25% do índice de insegurança alimentar comparando o período entre 2004 a 2009. O mesmo relatório reporta que o país superou a fome atingindo um nível abaixo de 5%. O referido órgão credita o avanço do combate à fome aos programas do governo federal por meio da priorização na agenda pública da Segurança Alimentar e Nutricional da população. Como meio de reforçar esses dados apresenta-se a discriminação dos resultados da aplicação do questionário socioeconômico aplicado aos representantes das famílias:

Figura 6 - Gráfico da situação nutricional



Fonte: elaboração da autora.

Figura 7- Quantidade de refeições diárias



Fonte: elaboração da autora.

Os resultados corroboram as informações da FAO (2014), à medida que apontam para um contingente de apenas 10% das famílias entrevistadas que têm em sua composição familiar um membro em situação de desnutrição e em que a maioria (80%) realiza no mínimo três refeições diárias. Apesar dos resultados promissores, não se pode esquecer os impactos psicossociais relacionados à privação de alimentos.

Nesse sentido, Frongillo (2013) afirma que a situação de insegurança alimentar da família pode ser fonte de preocupações, ansiedades, angústias, sentimentos de alienação, como a vergonha, e de privação, como a culpa, assim como também altera substancialmente a coesão no relacionamento familiar. Com relação a este último aspecto, entra em jogo o papel social dos pais na provisão de alimentos para os filhos como observado no discurso de Maria (E1):

Quase eu não tenho... Não tenho dinheiro. Às vezes ele quer um biscoito, que ele é doído por um biscoito, aí diz assim: mãe, tu não tem uns dois real pra me dar pra mim. Aí aquilo realmente eu me estresso.

Dentre os impactos negativos derivados da privação de renda e consequentemente de alimentos, encontra-se o estresse de Maria. Góis (2008) pontua que o estresse é resultado de uma resposta à percepção de um desafio ou ameaça que resulta em mudanças físicas, emocionais e subjetivas. O estresse crônico, mediante a presença continuada de agentes estressores, pode gerar problemas e doenças de ordem social e psicológica.

No caso do pobre, afirma Góis (2008), o estresse da pobreza ou distresse é marcado pelo enorme esforço na luta pela sobrevivência no cotidiano e pode atuar como uma condição facilitadora e potencializadora do organismo para uma ação tanto de adaptação como também de transformação. Desse modo, mediante as condições de privação que geram estresse, Maria encontrou um meio de sobrevivência por meio do trabalho com reciclagem, enquanto Roberta não esperou o destino profissional bater à sua porta e tomou a iniciativa de procurar um meio de garantir sua subsistência assim como segue:

Rapaz! As dificuldades que a gente tem aqui é de... Ele [filho] não gosta que eu fale não, mas o meu lixo de casa eu guardo tudin, né. Aí tem uma mulherzinha ali que não bebe nadinha de cerveja! Amanhece o dia no final de semana quando ela bebe, chega é com as sacolas de latinha. Ali eu vou guardando. Quando tem a maior necessidade, por exemplo, no dia que eu não tenho uma mistura, no dia que eu não tenho pão, aí eu já vendo. É assim. Sobrevive assim mesmo (MARIA, E1).

Eu quando amanhecia o dia que não tinha o que merendar, eu: fica aí que eu vou dar uma voltinha. Chegava na porta de um e na porta de outro. Minha filha eu quero uma lavagem de roupa, uma faxina pra mim fazer porque eu quero levar comida pra os meus filhos. Hoje não, sai é com umas bolsona as mulheres tudo pedindo esmola. Eu não pedia não. Eu saía era pedindo emprego (ROBERTA, OF4).

É interessante notar que dentre as estratégias de sobrevivência das famílias pobres investigadas, pedir esmolas não é uma opção adaptativa à sua realidade de privação, pois carrega consigo uma conotação negativa: “um dia desse uma mulher veio dizer: ei, vamos pedir esmola. Eu disse: vou não, minha filha. Vou não porque o povo vão mandar eu trabalhar, aí eu vou me entristecer” (MARIA, E1). É preferível ir atrás de emprego, mesmo sendo de caráter informal, ou ocupar-se com atividades de reciclagem do que pedir esmola, como se esta última ação abrisse uma ferida moral geradora de tristeza em meio à falta de oportunidade de um trabalho digno. Desse modo, elucidam-se nas famílias pobres valores e princípios que estão acima das adversidades: pobre digno é aquele que não pede esmola.

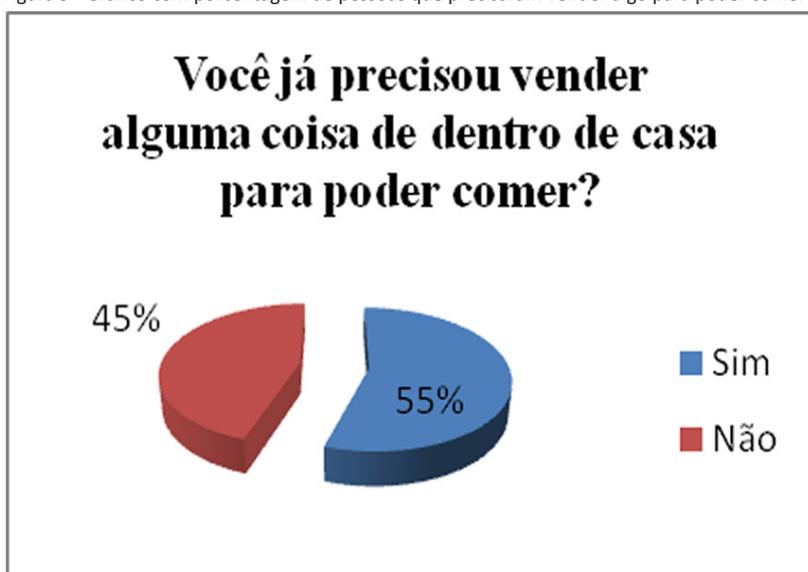
No entanto, esses discursos se confrontam com alguns resultados apontados no questionário Socioeconômico:

Figura 8 - Gráfico com porcentagem de pessoas que precisaram pedir dinheiro para comer



Fonte: elaboração da autora.

Figura 9 - Gráfico com porcentagem de pessoas que precisaram vender algo para poder comer



Fonte: elaboração da autora.

Embora o ato de pedir esmolas possa ferir a dignidade e a moral do pobre, a maior parte dos entrevistados (68%) respondeu que em algum momento de suas vidas precisaram pedir dinheiro para se alimentar e 55% precisaram vender algo de sua casa para poder comer. É possível que haja uma conotação perniciosamente impregnada na sociedade associada ao termo “esmola” que impeça a família pobre de levar a cabo a ação de esmolar. Vende-se algo de sua casa ou pede-se para um parente, para um vizinho, para um amigo, para alguma instituição, algum provimento para sanar a sua fome, mas não se vai às ruas pedir esmolas.

Outra forma de privação denunciada no contato com as famílias é voltada para a questão da falta de acesso à educação:

Aqui é sobre o estudo. Eu não tive. Eu fui até a quinta série porque minha mãe teve dezoito filho, então nós não pudemos estudar porque tínhamos que trabalhar pra comprar uma roupa, calçado e ela não deixava eu estudar à noite. Hoje meus minino pode, né (SÔNIA, OF2).

Meu pai não me deu estudo. Mesmo porque quando ele faleceu, eu já tinha dez anos, mas tinha dado tempo, não é? Ainda era criança [...] Aí, tanto é que quando eu tinha doze anos, eu mesmo fui e me matriculei numa escola longe que só, mas só que devido ao meu padrasto ser muito ruim pra minha mãe e a minha mãe não conseguia deixar ele, aí eu só estudei um mês, porque eu tinha medo de chegar em casa e encontrar a minha mãe morta (ANTÔNIA, OF4).

Os relatos de Sônia e Antônia leva à análise de que o acesso aos estudos foi impedido tanto pela necessidade precoce de adentrar no mercado de trabalho para suprir as privações materiais, como também pela insensibilidade da família de compreender a importância dos estudos como no caso do pai de Antônia, como também pela sensação de medo mediante uma iminente situação de violência doméstica.

É válido ressaltar que, ao longo dos anos no Brasil, o acesso à educação foi ampliado. Em um estudo comparativo entre os anos de 2004 a 2013, houve um aumento de 2,3% de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos frequentando a escola passando da taxa de 96,1% em 2004 para 98,4% em 2013, mantendo uma taxa próxima à universalização; en-

quanto, na faixa etária entre 15 a 17 anos, houve uma ampliação de 2,5% neste mesmo período, passando de 81,8% em 2004 para 84,3% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). De outro modo, a UNICEF [200-?] aponta para dados estatísticos de que, embora haja 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola, o Brasil ainda tem 535 mil crianças nessa idade fora da escola. Trata-se de um desafio contínuo de superar o ciclo de pobreza garantindo o acesso universal à educação.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) tece a crítica de que, apesar de averiguar o aumento dessas taxas, isso não implica que os adolescentes estejam frequentando o nível escolar correspondente à sua faixa etária. Talvez isso ocorra devido às mudanças suscetíveis à fase da adolescência como a gravidez e a inserção no mercado de trabalho de maneira precoce, como no caso de um dos filhos de Sônia: “Teve um que não quis [...] Se arrumou com uma menina, engravidou então teve que sair do estudo pra trabalhar pra sustentar o neném né” (OF4).

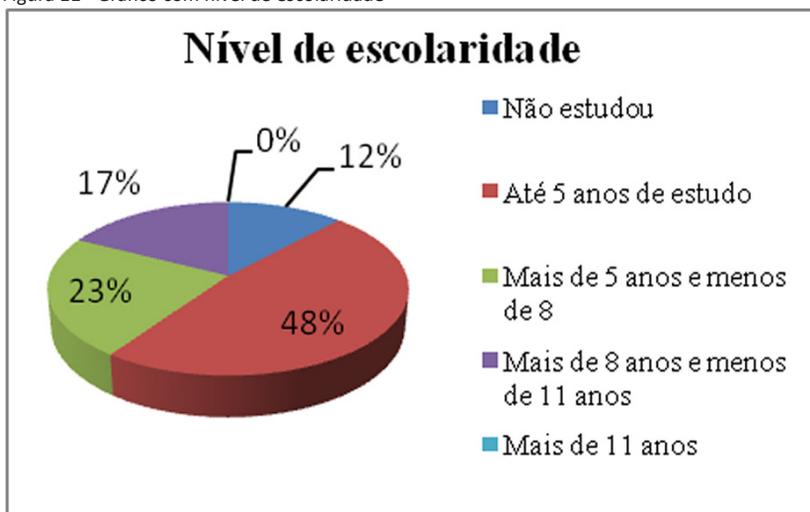
As taxas mencionadas corroboram o resultado do questionário socioeconômico no que se refere ao âmbito da educação como se pode observar nos gráficos abaixo:

Figura 10 - Gráfico com porcentagem de crianças que frequentam ou não a escola



Fonte: elaboração da autora.

Figura 11 - Gráfico com nível de escolaridade



Fonte: elaboração da autora.

Apenas 5% dos respondentes afirmaram ter em sua composição familiar criança em idade escolar que não frequenta a escola confirmando, desse modo, os dados preditos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). Entretanto, a maioria dos participantes (48%) afirmaram deter apenas cinco anos de estudo, isso diz respeito ao Ensino Fundamental incompleto, o que reflete na disfunção entre a faixa etária e o nível de escolaridade básica. Voltando-se para a análise desses dados de acordo com a Abordagem das Capacitações (SEN, 2010), o baixo índice de escolaridade impede o pleno desenvolvimento das capacidades do indivíduo pelo fato de o nível de escolaridade influenciar a aquisição de um emprego formal mediante uma disputa acirrada no mercado de trabalho.

De outro modo, Craveiro e Ximenes (2013) creditam o aumento nas taxas de frequência escolar no Brasil ao Programa Bolsa Família (PBF) implementado em 2004, atuando por meio do seu sistema de condicionalidade na área da educação.¹⁶ Por outro lado, Pires

¹⁶ Na área da educação, “os estudantes de seis a 15 anos devem cumprir uma frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária e os jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015).

(2013) e Setúbal (2010) alertam quanto à necessidade de atenção na qualidade no ensino, questionando o tipo de educação a ser ofertado para as populações em situação de pobreza. Nesse sentido, o aumento da frequência escolar não garante o bom aproveitamento e aprendizado escolar.

Embora Craveiro e Ximenes (2013) apontem para resultados promissores - as taxas de aprovação no ensino médio passaram a ser mais favoráveis aos alunos acompanhados pelo PBF que a média nacional de aprovação dos demais alunos do ensino público. Setúbal (2010) pontua que os métodos atuais de ensino não garantem a formação de cidadãos críticos que incentivem a participação social e a qualificação para o trabalho, pontos importantes para o desenvolvimento da autonomia dos jovens pobres.

Além da identificação da defasagem escolar nas famílias pobres, outra problemática recorrente aponta para a incidência de doenças crônicas e suas repercussões no cotidiano dessas famílias. A depressão, a hipertensão, a diabetes e até mesmo as deficiências físicas e mentais incidem sobre a estrutura emocional familiar. São constantes motivos de sofrimentos psicossociais, pois impedem o indivíduo portador das doenças ou deficiências de trabalhar e obter renda por conta própria - e assim auxiliar na subsistência da família. Além disso, geram angústia e ansiedade em seus cuidadores pelas constantes preocupações com o ente adoecido e pela impossibilidade também de exercerem atividade laboral, por ter que se dedicarem exclusivamente aos seus cuidados, como está expresso nos seguintes discursos:

Eu adoeci, tive uma doença crônica a qual não tinha cura. Aí fiquei doente, depois perdi o emprego, entrei em depressão, fiquei desestruturado (ROBERTO, OF5).

Eu passei muitos dias sem, bem dizer, fazer nada. Por quê? Eu tenho pressão alta, eu tenho diabete, e eu não posso trabalhar fora porque a minha dor de cabeça é muito forte chega dá o cheiro de sangue no nariz. Assim, a gente sente aquele gosto de sangue. Aí ele [filho] é que diz assim: se acalme mamãe, se acalme (MARIA, E1).

Eu não tô fazendo nada. Não tem como eu fazer. Eu não posso trabalhar, tenho que cuidar desse aí [filho com deficiência mental] e tenho que cuidar do outro. Que [...] também ficou deficiente [cadeirante], né. Aí não tem como eu ir trabalhar (SELMA, E2).

Outro modo de identificação do sofrimento ocasionado pela doença é abordado no diálogo entre Roberta e seu filho José:

Roberta: Porque eu tenho problema de saúde [...] tenho diabetes e pressão alta [...] aí às vezes eu digo: gente, num deixe eu só não, senão derrepentemente vocês chega aqui e encontra eu morta.

José: É, aí a gente já fica preocupado, ninguém nem pode sair direito (E1).

A privação da liberdade de José, ou seja, do direito de ir e vir depreende-se das constantes preocupações com o estado de saúde de sua mãe afetando substancialmente a sua rotina e aflorando o distresse familiar. A depressão de Roberto observada a partir da forma como ele sequenciou sua fala, faz elucidar que é uma condição resultante da relação entre a doença crônica aliada à situação social do desemprego gerador de estresse. Quanto a isso, Santos, Nakamura e Martin (2007, p. 321) mencionam que “[...] a depressão não é um refúgio dos excluídos, ela é o encaminhamento social da questão [...] revelando uma impossibilidade ou dificuldade de operar o mundo usando as ferramentas cognitivas disponíveis e a própria bagagem cultural”.

É interessante ressaltar que, embora as doenças que mais se apresentem nos participantes desse estudo sejam doenças não transmissíveis como hipertensão, diabetes e depressão, o relatório final da subcomissão especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as políticas de governo relacionadas a doenças determinadas pela pobreza, menciona que no Brasil as doenças consideradas como perpetuadoras ou determinadas pela pobreza estão associadas a moléstias infecto-parasitárias como tuberculose, malária, hanseníase e leishmanioses, e a mais recente reintrodução de doenças como dengue e cólera (BRASIL, 2013). Tais doenças estão

associadas a causas como as condições insalubres de moradia, precário ou nulo acesso a saneamento básico, insegurança alimentar e, no caso do ambiente urbano, à crescente densidade demográfica que eleva as possibilidades de transmissão dessas moléstias.

Entretanto, esse mesmo documento traz a elaboração crítica do então Assessor da Secretaria de Vigilância em Saúde, que pontua que cada vez mais se tem avistado a predominância de doenças crônicas na população mais vulnerável que, por sua vez, dificultam o retorno ao mercado de trabalho e a integração social. Essa mais recente crítica direciona novos apontamentos para a abordagem das doenças na população pobre do Brasil e corrobora os depoimentos das famílias entrevistadas neste estudo que devem ser avistadas não somente em uma perspectiva biológica da doença, mas que se deve investir um novo olhar enfocando a doença como um fato social.

Aliada às doenças, destaca-se a privação das famílias na dificuldade de acesso a equipamentos da política pública de saúde tal como se apresenta no seguinte depoimento:

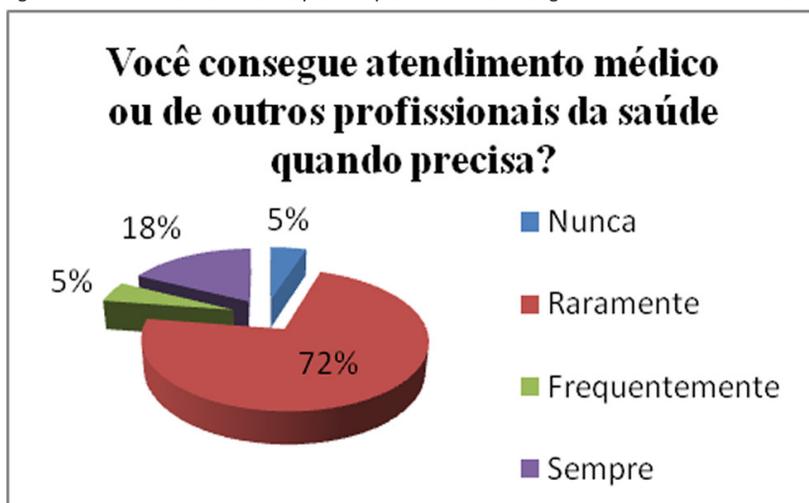
Aí nesse posto aí, ó... você vai pra lá, você pega uma fila enorme. Aí você vai marcar uma ficha, a mulher bota lá no papel, ainda vai olhar qual é o dia que a doutora tá disponível pra lhe atender. Se tem vaga. Você fica esperando ainda pro mês que vem. Aí você recebe um papel que a doutora passa uns exame. Você vai agendar. Aí você fica esperando, esperando até chegar um dia com dois, três, quatro meses é que você vai fazer um exame de sangue, ainda vai pegar outra fila. Mulher, é difícil viu (SELMA, E2).

Só em eu ver meu filho em cima numa cama dessa daí pra mim já é uma dificuldade grande. Já ajeitei ele... já agendei pro SARA e ainda não recebi nenhuma resposta. E ele precisando de fazer que eu tô vendo a hora as duas canela dele secar, que uma já tá seca. Aí até agora minha filha nada desse SARA nem se comunicar com nada (SELMA, E2).

Esse depoimento faz a pesquisadora ponderar acerca das dificuldades de se cumprir efetivamente a Constituição de 1988, que prevê o acesso universal e integral de cada cidadão à atenção à

saúde. Nesse sentido, Jaime, Amaral e Magalhães Júnior (2014) comentam que ainda há dificuldade do Sistema Único de Saúde (SUS) em consolidar ofertas de ações e serviços de saúde prezando pela equanimidade. Os trâmites formais para agendar consultas médicas e exames, bem como a ausência de resposta de um equipamento da saúde mediante o apelo de uma mãe, são exemplos disso. Conforme gráfico abaixo, as famílias afirmam que raramente conseguem atendimento médico quando precisam:

Figura 12 - Gráfico com taxa de frequência que as famílias conseguem atendimento na saúde



Fonte: elaboração da autora.

A dificuldade em consolidar ações e serviços do SUS aliada a restrições orçamentárias reforçam esse resultado. Ademais, Cotta et al. (2007) denunciam as consequências da presente desarticulação entre as políticas de educação e de saúde que influenciam a abordagem médica durante o atendimento. Para esses autores, a educação dos profissionais de saúde tem se baseado mais em referenciais teóricos do que em práticas cotidianas no contato direto com os pacientes, representando substancialmente um obstáculo para o atendimento humanizado e integral que reverbera no desenvolvimento humano.

Seria necessária uma visão ampliada da doença integrada a outros âmbitos que permeiam o contexto social do indivíduo que podem funcionar como agravantes da doença, como situações de desemprego, violência, precário ou nulo acesso a saneamento básico, insegurança alimentar, entre outros, cenário próprio do sujeito em condição de pobreza. Nesse sentido, a pobreza contribui para o desenvolvimento das mais diversas formas de adoecimento, agravadas ainda mais pela não consolidação do SUS e pela precária visão dos profissionais de saúde ao realizar o diagnóstico da doença sem atentar para a relevância da conjuntura do contexto social à qual o sujeito está submetido.

Além das referidas experiências de privação, os sujeitos pobres também passaram por suscetíveis experiências de abandono. Assim, o abandono foi vivenciado por Rosa e Francisca ainda na infância: “eu fui abandonada pelos meus pais [...] e eu chorava e ficava triste porque eu queria o amor dos meus pais e não tinha” (ROSA, OF1); “[...] a minha mãe me deu pra outra pessoa, que fica perto da minha avó [...]” (FRANCISCA, OF2). Já Leide (OF2) foi abandonada pelo seu cônjuge pouco tempo depois que sua filha nasceu: “Ah minha filha, o meu marido foi simhora e eu fiquei com ela [filha] com dois dias de resguardo”.

No que se refere ao abandono de crianças, Adame et al. [2010?] afirmam que, entre as causas mais comuns do abandono, está a negligência acompanhada pela pobreza. A dificuldade de suprir as necessidades básicas de seus filhos em decorrência da situação de pobreza pode levar os pais a desenvolver o pensamento de que seus filhos estariam em melhores condições de cuidado sob a tutela de outras pessoas ou instituições sociais que possam proporcionar melhor situação de vida para suas crianças. Outro provável motivo do abandono é consequência de uma juventude interrompida pela gravidez precoce. As mães, elas mesmas sendo ainda crianças, não possuem uma maturidade emocional e estrutura socioeconômica que deem conta dos cuidados de um bebê. Ademais, o abandono do genitor irrompe uma motivação para a mãe enjeitada não prosseguir na criação dos filhos sozinha.

Sob outra perspectiva, Nascimento, Cunha e Vicente (2007) atentam para o perigo de culpabilizar a família pobre acusando-a

de incompetente e negligente nos cuidados com seus filhos sem levar em consideração os efeitos nocivos das práticas neoliberais que tanto colaboram para o aumento da exclusão social, do desemprego e para a violência às quais estão sujeitas as famílias pobres. Nesse sentido, questiona-se de onde parte a negligência, se dos pais pela incapacidade de suprir as necessidades básicas de seus filhos, levando-os a abandoná-los, ou do Estado, por não prover estruturas econômicas e sociais para as famílias, como habitação, saneamento básico, emprego formal, entre outros.

Essa visão descontextualizada contribui para a criminalização da pobreza, às famílias pobres restam imputar-lhes medidas punitivas bem como a destituição dos pais das obrigações em relação aos filhos menores, incidindo sobre o seu direito de convivência familiar (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007). Desse modo, é necessário avaliar o contexto social no qual as famílias estão inseridas e gerar oportunidades que sejam suficientes para o desenvolvimento do bem estar dessas famílias que poderiam reduzir consideravelmente a incidência de abandono incentivada pelas condições precárias de vida.

Por outro lado, as pessoas que vivenciaram o abandono na infância desenvolvem mecanismos emocionais e psicológicos favoráveis a outro tipo de reação mediante as condições adversas de sobrevivência como no caso de Francisca (OF2):

Tive meus filho com quinze ano, tive meu primeiro filho, só que eu não fiz igual ao que minha mãe fez. Eu tenho cinco filho. Eu não saí distribuindo meus filho de mão em mão, que nem minha mãe fez.

Francisca foi abandonada pelos seus pais e deixada sob os cuidados de uma vizinha que morava próximo a sua avó, entretanto, ela não reproduziu o mesmo tipo de atitude de sua mãe apesar do número considerável de filhos. Além disso, como mencionado em outro momento deste escrito, a participante ainda adotou uma criança mediante uma iminente situação de abandono. O distresse (GÓIS, 2008) vivenciado pela experiência de abandono foi potencializador de uma transformação de parâmetros na vida de Francisca, uma vez que, mesmo em condições de pobreza, decidiu não abandonar seus filhos e ainda tomar por filho uma criança que não gestou.

A vida da família em contexto de pobreza também se encontra permeada pela violência. Conforme Cidade (2012, p. 55) a violência leva à adoção de atitudes específicas diante de instabilidades cotidianas “quer sejam de preocupação e cautela, quer de enfrentamento do risco”. Assim tem-se nos excertos que seguem alguns históricos de violência que marcaram a vida das famílias:

Meu genro é empregado num negócio que faz vidro [...] Aí foi... foi vender droga pra um traficante. Deixou de vender praquêle, foi vender pra outro. E esse daí [filho], desde criancinha era no pé dele [...] Aí quando foi um belo dia, minha filha [...] Ele [genro] disse assim: [...] hoje não vamo trabalhar não, eu vou comprar um material, amanhã nós vamos. Aí quando eu sentei só vi ele [filho] assim olhando os meus pés. Aí sentei assim pro lado de fora e ele assim pro lado de dentro, disse assim: mamãe, eu sonhei um sonho tão assim. Vi um carro descendo acolá [...] aí contou a história dele. Aí quando foi assim um negócio de 11h40 [...] Aí vinha um carro vuado, vuado, e disse: vixe mãe, olha o carro doido vuado ali, oia. Aí ele disse assim: essas praga desses reservado só é descendo pra banda de cá. Minha fia, quando deu fé [...] o ex-amigo dele [genro] desceu com uma pistola deste tamanho [...] Ele disse assim: não tem seu cunhado, vai você mesmo. Quando viu foi tiro pra todo canto [...] mas graças a Deus não pegou nenhum [...] aí é por isso que nós tamo pra banda de cá (MARIA, E1).

[...] eu morava lá na Jurema e entrou uns pessoal lá e botou as família pra ir se embora e eu fui nesse embalo também, pra correr. Aí isso aí eu não me esqueço nunca [...]As família tudim na favela e botaram pra correr, ó. Alguns eles venderam as casa, trocaram, ficaram com as coisas. As pessoas saíam só com a roupa do corpo [...] Mas depois que esses pessoal chegaram lá, mulher, misericórdia. Já foram preso, já saíram (SELMA, E2).

O desespero quando meu irmão levou o tiro, que todos se uniram, todos ficaram unido, preocupado, né? Com a morte... pensando que ele ia morrer. E também teve a prisão dele (ROSA, E4).

O ciclo de violência experienciado pelas famílias de Maria, Selma e Rosa tiveram desfechos distintos. Maria e Selma enfrentaram essa situação indo residir em outros bairros para evitarem maiores riscos. Maria e seu filho passaram a morar em uma casa cedida e Selma em uma localidade do bairro atual considerada ‘perigosa’ pelos profissionais das políticas públicas. Já a estratégia da família de Rosa, mediante a situação de violência contra seu irmão, foi de unirem-se para dar suporte a ele.

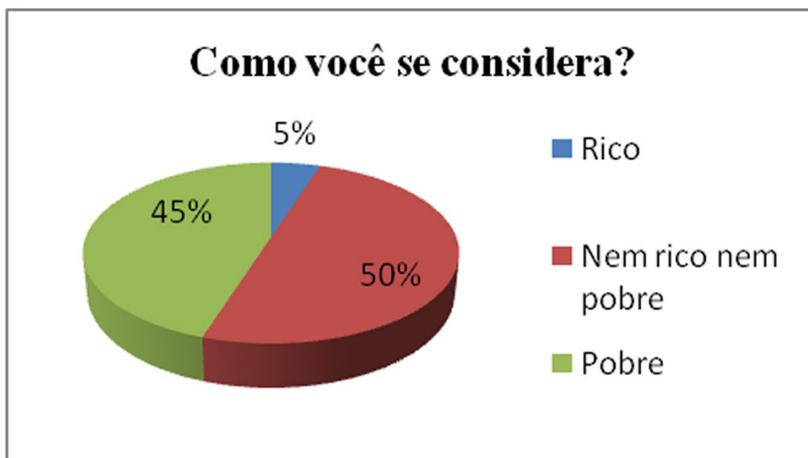
Como pudemos observar os problemas da pobreza não ocorrem de forma isolada, mas estão profundamente entrelaçados. Dessa maneira, as inter-relações existentes entre a privação de alimentos, as dificuldades de acesso às políticas públicas de educação e saúde, o desemprego por motivo de doenças crônicas e pela necessidade de cuidado com os entes adoecidos, a experiência de abandono e o ciclo de violência vivenciado pelas famílias pobres são situações que se assemelham ao que Kliksberg (2002) denominou de círculo perverso da exclusão. Para este autor:

O círculo perverso: “família pobre, educação incompleta, desemprego, pobreza”, vai interagir com outros círculos perversos, como o da “falta de acesso a bens essenciais como água potável, instalações sanitárias, eletricidade, má saúde, dificuldades profissionais”, ou o de “delinquência, impossibilidade posterior de encontrar trabalho para reintegrar-se, probabilidade de reincidir na delinquência”. No conjunto da situação vai sendo produzido um acentuado processo de exclusão social (KLIKSBERG, 2002, p. 29, tradução nossa).

A forma de vivenciar esses círculos perversos produz nas famílias pobres um modo de perceber a pobreza não somente como sendo associada unicamente à carência monetária e material, como exemplificado inicialmente neste tópico na discussão do conceito de pobreza para as famílias, mas também configura papel importante na autopercepção do indivíduo como pobre.

Nesse aspecto, as respostas do questionário para a autopercepção da pobreza apontam para os seguintes resultados:

Figura 13 - Gráfico de autopercepção da situação de pobreza ou riqueza



Fonte: elaboração da autora.

É importante ressaltar que o modo como o indivíduo se autopercebe, se enquanto pobre ou não, pode estar vinculado a perspectivas de escolha que, conforme Distante (2013), dependem de aspectos cognitivos, culturais e das ambições pessoais. Por conseguinte, o mesmo autor reforça que as comparações sociais entre os substratos sociais podem interferir na maneira de como o sujeito se percebe.

Entre os 45% que se consideram pobres temos um representante que versou sobre esta condição durante a entrevista. A maneira de Caio (E2) se autoperceber enquanto pobre é realizada por meio de uma comparação social:

“eu considero como se fosse normal, né. Pobre, pobre né. Todo mundo é pobre, né. Rico é quem fica no prédio e tal, né. Nós somos favelado mesmo. Da favela mesmo, pobre mesmo”.

Desse modo, pobre é aquele que mora na favela e rico é aquele que reside em prédios.

Góis (2005) pondera acerca do distanciamento entre ricos e pobres que residem no mesmo espaço físico, mas que não compar-

tilham uma mesma história coletiva. Os ricos, ressalta o autor, não interagem e não se identificam com os moradores do lugar e buscam em outros recintos, relações sociais “apropriadas” ao seu nível socioeconômico. É muito comum avistar em alguns bairros de Fortaleza prédios e condomínios exuberantes ao lado de comunidades pobres, ou como Caio (E2) diz, ao lado da “favela”.

Nessa perspectiva, Sarti (2009) enfatiza que há uma força simbólica negativa no termo “favelado”, pois o favelado é aquele que possui uma condição social inferior e que acaba por internalizar os estigmas que lhe são conferidos pela sociedade. A internalização do estigma de que o favelado é pobre identificada no pensamento social de Caio, pode estar relacionada com as crescentes disparidades sociais, consequência de uma estrutura política e econômica neoliberal que valoriza o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos.

Outros relatos que apontam para a autopercepção das famílias enquanto pobres também denota a emergência de estigmas sociais:

Eu me considero só humilde [...] Ai eu me acho assim. Eu não me acho aquelas mulher que se amostra, compra aqui compra acolá, pra botar na mesa, pra no outro dia ter... eu digo não, a gente usa o que tem e pronto (MARIA, E1).

Mulher, eu me considero uma pessoa simples (SELMA, E2).

A conotação negativa do estigma e pejorativa do termo “pobre” instituída na sociedade leva as entrevistadas a designarem sua autopercepção de pobreza baseada nos adjetivos humilde e simples. Maria afirma que é humilde por não querer ostentar, ou seja, por não querer ser igual àquelas que “*se amostra*” mesmo não dispondo recursos para isso. Nesse sentido observa-se um discurso atravessado por valores morais, em que os adjetivos humilde e simples, acabam sendo expressões eufêmicas para demonstrarem sua condição de pobreza.

A maior parte dos que responderam o questionário não se consideram nem ricos nem pobres:

Eu pelo menos eu me considero só pra mim manter mesmo [...] É, pra mim eu considero assim que dá pra viver. Porque num dá pra passar fome (JOSÉ, E3).

Mais ou meno também né, tudo é mais ou meno. Rico não sou, nem pobre também. Não sou. Porque [...] se a gente comer uma vez por dia já num é pobre, porque já comeu né (ROBERTA, E3).

Mãe e filho não se consideram nem ricos nem pobres, associando a pobreza à carência alimentar. O fato de terem o que comer todos os dias não os coloca na condição única de ser pobre, mesmo que se faça apenas uma refeição diária. Apenas 5% responderam que se consideram ricos, porém em nenhum momento durante a facilitação das oficinas e muito menos nas entrevistas, houve apontamentos das razões pelos quais se autopercebem enquanto ricos. No entanto, pondera-se que essa irrisória taxa esteja vinculada ao pensamento social de que rico é aquele que tem maior aquisição monetária sendo capaz inclusive de ajudar os menos favorecidos com o seu dinheiro, como descrito na fala de uma criança de dez anos: “Rico assim, dá dinheiro pra minha família que fica passando fome. Dá dinheiro pra minha família pra se alimentar e pra minha mãe. E pra minha vó, que tá lá a dívida dela” (RODRIGO, E4).

A comparação social identificada na autopercepção da pobreza aponta para a existência de uma intensa desigualdade social. No que se refere à influência da desigualdade social na estrutura familiar, Kliksberg (2002, p. 41) afirma que os “altos níveis de desemprego, as incertezas quanto a assegurar uma renda estável para a família, agem como incentivos negativos para a formação de famílias. Os choques da pobreza criam, também, tensões extremas que dissolvem as famílias existentes”. É um panorama que favorece o estabelecimento de novas configurações familiares colocando em destaque a questão da conjugalidade nesse processo.

De acordo com Magalhães e Ferès-Carneiro (2005), a conjugalidade contemporânea tem se apresentado cada vez mais fluida, ao invés de haver o predomínio da união do casal por meio do amor,

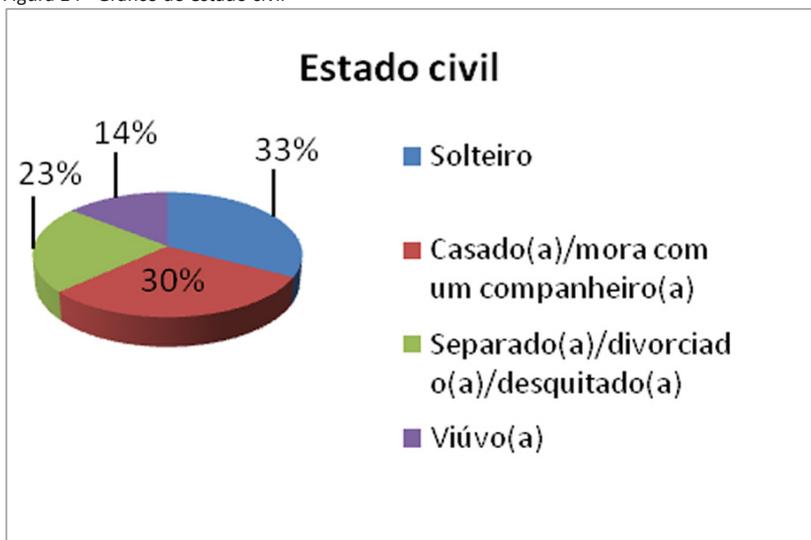
tem-se observado cada vez mais a dissolução do laço conjugal. Associa-se a isso a conseqüente valorização de perspectivas individualistas que, conforme menciona Sierra (2011), contribui para o aumento dos divórcios, dos recasamentos, do pensamento da não obrigatoriedade de ter filhos e das famílias sem casais em decorrência de gravidez na adolescência. Fatos a que também está sujeita a família em contexto de pobreza.

Nesse sentido, dentre as famílias em situação de pobreza avaliadas sobre a perspectiva da renda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) apresenta dados estatísticos quando se reporta aos diversos arranjos familiares. Dessa forma, dos arranjos familiares que possuem renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 3,8% são de família unipessoal; 26,6% são de casais com filhos; 10,6% são de casais sem filhos; 28% são de famílias monoparentais com filhos. Todos esses dados se referem ao ano de 2013 e demonstram a importância de desenvolver pesquisas que envolvam famílias em seus múltiplos arranjos em contexto de pobreza.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) denotam que a maioria das famílias em situação de pobreza são monoparentais (28%). Da mesma forma, algumas pesquisas atentam para o alto contingente de famílias monoparentais de baixa renda que são geralmente chefiadas por mulheres (DEMO, 2005; LAVINAS; NICOLL, 2006; YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007). Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) reporta-se a porcentagem de 16, 5% em 2013 de famílias compostas por mulher sem cônjuge e com filhos. Já no Ceará esse número aumenta para 27,3% contra 3,3% de família monoparental chefiada por homens.

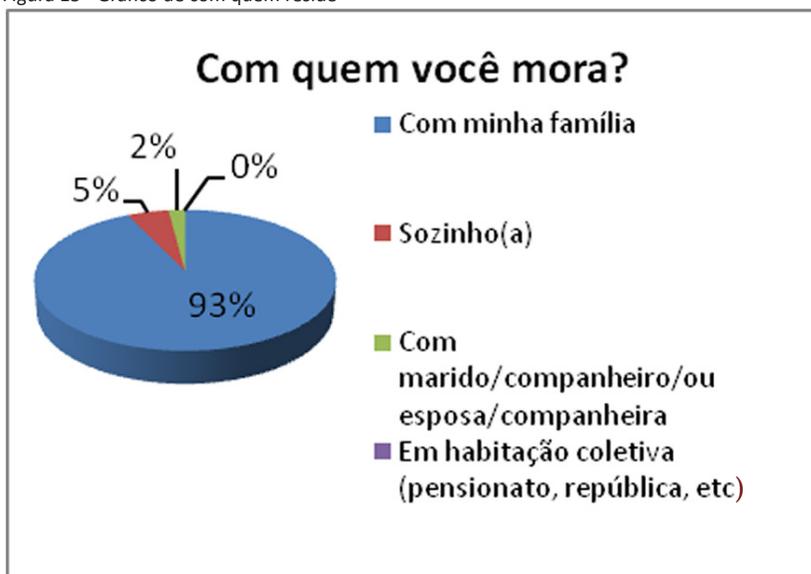
No caso dos participantes deste estudo, e conforme os gráficos abaixo, 93% afirmaram morar com suas famílias em seus mais diversos arranjos, sendo 30% de famílias nucleares constituídas pelo matrimônio ou por união estável e dentro desse tipo de arranjo 2% residem apenas com seu cônjuge. Quanto aos demais arranjos, 5% são de famílias unipessoais. Dentre as famílias monoparentais, 14% dos respondentes são viúvos, 23% são separados(as), divorciados(as) ou desquitados(as) e 33% se consideram solteiros.

Figura 14 - Gráfico do estado civil



Fonte: Elaboração da autora.

Figura 15 - Gráfico de com quem reside



Fonte: Elaboração da autora.

Entretanto, vale salientar que durante as oficinas analisou-se que, apesar de já terem tido uma vida conjugal, muitos daqueles que se consideram solteiros assim se consideram por nunca terem legitimado sua união com o matrimônio. Além disso, observou-se que todas as famílias monoparentais são chefiadas por mulheres, tendo em vista que apenas dois homens responderam o questionário, destes um é casado e outro reside sozinho constituindo uma família unipessoal. Nesse sentido, a maior parte das famílias participantes são famílias monoparentais chefiadas por mulheres, corroborando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) que demonstram que a maior parte das famílias pobres são monoparentais chefiadas por mulheres.

Cresce cada vez mais o número de famílias pobres chefiadas por mães (KLIKSBURG, 2002; FUSTER; OCHOA, 2004) e com isso a necessidade de acionar uma rede de solidariedade. O acúmulo de papéis da mulher chefe de família, responsável pelos cuidados com os filhos, pelos cuidados com a casa e pela provisão do lar, exige delas a busca de apoio na rede de sociabilidade, sejam com outros parentes, vizinhos, amigos ou até mesmo “pros estranhos” (LINDALVA, OF3). Como no caso de Maria, que relata o momento em que sua filha e ela passavam por situação de fome sendo ajudadas por uma mulher “mundana”:

Porque eu passava só a misericórdia de Deus. O pai dela tinha acabado de morrer, né? [...] Aí mais na frente tinha uma mulher mundana, vocês sabem o que é mulher mundana, não é? Aí eu cheguei pra ela, ela trabalha de noite, aí cheguei pra ela e falei e ela me deu uma caixona de cremogema, um pacote daqueles do leite. Eu vendi lá que eu não sei. Eu agradeci a mulher e a noite dela e não sei nem como cheguei em casa, de tão satisfeita! Quem pôde me ajudar não me ajudou e quem não pôde que era a mulher mundana que só tinha aquele salarim se ela saísse de noite, me ajudou muito bem (MARIA, OF4).

A experiência de Maria em ser ajudada no seu momento de privação por uma mulher “mundana” ilustra bem a noção de apoio social. Segundo Valla (1999, p. 10), o apoio social consiste em “qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecidos por

grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos”. Desse modo, amplia-se o conceito de apoio social à medida que vai para além do suporte dos “conhecidos”, sejam parentes, vizinhos e amigos, mas inclui também os “estranhos” e até mesmo as políticas públicas, corroborando a concepção de Germano e Colaço (2012) quando defendem que a rede de apoio se estrutura tanto em seu plano microssocial (família, amigos e grupos sociais mais íntimos) como também em seu plano macrossocial envolvendo as políticas públicas em geral.

Há indícios de que o apoio social auxilie o desenvolvimento do bem-estar e da saúde mental (VALLA, 1999; GERMANO; COLAÇO, 2012), uma vez que diante de situações estressoras, o suporte, seja no plano microssocial ou macrossocial, contribui para o amortecimento do estresse. O apoio social configura-se, portanto, como um importante fator de enfrentamento para o sofrimento gerado pela situação de pobreza dessas famílias.

Em outro momento, o sentimento de solidariedade floresce conforme observado no apoio de Selma (E2) à sua mãe dada a privação de renda e de alimentos:

Aí eu ajudo a minha mãe, né, porque eu recebo um salário, aí eu mando 100 reais pra inteirar o aluguel dela. Aí faço as compra daqui pra um mês, aí, daqui das minhas compras eu reparto pra ela.

A rede familiar é acionada em circunstâncias adversas, e a solidariedade intergeracional entra em ação para suprir as demandas sociais e econômicas que desafiam o cotidiano da família. Ademais, disto depreende-se o senso de retribuição da filha sobre os cuidados com a mãe, uma vez que um dia já fora cuidada por ela.

Nessa mesma rede de apoio, a avó mantém um papel preponderante na dinâmica e estrutura familiar como no caso da idosa Joelma:

Tá aqui ó, eu correndo atrás dos netos (risos) na hora de ir pro colégio [...] é sim, porque quem vai atrás deles lá de casa sou eu, saber por onde anda por onde é que não anda, depois do colégio ir atrás pra ir pro colégio [...] crio desde pequeno, desde a hora que os bendito nasceu que eu crio eles, moram mais eu (OF1).

Os padrões referentes ao papel dos avós na estrutura familiar partem de uma construção tanto social quanto cultural. Cada vez mais na sociedade contemporânea tem-se distanciado a visão dos avós como cuidadores dos netos em eventos voluntários e esporádicos e tem-se exigido a presença efetiva e cotidiana deles nesses cuidados. Isso tem se tornado mais presente tanto no caso de famílias monoparentais chefiadas por mulheres em decorrência da necessidade das mães trabalharem para prover as necessidades básicas da família como também, pontua Vitale (2015), resulta da situação de pobreza atrelada à falta de emprego, a insuficiência monetária e a insuficiência das políticas públicas. Esses fatores têm mobilizado os avós a assumirem novos papéis como os de provedor, mesmo com sua pouca aposentadoria, assim como se responsabilizarem pela formação educacional dos netos.

O apoio social exerce influência no modo como o indivíduo percebe e se orienta em seu mundo social, em como ele define e estabelece suas relações e em como ele utiliza seus recursos frente a condições adversas de vida (SIQUEIRA, 2006). Neste caso, encaixa-se a história de vida de Rodrigo, uma criança de dez anos de idade. Rosa (E4) sua mãe, comentou que Rodrigo residia com sua avó até pouco tempo e que ele foi

criado desde criança, desde bebê, porque deixei ele com a vó dele por causa que o pai dele maltratava muito.

A saída, ou seja, o recurso que Rosa encontrou em meio à situação de maus tratos por parte do genitor e em face da fragilidade dos laços conjugais foi a de levar o seu filho para morar com a avó com quem encontrou apoio, a vivência com ela passou a ser um polo de estabilidade emocional para a criança.

A família segue sendo tanto fonte de apoio como também de desacordos, pois

tem gente na minha família que não ajuda que vira as costas [...] a minha família tem desunião, mas também na hora do arrocho a minha família ajuda em tudo (VILMA, OF3).

Vale salientar que, apesar da história apontada de conflito familiar vivenciada por Rodrigo e de que a família possa funcionar como fator de risco na vida de jovens delinquentes (NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), observa-se também nos relatos o outro lado da moeda, quando a família torna-se um fator de proteção. Neste último caso, Morais, Koller e Raffaelli (2012) apontam nos resultados de suas pesquisas que a proximidade familiar contribui para um índice menor de mau ajustamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que estão suscetíveis a eventos estressores. Dessa forma, a trama de relações familiares que se constitui enquanto fonte de apoio acaba se configurando também como um fator de proteção em meio a um contexto de pobreza.

Vida das famílias pobres nas comunidades

A vida das famílias nas comunidades é observada em seu cotidiano, nas amizades, nos relacionamentos com vizinhos, no apoio comunitário e se estendem para a deflagração tanto das fragilidades como das potencialidades estruturais das comunidades. A comunidade revela em sua cotidianidade características próprias na vida de um povo que reflete um modo de interagir segundo aspectos “históricos, culturais, sociais, econômicos, políticos e ideológicos de uma sociedade maior” (GÓIS, 2005, p. 58). Constitui um espaço territorial, psicológico, social e cultural, sendo também lócus de mediação entre os sujeitos e sua vida familiar. É o lugar onde pode se avistar uma forte ligação entre sentimento e pensamento, participação e volição e um movimento dialético da individualidade e da coletividade (NISBET, 1974 apud SAWAIA, 2010).

O cotidiano das famílias se baseia nas atividades corriqueiras do lar, na ida à escola no caso das crianças e dos adolescentes, no trabalho no caso dos adultos, no lazer em espaços da comunidade e no namoro entre os jovens. Assim, no cotidiano de Igor, um jovem de vinte e três anos

ele é quem lava as roupas dele. Escova a chinela, lava o chapéu que ele gosta de boné. Ele quem faz as coisas dele (MARIA, E1).

As atividades domésticas têm sido prioridade na vida de Igor mediante a impossibilidade de trabalhar em decorrência de uma doença crônica que adquiriu desde a infância, a asma. A atividade profissional de Igor como servente não é considerada propícia para quem tem doenças respiratórias, desse modo

ele trabalha assim, trabalha de servente, mas ele não desenvolve de trabalhar não porque o ganho que ele ganha, 50 reais, não dá pra comprar o remédio dele não (MARIA, E1).

Entre ficar doente no exercício da profissão e não obter dinheiro para o tratamento opta-se por ficar em casa:

Sou caseiro que só [...] oito horas eu já tô é dormindo (IGOR, E1).

É importante lembrar que Igor foi vítima de violência urbana e que isso levou a sua família a mudar de bairro, sendo necessário residir em outra comunidade. Talvez essa circunstância o tenha afetado de tal modo que fomentou nele, como estratégia de enfrentamento à violência, um comportamento retraído, não se arriscando a ampliar sua rede de relacionamentos no bairro:

eu só saio pra essa casa aí da frente e pra minha [tia] ali (IGOR, E1).

Nesse aspecto, Hincapié (2010) reflete sobre a necessidade de desarticular a relação violência-vulnerabilidade impregnado na sociedade, pois coloca as comunidades em uma posição passiva e vitimizada. Em contraposição a autora defende a construção do signo vulnerabilidade-ação comunitária em prol da visão da comunidade enquanto agente ativo de transformação fiel a sua história e cultura. Desse modo, se os membros da comunidade exercerem seus papéis de atores sociais na luta contra a violência promovendo uma ação comunitária que lute contra o cerceamento da liberdade mediante o sentimento de medo e insegurança adquirido pela sensação de uma iminente violência, haverá uma mudança social favorável a todos.

Vale salientar que Hincapié (2010), amparada na Abordagem das Capacitações de Sen (2010), afirma que a vulnerabilidade remete

à falta de oportunidades produzidas a partir das relações de discriminação, quando muitas vezes associa-se de forma natural a vulnerabilidade ao popular e à pobreza gerando estigmas de marginalidade e exclusão. Portanto, nessa perspectiva, o trabalho comunitário implica facilitar ferramentas e oportunidades para que os atores sociais possam expandir suas capacidades escolhendo o tipo de vida que valorizam (HINCAPIÉ, 2010).

Caio não mede esforços para ajudar os vizinhos em meio a intempéries na comunidade, ele reforça que

quando é pra fazer eu ajudo (CAIO, E2).

Essa fala se remete a uma experiência que bem explicita sua mãe:

quando tá chovendo mesmo ali, ele [Caio] vai ajudar as negada ali tirar os matos pra não entrar água nas casa dos outros (SELMA, E2).

A atitude de Caio leva a resgatar a noção de ação comunitária mencionada por Hincapié (2010), se assemelhando à proposta de Góis (2008) quando discute o conceito de atividade comunitária. Para este autor, a atividade comunitária em sua dimensão comunicativa envolve a cooperação entre os moradores com a intenção de alcançar um objetivo em comum e favorecer o desenvolvimento das relações sociais. No caso de Caio, as plantas em terreno baldio impediam a passagem da água da chuva, que era redirecionada para as casas dos moradores, o que demandou a sua ajuda em prol de um objetivo comum mediante a necessidade dos seus vizinhos.

Para Montero (2010), o apoio social se configura como uma base para a ação comunitária e favorece o fortalecimento das comunidades. De outra forma, conforme a autora, o apoio social nasce da interação social sendo sustentado afetivamente e altruisticamente, fortificando o tecido social. Selma, em sua angústia em ver seu filho necessitando de uma intervenção médica urgente e não dispendo de renda suficiente para pagar um transporte, recorreu ao auxílio de um vizinho:

tinha um rapazi n que morava aqui, [...] ele arrumou um transporte e a gente foi, mas se não fosse ele minha filha. A ambulância a gente chama eles não querem vim. Bota mão boneco pra vim. Aí   difícil, viu. Isso aí   difícil (SELMA, E2).

A expectativa da falta de efetividade no transporte público vinculado   política pública de saúde foi compensada pelo apoio social fornecido pelo seu vizinho. Na percep o de Selma (E2) as boas rela es com os vizinhos se configuram como uma importante fonte de apoio social:

pra mim   umas pessoas que são assim, servidora, serve a gente, ajuda a gente t mm quando a gente t mm precisa, n ? Tenho o que dizer daqui não, aqui    timo.

Da mesma forma para Maria (E1), para quem numa situa o de priva o sempre   bem-vinda uma ajuda:

 s vezes as pessoas me perguntam se eu quero alguma coisa, hoje a mulher disse: ei mulher, vem buscar umas manga aqui pra tu. Aí eu fui, fiz suco [...] E   assim que a gente vive, n ?

Por conseguinte, Sarti (2009) menciona que há uma propensão entre os pobres de partilhar a vida cotidiana estreitando laços com os seus vizinhos, e que, a depender do nível de confiança, de amigos se tornam compadres e muitas vezes passam a ser mais importantes do que os próprios parentes, sendo a rela o de compadrio, assim como nas rela es entre membros da família, regida por vínculos fundamentados em obriga es morais. Percebe-se a confirma o de tal pressuposto a partir do seguinte relato:

A Sra. Joana pegou uma gravura que representava um conglomerado de pessoas e ressaltou: “peguei essa figura porque representa a minha família e meus vizinhos. Os meus vizinhos t mm são minha família”. Essa afirma o se fez notória antes do início da oficina, pois a Sra. Joana chegou acompanhada por sua vizinha, a Sra. Lurdes, que segurava o seu neto, demonstrando um grau elevado

de proximidade. Tanto que questionei a Sra. Lurdes se era seu neto e ela disse que não que era neto da Sra. Joana, mas que eram como se fossem uma família só (DC, 15/10/2015).

A relação de proximidade entre as vizinhas Joana e Lurdes revela a legitimação de um compadrio. No entanto, nem sempre na rede de interação sociopsicológica (GÓIS, 2005), a sociabilidade na comunidade se resume apenas a relações de solidariedade. Como no caso de Leide e seu filho Diego, um adolescente com deficiência intelectual, que contou acerca de um desentendimento com sua vizinha após seu filho ter deixado o volume do rádio muito alto:

Houve um conflito comigo e o [Diego] e a minha vizinha [...] o [Diego] comprou um som e ela denunciou nós aqui na delegacia do Esperança e eu não sabia que ela tinha feito isso comigo né. Aí o meu genro lá do Maracanaú, ela ligou pro genro dizendo que o Ronda ia pra minha porta [...] Aí nós fumo pra delegacia pra baixar o som, nós baixemo o som. O som tá baixo, mas ela só quer tá pisando no meu pé. Conflito, conflito, conflito, empatando o bixim dela brincar com o [Diego]. Onti foi uma noite que ela empatou e ainda empata. Ela bate nos meninos pros mininos não vim brincar com o [Diego] (LEIDE, OF2).

As reclamações de vizinhos fazem parte do cotidiano da vida na comunidade que revela “um processo social próprio cheio de contradições, conflitos e interesses comuns...” (GÓIS, 2005, p. 61). Mas vale salientar que tanto a identificação positiva promotora de relacionamentos de solidariedade, quanto a identificação negativa deflagradora de conflitos com os vizinhos, atuam como elementos importantes no desenvolvimento da identidade pessoal dos moradores. É nessa diferenciação oriunda das interações sociais, que o indivíduo se vê enquanto sujeito histórico e membro de uma determinada cultura.

Mesmo tendo observado na vida da família pobre relações estreitas com vizinhos sendo muitas vezes consideradas importantes fontes de apoio social, os entrevistados também expressaram a dificuldade de efetivar laços de amizade:

Tenho amizade não, tenho só o menino da frente e o outro da outra rua ali que nós joga vídeo game junto (IGOR, E1).

A minha amizade é muito pouca. Muito pouca. É as senhoras e as meninas da igreja. E agora me engajei lá, né. E as amizades fora é muito pouca (MARIA, E1).

As amizades se restringem a pequenos grupos sociais como as relações formadas na igreja e a poucos vizinhos. Por outro lado, a nível simbólico, o conceito de amizade construído socialmente e culturalmente nas relações é influenciado pelo clima de insegurança e desconfiança na comunidade além de ser alimentado pelas manifestações da mídia local sendo esta concepção que influencia a percepção dos moradores sobre quem são seus amigos:

quando eu vejo que ele quer se engajar assim com outra pessoa diferente eu falo assim meu filho, olhe bem, olhe bem as amizades, porque hoje, você assiste aí na televisão o dismantelo, né? (MARIA, E1).

De outra forma, afirmam Selma (E2) e Caio (E2) respectivamente:

“eu não tenho amigo não, eu tenho colega. Meu amigo é Deus e minha mãe. Eu tenho colega”.

“tenho amigo não, tenho parceiro e colega também”.

Em meio à impossibilidade de confiança no outro, se tem “colega” e “parceiro”. A amizade é restringida apenas à mãe e a Deus, talvez a primeira tenha conquistado a posição de amiga nas relações de cuidado com sua filha e Deus por ser aquele com o qual não há em seu imaginário como se decepcionar pela inviabilidade de um relacionamento físico. Ao termo amizade segue-se uma conotação íntima e pessoal, poucos têm o privilégio de serem considerados amigos.

O sentido construído por Roberta sobre sua integração na comunidade acaba revelando uma rede de sociabilidade em que não há desentendimentos, pois

todo mundo gosta da gente, todo mundo. Quando eu saio, onde eu passo o pessoal sai gritando: dona [Roberta]. [...] Quando eu tô doente, quando num vê eu, todo mundo vem saber o que tá acontecendo comigo (ROBERTA, E3).

Pelo contrário, os moradores locais acabam sentindo a falta dela quando não aparece em seus cotidianos como de costume. Da mesma forma acontece com seu filho José em suas relações sociais no trabalho:

Tem gente que eu nem conheço já que fala comigo, que eu trabalho em feira né [...] aí onde eu chego a negada: ô o peixeiro, ô o [José]. Aí onde eu chego, eu digo, nem conheço o cara: e aí, man. Aí eu conheço muita gente. Pelo menos inimigo eu num tenho nenhum né, graças a Deus (E3).

Em seu cotidiano, tanto Roberta quanto José alimentam uma rede de sociabilidade baseada em bons relacionamentos em detrimento de relações rivais e adversárias.

A vida na comunidade se apresenta também em suas fragilidades e potencialidades nos discursos dos moradores. Nesse aspecto, lembra-nos Brasil (2009), o conhecimento do território torna-se fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como para seu enfrentamento com a identificação das potencialidades do local. O território comunitário vai para além da delimitação física e se configura como um espaço natural e social pelo qual o morador age, vivendo de forma objetiva e subjetiva e por isso é marcado pelas pessoas que ali vivem com sua própria história e cultura.

Do ponto de vista das famílias, o território é avistado em suas potencialidades por deter equipamentos como “o mercantil, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), escolas, CUCA,¹⁷ posto de saúde,

¹⁷ Na cidade de Fortaleza existem os denominados CUCAS, Centros Urbanos de Arte, Ciência e Esporte, mantidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, equipamentos que fazem parte da Política Pública de Juventude do município. Destinam-se, sobretudo aos jovens em situação de vulnerabilidade social e oferecem grande cadeia de eventos culturais e esportivos diários e milhares de vagas em cursos de formação nas mais diversas áreas, como fotografia, cinema, teatro, produção cultural, dança, moda, natação, capoeira, basquete, dentre outros.

Igreja, CRAS, quartel e delegacia” (DC, 29/09/2015) o que contribui para a percepção de uma moradora de que no território “tem muita coisa boa” (DC, 17/09/2015). Vale salientar que os equipamentos que foram citados fazem parte do território de abrangência do CRAS e não especificadamente de um único bairro, pois as políticas públicas trabalham com o processo de territorialização para dar conta da demanda da população daquele território, por isso em alguns depoimentos encontramos contradições como quando citaram a questão do acesso a espaços de lazer. Enquanto no Conjunto Esperança os filhos de Rosa (E4) têm a oportunidade de “brincar no brinquedo e [...] no pólo”, no bairro Jardim Fluminense Igor (E1) reclama: “tem nem onde praticar esporte, não tem aqui [...] eu não tenho opções”.

É importante anotar que o conhecimento das potencialidades da comunidade por parte dos moradores, que no caso dos discursos das famílias se reporta ao conhecimento dos equipamentos sociais, fomenta o fortalecimento e a autonomia dos sujeitos. Isso acontece na medida em que favorece o reconhecimento dos direitos e a busca por formas de enfrentamento para sua situação de risco e de pobreza por meio do acesso aos aparelhamentos estatais, ao mesmo tempo em que possibilita a escolha do tipo de vida que os sujeitos pobres valorizam.

Dentre as fragilidades das comunidades, os moradores elencaram durante as oficinas a falta de transporte com qualidade, falta de espaços para lazer, a insegurança em decorrência da violência, saneamento básico precário ou inexistente, a falta de um banco na comunidade, equipamentos de saúde insuficientes com agravantes como a “falta de médicos e medicamentos e demora na marcação dos exames clínicos” (DC, 17/09/2015). Esses agravos, que direcionam para uma maior situação de vulnerabilidade, também podem ser compreendidos como um conjunto de privações, de acordo com a perspectiva de Sen (2010), às quais estão sujeitas essas famílias indo na contramão da oferta de oportunidades que potencializam o exercício da autonomia. Disso depreende-se a relevância do desenvolvimento de políticas públicas de maneira eficiente que alcancem as demandas daqueles que dela necessitem, para ser avistado não como um amortecedor das mazelas sociais dos pobres, mas como oportunidades que garantam opções de escolha às famílias pobres e que validem a liberdade de viver uma vida boa.

Família e política pública no Brasil

A família tem se constituído alvo das ações e serviços de proteção social desde a formulação da Constituição Federal brasileira em 1988 – CF/88. Ela assegura que é dever do Estado afiançar os direitos humanos e sociais, embora não deixe claro em suas terminologias a total responsabilização estatal pela seguridade, tal como demonstra Sposati (2009) ao identificar dois princípios que regulam as políticas protetivas a partir da CF/88. São eles: princípio da subsidiariedade, que confere a responsabilidade primeiro à família, depois à sociedade e por último ao Estado; princípio republicano que direciona a responsabilidade ao Estado.

Neste âmbito, Mioto (2010) volta a sua atenção para a articulação de distintas tendências nas políticas públicas que direcionam as diferentes ações da proteção social, classificando-as como tendência familista e tendência protetiva. A primeira vertente defende a centralidade da família, acreditando na sua capacidade de proteção e cuidado, e assim, a família é responsabilizada pelo bem-estar dos seus membros.

Conforme Teixeira (2010) e Mioto (2010), essa proposta favorece uma concepção naturalizada de obrigações e papéis familiares por meio da reprodução do modelo familiar tradicional (pai-mãe-filhos) no qual o homem é visto como o provedor, enquanto a mulher cuida dos afazeres domésticos, fomentando relações desiguais e hierarquizadas de gênero. Nesta perspectiva, se a família não obtiver êxito em suas funções protetivas, o Estado passa a intervir de forma temporária e, assim, a família é considerada “o problema” em decorrência da sua incapacidade de proporcionar o bem-estar dos seus membros.

Na tendência protetiva, a “capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada à proteção que lhe é garantida pelas políticas públicas” (MIOTO, 2010, p. 57). Nessa perspectiva, a autora enfatiza que as famílias são compreendidas a partir das suas necessidades sociais, e que suas dificuldades decorrem de múltiplos processos sociais que são expressos na singularidade das famílias. A medida protetiva incentiva a autonomia familiar e as relações igualitárias, por exemplo, ao ampliar espaço de acesso dos

filhos a serviços, como educação entre outros, dando oportunidade de a mulher participar do mercado de trabalho, sem preocupar-se com os cuidados domésticos.

No caso da Política de Assistência Social, a família assume papel central, sendo esta, portanto, alvo de todas as ações e serviços da proteção social. Sendo assim, o trabalho com famílias nos serviços de proteção social parte do pressuposto de que são funções básicas da família: “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais com o Estado” (BRASIL, 2005, p. 35).

Essa definição denota o princípio da corresponsabilidade entre família e Estado, sendo melhor exemplificada na política de combate à pobreza do Programa Bolsa Família. Conforme Teixeira (2010), o PBF é considerado uma estratégia que protege, ao mesmo tempo em que amplia a responsabilização da família, principalmente das mulheres, à medida que a concessão do benefício é preferencialmente direcionada para elas, mas que está condicionado às obrigações desta com os filhos no tocante ao acesso à escola e à saúde. Verifica-se, assim uma linha tênue entre as tendências familista e protetiva nesta política. Contudo, é preciso destacar que, para as famílias processarem a proteção de seus membros, elas precisam ter garantias de proteção pelo Estado (MADEIRA, [2014?]).

A oscilação entre as duas tendências dificulta o delineamento na forma de atendimento às famílias. Esse desafio decorre do fato de que a tendência familista prevaleceu durante muito tempo no Brasil nas políticas de proteção social (TEIXEIRA, 2010), sendo necessário superá-la em direção à ampliação de uma perspectiva protetiva. Além disso, ao seguir a proposta familista como base do trabalho com famílias, corre-se o risco de recair sobre um reducionismo, à medida que esta tendência responsabiliza as famílias “pelo fracasso na socialização, educação e cuidados de seus membros” (MADEIRA, [2014?], p. 8), classificando-as assim como desestruturada.

Sposati (2009) também tece críticas ao modelo de matricialidade sociofamiliar adotada pela política de Assistência Social, no que se refere à maior necessidade de clareza quanto ao conceito de

capacidade protetiva da família; e à visão restrita da dinâmica e das relações familiares ligadas ao fato de que o apoio à família pode estar associado a apenas um segmento (mulheres, idosos, crianças, adolescentes). Neste âmbito Sarti (2004) reforça a importância de avistar no atendimento à família, as suas relações, contrapondo-se a uma perspectiva individualista e o cuidado com a visão reduzida da família como unidade econômica no acesso aos benefícios, passando despercebido o seu exame como unidade de vínculos sociais. Estas visíveis ambiguidades e contradições denotam alguns dos desafios a serem enfrentados pela política pública de Assistência Social.

Por outro lado e mais recentemente, uma pesquisa efetivada por consultores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), traz à tona a discussão da capacidade protetiva das famílias compreendendo como

o resultado de um conjunto de elementos que permitem avaliar as condições e as possibilidades da família, como sujeito e como participante de um coletivo, em alcançar respostas qualificadas para enfrentar as dificuldades da vida desde seu cotidiano e a partir do território onde vive (SPOSATI, 2011, p. 8).

Nesse sentido as famílias só poderão exercer a sua função protetiva se tiverem a capacidade para isso. Conforme Ribeiro (2015), as capacidades são aquisições objetivas e subjetivas que a família adquire e que são necessárias para o exercício de sua função de proteção. O primeiro tipo de aquisição pauta-se no acesso a condições materiais como o acesso a renda, habitação, saúde e educação, por exemplo, ou seja, aquilo que o Estado oferece para objetivamente garantir a sua sobrevivência. A dimensão subjetiva envolve as relações afetivas com destaque para “os vínculos da família com a parentela, a vizinhança e as relações societárias” (SPOSATI, 2011, p. 17). Esta última é uma dimensão que permite a compreensão da forma de como a família se percebe na relação entre seus membros e na sua relação com a sociedade.

Vale salientar que as famílias atendidas pelas políticas no âmbito da proteção social, são geralmente famílias que vivem em um panorama de pobreza e de outras vulnerabilidades que, devido a esse contexto, não possuem meios de arcar com as exigências que

lhes são colocadas (MADEIRA, [2014?]). Por isso fortalece-se a visão da relevância das ações e serviços ofertados pelas políticas públicas e da adesão por parte das famílias ao que lhes é de direito, como no caso de Roberto (OF5):

Como eu conheci o CRAS? Eu adoeci, tive uma doença crônica a qual não tinha cura. Aí fiquei doente, depois perdi o emprego, entrei em depressão, fiquei desestruturado, aí foi quando uma amiga minha disse assim: procura o CRAS que tu vai receber apoio. Até então não conhecia o CRAS, então eu vim aqui, conheci a [assistente social] a qual me ajudou muito, tanto no benefício como em cesta básica, tudo que eu tava precisando. Aí minha vida foi se ajustando conversando com a psicóloga. Eu tava numa depressão muito forte e fui melhorando aos poucos, então tô montando meu salão esse ano pela graça de Deus. Vou trabalhar muito. Tô vivendo feliz, não tinha felicidade, hoje eu sou feliz. E só tenho a dizer pra toda essa equipe, essa família do CRAS, muito obrigada.

Nisto têm-se que as políticas sociais de enfrentamento à pobreza devem atentar para este fenômeno como complexo e multidimensional, que se estende para além da necessidade exclusiva da concessão de benefícios sociais de renda. Deve-se, também, articular “políticas sociais que ofertam serviços, equalizam oportunidades, garantem o acesso a padrões mínimos de bem-estar e ampliem as capacidades” (JACCOUD, 2009, p. 71). Dessa forma, subentende-se que é necessário que o Estado proporcione condições e estruturas de oportunidades que atendam à família de forma integral, favorecendo o seu bem-estar, ao mesmo tempo em que, sob essas condições, a família possa também exercer melhor cuidado sobre os seus membros. No caso de Roberto, o atendimento integral, que vai deste a concessão de cesta básica ao acompanhamento psicológico, fortaleceu a sua estrutura emocional e ampliou seu campo de visão de maneira que passou a avistar formas de enfrentar as suas dificuldades mediante a iniciativa de montar seu próprio negócio ao ponto de chegar a afirmar que “hoje eu sou feliz”.

O apoio social alcançado por meio da Política Pública de Assistência Social se configura como uma importante porta de entrada para o acesso a outras políticas assim como anuncia Carla (OF5):

O CRAS é muito importante, tanto pra mim [...] é pra minha família e alguém que me procura pra pedir uma orientação de alguma coisa e se eu puder, o que fiz e por onde eu já andei aí eu ensino. Eu digo: ó lá no CRAS, vocês procuram o CRAS se não puder resolver lá, eles têm um monte de campo lá que eles podem mandar vocês, pode ir que é certo.

Nessa perspectiva, conforme Ribeiro (2015), a Política Pública de Assistência Social pretende alavancar as aquisições objetivas e subjetivas para que as famílias sejam alcançadas pelas demais políticas públicas a fim de que elas alcancem uma posição mínima de equidade que favoreça o exercício de sua capacidade protetiva. Por outro lado, no caso da família de Rosa, o acesso aos serviços ofertados pelas políticas públicas ainda são insuficientes para suprir as suas necessidades, como segue:

O CRAS ajuda a gente. Dá cesta básica [...] é porque são três cesta básica em um ano que uma família tem direito, ela não tem direito todos os meses, né? E eu, como não recebo dinheiro, eu trabalho de segunda a sexta, oito horas por dia e tenho eles três, aí fica um pouco difícil pra mim, né? Que o benefício que eu tenho é o aluguel social que é 420, a casa é 400 reais fora água e luz. E tem o bolsa família que é 262 e a gente tem que se virar com água, com luz, com alimentação pra eles, gás e tudo só desse dinheiro (ROSA, E4).

No caso da família de Rosa, mesmo sendo garantida a proteção da família pela política pública, o que para a trama familiar ainda é insuficiente, corre-se o risco de culpabilizá-la pela sua incapacidade de proteção conforme preconiza a tendência familista, reforçando o pensamento dos profissionais que atuam nas políticas públicas de classificarem as famílias como desestruturadas, consonante as pesquisas de Souza (2010) e Yunes (2001). Nesse sentido apoia-se a crítica de Sposati (2009) quando se refere à necessidade de clareza quanto à capacidade protetiva das famílias nas políticas públicas, tendo em vista que se trata de uma concepção construída historicamente, “com contingências e possibilidades que estão postas por determinações próprias de uma sociedade de mercado com seus interditos

e acolhimentos baseados na circulação e consumo de mercadorias” (SPOSATI, 2011, p. 19).

Ademais, a partir das condições de vida da família de Rosa, reforça-se também a necessidade de avistar a família em sua dimensão integral, ou seja, em suas capacidades objetivas e subjetivas. Isso porque se trata de uma família monoparental chefiada por mulher com três crianças, cuja mãe cumpre medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e por isso trabalha oito horas por dia sem obter qualquer rendimento. Neste caso, a família de Rosa está em um patamar distante de alcançar a sua função protetiva em decorrência da insuficiência de renda e da conseqüente privação de alimentos, pois à família é garantido o direito à cesta básica apenas por três meses.

Portanto, a perspectiva de atendimento integral à família na proteção social requer uma análise das condições psicossociais, procurando entender “a realidade concreta das potencialidades de cada família, sobretudo a situação vulnerável à qual estão submetidas” (BOTARELLI, 2011, p. 88). Essa vulnerabilidade afeta as subjetividades dos membros na ordem dos afetos e dos vínculos sociais que, por sua vez, manejam as formas de sobrevivência dos integrantes em meio à situação de pobreza, por exemplo. Nesse sentido, a apreensão dos aspectos afetivos da família pode contribuir para orientação das ações dos programas sociais que visam o enfrentamento à pobreza fomentado pelas políticas públicas. Trata-se de um desafio a ser enfrentado para cuja solução este estudo visa contribuir.

A afetividade que deseja e a afetividade que se implica

...cada emoção contém uma multiplicidade de sentidos (positivos e negativos), os quais para serem compreendidos, precisam ser inseridos na totalidade psicossocial de cada indivíduo. Não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer a implicação do sujeito com a situação que os emociona (SAWAIA, 2004, p. 108-109).

A afetividade é uma categoria que exige uma análise sistemática e cuidadosa em decorrência da complexidade dos sentimentos e das emoções que, por sua vez, variam de acordo com a influência cultural, social e ideológica. Isto quer dizer que a afetividade, enquanto emoções e sentimentos, e baseada numa concepção histórico-dialética, repercute no modo de agir do homem e por isso é tomada como ética.

É também considerada como desestabilizadora na análise das questões sociais¹⁸ por ser um conceito ainda avaliado pela ciência com preconceito, estando muitas vezes vinculada à teoria cartesiana dualista que separa mente de corpo e intelecto de emoção. Esta teoria aponta para as emoções e sentimentos como algo confuso e abstrato, caracterizando a afetividade de forma negativa e perigosa por estar associada à individualidade, à criatividade e ao incontrollável (SAWAIA, 2000).

¹⁸ A pobreza é considerada neste estudo como uma questão social, por isso o nosso interesse em analisar a afetividade como fator que pode contribuir para o processo de enfrentamento da situação de pobreza.

Com o intuito de contestar essa postura negativa da afetividade, pretende-se inicialmente neste capítulo trazer brevemente as contribuições filosóficas para o estudo dos afetos a partir de uma posição ontológica positiva e da defesa de que o ser humano deseja expandir-se em sua existência. Em seguida, serão abordados posicionamentos que fortalecem a crítica ao reducionismo biológico das emoções favorecendo uma compreensão das emoções como função psicológica superior mediada pelas intersubjetividades e reguladora da consciência.

Por fim, sem julgar ou condenar os afetos, mas sim na tentativa de procurar compreendê-los, será abordada a rede de afetos das famílias em condição de pobreza. Conforme Sawaia (2015), importa que a família seja avistada em sua função emancipadora na medida em que se caracteriza como um lugar privilegiado pelo qual se regulamenta a “paixão pelo comum”. Assim, a afetividade arregimentada no seio familiar é posicionada como forma de implicação psicossocial mediadora da ação transformadora.

A perspectiva filosófica da afetividade

O estudo dos afetos na Psicologia Social tem como base a filosofia de Baruch de Espinosa. Este filósofo judeu do século XVII, incomodado com o sistema de dominação de sua época, começou a tentar compreender qual o real motivo da sustentação dessa lógica dominante. A saída encontrada pelo filósofo para responder ao seu questionamento ocorreu por meio da compreensão dos afetos.

Assim temos em Espinosa (2015, p. 98)¹⁹ a definição de afeto:

Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao

¹⁹ A obra *Ética* de Espinosa é dividida em cinco partes, a saber: sobre Deus; a natureza e origem da mente; a origem e natureza dos afetos; a servidão humana ou a força dos afetos; a potência do intelecto ou a liberdade humana. Em sua obra, este filósofo baseia-se no método geométrico para defender suas argumentações enunciadas por meio de axiomas, definições (def.), proposições (prop.), escólios (esc.) e corolários (cor.). Nesse sentido, cada parte de sua obra será citada neste estudo com a inicial E que se refere à obra, seguida do algarismo romano referente à sua parte. Assim temos que EIII, def., significa que a citação se encontra na parte III do livro, a origem e natureza dos afetos, e nas definições.

mesmo tempo, as ideias dessas afecções. Assim, quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão.

As afecções do corpo se reportam tanto a um estado mental, no que se refere ao pensamento, como a um estado psicofísico que envolve tanto os atributos do pensamento quando se refere à mente, quanto da extensão, quando se refere ao corpo. As afecções acontecem quando os corpos são afetados por outros corpos, ou seja, quando nos relacionamentos sofrem afetações, daí provém a passividade dos afetos. Esta passividade ocorre, portanto, quando o mundo se impõe aos corpos.

Assim, tem-se que a definição de afetos em Espinosa parte de uma concepção monista trazendo à tona a ideia de corpo e mente como uma mesma substância e atribui os afetos tanto ao corpo quanto à alma, sendo a alma a própria ideia do corpo. Desse modo, o corpo é compreendido enquanto matéria biológica, emocional e social (SAWAIA, 2004), e dessa forma, a mente pensa o corpo a partir das afecções ocorridas nos encontros.

Os afetos se configuram como o movimento dinâmico entre os corpos os quais ao mesmo tempo em que afetam são afetados nos encontros. No caso deste estudo, isso se torna notório nas variações e instabilidades da dinâmica afetiva investigada nos encontros entre os membros da família e destes com a vizinhança de suas comunidades. Entretanto, Jaquet (2011) alerta que uma afecção é considerada como afeto somente quando a primeira exerce algum impacto sobre a potência de agir.

O conceito de *conatus* de Espinosa, vinculado à definição de afeto, é compreendido como uma força interior que impulsiona o sujeito à conservação, a perseverar na própria existência, expressando o direito que cada indivíduo tem de ser, de se afirmar e de se expandir (ESPINOSA, 1957 apud SAWAIA, 2004, 2009). Bertini (2014a) explica, a partir da concepção de Espinosa, que o *conatus* também é chamado de desejo (*cupiditas*) quando relacionado à mente. A mente se esforça em perseverar no seu ser, logo, quando a mente é consciente de suas afecções, tem a consciência de seu esforço em perseverar no seu ser, daí provém a vontade.

O apetite se revela quando há uma relação simultânea entre mente e corpo, e se diferencia do desejo, pelo primeiro não ser de-

finido essencialmente pela consciência. Este último ocorre quando os homens são conscientes de seus apetites. Desse modo “não é por julgarmos uma coisa boa que nos esforçamos por ela, que a queremos, que a apeteçemos, que a desejamos, mas ao contrário, é por nos esforçarmos por ela, por querê-la, por apeteçê-la, por desejá-la, que a julgamos boa” (ESPINOSA, 2015, p. 106). Nisto têm-se a demonstração da positividade dos afetos, ao dar crédito à capacidade do homem em se esforçar para aquilo que é bom, em desejar aquilo que é bom.

O *conatus* é desejo e apetite. É a própria essência do homem, que, enquanto consciência de perseverar na própria existência e associando-se à potência de agir, atinge a liberdade com seu desenvolvimento, atuando ao mesmo tempo no campo da ação, do significado e da emoção, tanto coletivas como individuais. Desse modo, a potência age sobre o *conatus* e os afetos agem sobre a potência.

A perspectiva de que os afetos são afecções corpóreas que fazem variar positiva ou negativamente a potência de agir permite observar que a variação positiva da potência é constituída pela alegria e sua variação negativa constituída pela tristeza (GLEIZER, 2005). Tal como informa Espinosa (2015), a mente se alegra à proporção que recebe ideias adequadas, ou seja, à medida que age - a potência de agir do corpo é aumentada ou estimulada -, e se entristece à medida que, por razão da tristeza, sua potência de pensar é diminuída ou contida. No estado de alegria o homem passa a uma perfeição maior e no estado de tristeza ele passa a uma perfeição menor, reflete este filósofo.

A partir dessa perspectiva, Sawaia (2009) comenta que se sente alegria quando há um aumento da capacidade de existir e sente tristeza quando uma afecção diminui a capacidade de existir o que torna os corpos passivos. Vale salientar que, para Espinosa (2015), há somente três tipos de afetos os quais denominou de primitivos ou primários. São eles: a alegria, a tristeza e o desejo, de onde todos os outros afetos derivam, os afetos positivos derivam da alegria e os afetos negativos procedem da tristeza.

Em Espinosa, os afetos são denominados de ação quando são vinculados a uma causa adequada, que se explicam exclusivamente pelas leis da natureza, e são considerados paixões quando dependem da existência de causas exteriores complementares (GLEIZER, 2005). Assim, tem-se que a ação é direcionada pela natureza, pelo

desejo consciente do sujeito de expandir-se, de realizar um esforço em favor da sua conservação e autorrealização, sendo esta uma ideia adequada e verdadeira. Os afetos que originam uma ação são considerados afetos ativos e estes somente provêm da alegria.

As paixões, por sua vez, podem ser consideradas alegres – quando há a compatibilidade entre as causas exteriores e os sujeitos, aumentando a potência de agir resultando no exercício da autonomia –, como, ao contrário, podem ser consideradas tristes – quando é o resultado de uma divergência com o meio, direcionando para uma dependência do outro e uma conseqüente heteronomia e alienação. Entretanto, Espinosa (2015) defende que a tristeza deixa de ser tristeza e, portanto, deixa de ser uma paixão, quando por um ato reflexivo da razão compreendem-se as suas causas.

Vale ressaltar que as paixões são também consideradas afetos passivos e são inconstantes, pois uma mesma causa exterior aos corpos pode trazer tanto tristeza em um momento quanto alegria em outro. Desse modo e de forma ilustrativa, podemos resumir no esquema abaixo:

Figura 16 - Resumo esquemático dos afetos em Espinosa



Fonte: elaborado por Trindade (2014).

Nesse sentido, quando o indivíduo compreende o que ocorre internamente com ele, ou seja, quando conhece adequadamente o que vivencia, ele se torna ativo e age em favor de sua liberdade. Caso contrário, quando ele direciona a explicação de suas afecções a causas externas, ou seja, quando elege causas imaginárias para o

que acontece com ele, torna-se passivo, e é causa inadequada. Nisto tem-se que “nenhuma coisa pode ser destruída senão por uma causa exterior” (ESPINOSA, 2015, p. 104). Essas causas externas que fomentam afetos passivos tristes destroem a noção da essência da natureza humana de se expandir, restando a sua potência de agir. Isso acontece, por exemplo, no caso das forças ideológicas que afetam o sujeito de tal maneira que diminuem a capacidade do ser em perseverar em si, ao tomar como verdadeiras, falsas ideias que o aprisionam e o levam à servidão. Isto ocorre quando se vincula a causa das coisas a ideias inadequadas.

Tal prerrogativa pode ser mais bem explicitada na discussão do conceito de imaginação. Espinosa (2015, p. 68) chama de imagens das coisas “as afecções do corpo humano, cujas ideias nos representam os corpos exteriores como estando presentes, embora elas não restituam as figuras das coisas”. De outra forma, compreende-se que, ao conhecer o mundo exterior, a mente passa a imaginá-lo através da ideia que as afecções do corpo faz deste. Contudo, o filósofo também ressalta que, quando se imagina um corpo exterior, o pensamento humano não preserva o conhecimento adequado dele. Neste caso, as ideias que se imaginam geram interpretações parciais, as quais revelam que aquilo que acontece com o corpo e com o mundo não é a causa de si mesmo.

A superstição é fruto da imaginação e da necessidade de o homem querer buscar uma causa final para todas as coisas. Espinosa (2015) denomina de preconceito o fato de os homens acharem que as coisas naturais agem em função de um fim, chegando até mesmo a terem por certo que um deus, dotado de vontades humanas, assume a direção de todas as coisas com um fim em vista. Contudo, o filósofo atesta com isso a falta de conhecimento dos homens em saber a verdadeira causa das coisas, à medida que, pela sua necessidade de explicar as coisas, imaginam causas inadequadas.

O homem procura por aquilo que lhe é útil e age em função de um fim, ou seja, em função daquilo que apetece como sendo útil. Assim, passa a formar juízo acerca da natureza e de Deus a partir de suas próprias volições (STEVOLO, 2015). Desse modo, o preconceito advindo do desconhecimento humano transforma-se em uma superstição com profundas raízes na mente humana à medida que o homem

se esforça para compreender e explicar as causas finais de todas as coisas. Com isso, conclui Espinosa (2015), que as noções com que o homem procura explicar a natureza não passam de formas de imaginar que não interpretam a essência da natureza das coisas.

Quanto às questões da imaginação e da superstição, Stevolo (2015, p. 217-218) sintetiza bem a proposta de Espinosa ao afirmar que

Se, inicialmente, o preconceito finalista derivou de que, ignorantes das causas, os homens tendem a buscar aquilo que lhes é útil, estando conscientes disso, crentes que são livres nesse desejo em preservar seu ser, aqui vemos o porquê dos homens chegarem a essas conclusões, pois, ao não se preocuparem em conhecer as causas de seus desejos, de suas ideias, ou mesmo de sua imaginação, têm apenas ideias parciais das coisas, ideias privadas de conhecimentos, mutiladas e confusas e, deste modo, eles imaginam e julgam-se livres nessa imaginação, sem se preocupar que estas também derivam de causas.

O desconhecimento das causas estimulado por falsas ideias imaginativas leva o homem à alienação e à submissão a sistemas opressores que manipulam as paixões e as imaginações do povo, mesmo que o homem se julgue livre por meio da sua imaginação, o que incide de forma negativa na sua potência de agir. Tal pressuposto embasa modelos de dominação avistados em populações pobres tais como ideologias que fomentam a submissão e a resignação e o Fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998), cujas concepções serão desenvolvidas posteriormente nesta obra.

De forma resumida, no que concerne à afetividade em Espinosa, ela é considerada passiva à medida que produz efeitos inadequados com base em imagens exteriores, podendo ser classificada como alegres ou tristes, dependendo apenas da compatibilidade ou não entre as causas exteriores e nós. Ela é considerada ativa e, portanto, eminentemente positiva e alegre, à medida que se origina das ideias adequadas e nascem do exercício da potência intelectual.

Esse pressuposto expõe a base para a observação da transformação afetiva, uma vez que as ideias são os objetos pelos quais os afetos se projetam, havendo alteração no elemento cognitivo, ou seja, das ideias, haverá também a transformação do afeto delas derivado. Portanto, observa-se que a dimensão afetiva relaciona-se com a dimensão cognitiva, e a razão, assim, é dotada de uma afetividade.

Ambas as dimensões não são opostas, mas interagem entre si dependendo da causa.

Bertini (2014a, p. 66-67) ilustra bem esse ponto de vista, explanando que:

O homem submetido às paixões tristes, ao medo e à superstição deposita em algo externo (seja no poder de uma autoridade religiosa ou política, ou em quaisquer autoridades semelhantes, seja nos fenômenos da natureza ou nas superstições) o poder do conhecimento e da ação [...] Por outro lado, a alegria leva à ação do indivíduo para a vida e para a expansão. Esse afeto leva os indivíduos a agirem e não esperarem passivamente que os outros ou as instituições ajam por eles para que se sintam ou vivam mais livres.

Desse modo, é nas afecções geradas nas relações intersubjetivas que se encontra uma variação na intensidade da potência de conservação (*conatus*), dependendo apenas se essas relações são advindas de bons ou maus encontros, geradores de alegria e tristeza respectivamente. Desse princípio, verifica-se, portanto, a base afetiva das ligações sociais.

Vale salientar que, por ter ligação com o social, os afetos são dinâmicos e estão suscetíveis a constantes mudanças, pois dependem da forma como o indivíduo organiza a disposição afetiva a partir daquilo que vivencia com o outro e a partir de situações que se apresentam em um determinado contexto sociocultural.

A emoção como função psicológica superior mediada socioculturalmente

Vygotsky se inspira na perspectiva filosófica dos afetos de Espinosa para tecer conjunturas acerca do papel da emoção no psiquismo humano, sendo considerado por isso um importante precursor na introdução do afeto na psicologia. Para Vygotsky (1999a), as emoções são consideradas como função psicológica superior por estarem relacionadas ao campo do intelecto e não reduzida a um viés orgânico e biológico como atestavam outros teóricos de sua época. Essa concepção de Vygotsky (1999b) se assemelha à visão monista de Espinosa, uma vez que se opõe a qualquer forma de cisão das dimensões humanas como corpo e alma,

por exemplo, defendendo a unidade entre os aspectos intelectuais, afetivos e cognitivos.

O psiquismo humano, por sua vez, se desenvolve nas relações sociais, ou seja, nas relações intersubjetivas de onde também provêm as afecções humanas. É no encontro entre os corpos, isto é, entre um sujeito e outro, estando inserido em um determinado contexto histórico-político-cultural que os afetos acontecem. No caso deste estudo, é em meio a uma realidade concreta de pobreza, que ocorre a construção do psiquismo a partir das mediações que o contexto social produz.

O social torna-se então mediador na construção dos símbolos e dos signos, nesse contexto a linguagem exerce papel fundamental na propagação dos signos e é por meio destes que o sujeito assimila as formas sociais de conduta e as transfere para si mesmo (VYGOTSKY, 1995). A linguagem, portanto, é a função central das relações sociais e do comportamento cultural da personalidade. Sendo assim, “no processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexão com as normas gerais relativas tanto à autoconsciência da personalidade quanto à consciência da realidade” (VYGOTSKY, 1999b, p. 127). Neste sentido, de acordo com o autor, a formação das funções psicológicas superiores parte do plano intersíquico para o intrapsíquico, pois, antes de serem psicológicas, elas são sociais; e a linguagem é, enquanto signo, a mediação entre a experiência social e a consciência individual.

A ideia de que um fenômeno psicológico é mediado culturalmente, leva em consideração a percepção de que pensamento e linguagem mantêm uma relação dialética, que, por sua vez, gera em sua unidade o significado. Os significados propiciam a mediação simbólica entre o sujeito e o mundo, sob a qual o indivíduo é capaz de compreendê-lo e agir sobre ele. O sentido da palavra liga seu significado objetivo ao contexto de uso da língua e aos motivos afetivos e pessoais do sujeito. Enquanto o significado constitui uma generalização, Vygotsky (1999b) afirma que o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência.

Vale ressaltar que o sentido, assim como o significado, é mutável. Entretanto, é muito mais complexo que este e, ao contrário, não

se restringe à linguagem, estando conectado também ao contexto dos motivos afetivos e pessoais e na relação dos sujeitos com esse contexto. Em sua relação com o mundo, aquilo que é sentido pelo sujeito é também atravessado pela significação. Neste aspecto, Baptista (2006, p. 95) chama a atenção para o papel preponderante da emoção na constituição do sentido das experiências explanando que

O sentido, produzido na experiência, se manifesta pela relação de uma emoção com outras em espaços simbolicamente organizados, dentro dos quais as emoções transitam e dessa unidade entre o simbólico e o emocional, sem que um desses momentos seja “reduzido” ao outro, se define o sentido.

De outra forma, Bertini (2014a, p. 77) explica que é no sentido das palavras que se encontra o ponto de ligação entre a experiência coletiva e as singularidades, dada nas relações intersubjetivas. Em suas exposições, Vygotsky (2004) não pretende estabelecer uma explicação causal que ligue os nexos entre o sentimento e a consciência, mas aponta para a importância de compreendê-los. Essa compreensão só pode ser observada por meio da análise da significação dada pelo indivíduo. Para isso, é necessário ter em mente que os afetos e as emoções são desenvolvidos historicamente dentro de um contexto social e ideológico, tal como afirma Vygotsky (1999b, p. 127): “o desenvolvimento histórico dos afetos ou das emoções consiste fundamentalmente em que se alteram as conexões iniciais em que se produziram e surgem uma nova ordem e novas conexões”. Ao se alterarem, acabam produzindo novos nexos entre os sentimentos e as outras funções psicológicas (VYGOTSKY, 1991).

Em outras palavras, as mudanças dos nexos têm origem no social e no coletivo, vividos como intersubjetividade e mediadas pelos significados sociais (SAWAIA, 2000), que apenas são possíveis pela existência dos signos. O signo, por sua vez, não altera o objeto exterior, mas a vida psíquica que é de ordem interna. Contudo, Sawaiia (2000; 2009) atenta para a negatividade das emoções quando os nexos entre as funções superiores são rompidos em decorrência da primazia de uma função sobre a outra, ou entre o pessoal e o social, alterando a correlação entre a vida intelectual e afetiva. Quando isto acontece, uma função separa-se das demais assumindo um caráter

dominante, neste caso, a positividade das emoções se converte em negatividade, pois entorpece e cristaliza a subjetividade, destruindo a sua dinamicidade.

Neste ponto, retoma-se Vygotsky (1999b) e sua influência espinosana, uma vez que, quando ocorre o rompimento nos nexos das funções superiores, esses autores recorrem à necessidade de revisitar a subjetividade por meio de um resgate das emoções, pois “é na busca do pensar afetivo e da afetividade consciente que se constrói toda subjetividade” (BRANDÃO, 2011, p. 167). Assim, tem-se que o conhecimento do afeto situado na sua relação com o intelecto e com outras instâncias, altera a vida psíquica (VYGOTSKY, 1999b) e cada vez que as emoções são compreendidas e não reprimidas ou dominadas, a personalidade também se modifica, uma vez que as outras funções são também afetadas.

De forma sintética, vale salientar que para Vygotsky (2004) as emoções humanas são complexas e históricas, podendo ser compreendidas como organizadoras das reações internas do comportamento, como função da personalidade e como fortes motivações que influenciam o comportamento humano. Partindo desses pressupostos, Vygotsky (2001) reflete que tanto as emoções como a motivação são fatores e instâncias causais do pensamento.

Por conseguinte, a consciência torna-se reguladora da atividade humana e por isso carrega uma natureza tripla: consciência, sentimento e vontade. O sentimento é entendido aqui como uma autoavaliação do sujeito a partir da sua relação com o mundo, e a consciência, como definida pela experiência, sendo, portanto, mediada linguisticamente. Entretanto, nessa perspectiva, a vontade é a função psicológica que potencializa as demais, ela é a responsável pela priorização de uma ou outra função psicológica em determinados momentos, apenas dependendo da situação e das relações sociais e por isso pode estabelecer uma ordem hierárquica entre as funções.

A fim de complementar a compreensão de Vygotsky acerca da vontade, cabe elucidar, em termos espinosanos, o papel potencializador da volição. A vontade para Espinosa (2015) é um modo²⁰

²⁰ Assim Espinosa (2015) define modo: “Por modo compreendo as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido”.

do pensamento que requer uma causa necessária que a determine para existir e operar. Por ser modo do pensamento, ela envolve uma ideia que designa um esforço. Desse modo, avista-se um prenúncio de mais uma influência espinosana na composição teórica de Vygotsky ao averiguar que para o filósofo a vontade mantém relação com o pensamento. Assim conclui Espinosa (2015, p. 91-92): “assim como, por essa faculdade de querer, podemos afirmar infinitas coisas [...] da mesma maneira, por essa faculdade de sentir, podemos, igualmente, sentir ou perceber infinitos corpos...”. Pensar, sentir e querer relacionam-se entre si e fomentam a ideia de afetividade em Vygotsky.

Assim, o conceito de afetividade parte do que Vygotsky (2001) nomeou de tendência afetivo-volitiva, que engloba as necessidades, interesses, motivações, afetos, emoções, e sentimentos do sujeito na relação com outrem, constatando que a relação intersubjetiva é permeada por emoções e afetos. Nesse sentido, Vygotsky (2001, p. 139) destaca que

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. Ao sermos afetados, se alteram as conexões iniciais entre mente e corpo, pois os componentes psíquicos e orgânicos da reação emocional se estendem a todas as funções psicológicas superiores iniciais em que se produziram, surgindo uma nova ordem e novas conexões.

Para esse teórico não existe pensamento sem emoção, não sendo possível agir de forma consciente sem ser afetivamente. Baseando-se no materialismo histórico-dialético, Vygotsky (2000) se refere ao homem como ser ativo e histórico, que age sobre o mundo, sobre a natureza, com as demais pessoas, construindo a cultura e a transformando historicamente. Nessa relação dialética, o homem transforma a natureza e é transformado por ela, e a afetividade exerce um papel mediador na ação e na transformação humana, sendo fator preponderante, ao lado da linguagem e do pensamento, na constituição do psiquismo humano. Com isso, e em conformidade com Pinho (2010), observa-se que os estudos de Vygotsky apontam para a relevância das emoções e dos sentimentos na mediação dos pro-

cessos de conscientização e transformação social que, por sua vez, decorrem das (e nas) relações intersubjetivas. Daí provém o caráter ético-político dos afetos.

Implicações psicossociais dos afetos

Os afetos são compreendidos como processos psicossociais por serem contextualizados e tomados como históricos. Ocorrem nas interrelações e são indissociáveis do agir e do pensar. Desse modo, inicia-se essa discussão resgatando o que se constatou anteriormente a partir de Vygotsky, de que a afetividade é parte constituinte do psiquismo humano e que não se expressa apenas por meio de reações corporais inatas, mas que obtém, por meio da linguagem materializada nas relações intersubjetivas, uma influência social e cultural.

Assim como Vygotsky, Agnes Heller traz em sua teoria a natureza social das emoções e dos sentimentos. A autora aponta uma estreita relação entre emoção, linguagem e pensamento, afirmando que os sentimentos são motivadores do pensamento, pois “não há pensamento sem sentimento e não há sentimento sem pensamento [...]”²¹ (HELLER, 1995, p. 172, tradução nossa), estes por sua vez, são mediados pela linguagem que também é mediadora do conhecimento, daí a natureza social das emoções e dos sentimentos.

Para ela, “sentir significa estar implicado em algo”²² (HELLER, 1993, p. 15, tradução nossa). Esse “algo” pode ser outra pessoa, um conceito, o próprio indivíduo, um problema, uma situação, algum outro sentimento, sendo que não necessariamente é preciso um objeto concreto para estar implicado com algo. A teórica explica que essa implicação pode ser positiva ou negativa, ativa ou reativa, direta ou indireta e acrescenta que é impossível não se implicar com algo. Conforme o pressuposto da autora, pode-se idealizar que, mesmo no caso de atividades corriqueiras como escovar os dentes, necessariamente há uma implicação ainda que ela seja mínima.

²¹ No texto original: “no hay pensamiento sin sentimiento y no hay sentimiento sin pensamiento” (HELLER, 1995, p. 172).

²² No texto original; “Sentir significa estar implicado em algo” (HELLER, 1993, p. 15).

Para exemplificar melhor a questão da implicação, Heller (1993) classifica as emoções como afetos e as distingue dos sentimentos, caracterizando estes como mais duradouros, que se incorporam à personalidade do indivíduo. Enquanto as emoções, comparadas a uma dialética de figura-fundo, seriam sempre figuras, por considerar seu caráter comunicativo e empírico, os sentimentos seriam ora figura ora fundo.

Em outra visão, Lane (1994) exemplifica, a partir da concepção de Heller (1993), a diferenciação entre emoções e sentimentos como a tristeza. Desse modo, elucida que a tristeza como emoção é observada pelas lágrimas e expressão facial, e como sentimento ela se encontra inicialmente como fundo enquanto o sujeito realiza suas atividades cotidianas. Contudo, se por acaso questionarem “Como você está?” e ele responder “Triste” o sentimento se tornou figura. Nessa lógica, os sentimentos pressupõem necessariamente uma implicação com algo ou alguém, podendo ser constituídos tanto por emoções simples como por sentimentos mais complexos que dão cor à própria personalidade do indivíduo (LANE, 1994).

No processo de caracterização das emoções e dos sentimentos, Sawaia (2004, p. 98) define a afetividade como

[...] a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer que não se refere a objetos específicos. 2) Emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta

Os sentimentos são estados afetivos mais duradouros que não se reportam necessariamente a objetos específicos e que conforme Bomfim (2010) estão comumente vinculados a conteúdos intelectuais, valores e representações simbólicas, o que pressupõe um maior nível de elaboração e exige uma comunicação de significados. As emoções, por sua vez, são descritas como estados afetivos momentâneos e intensos que dão origem a certas reações dos indivíduos a partir de estímulos externos e internos sejam de forma consciente ou não.

A partir dos aportes teóricos de Heller (1993), infere-se que as formas de implicar-se com a realidade possuem uma base afetiva. Quanto a isso, Baptista (2006, p. 33) comenta que, para além da impli-

cação mínima, há o limite superior de implicação, que é determinado pelo organismo e pelas condições sociais, “pois a sociedade, através de sua cultura, costumes e ritos, trata de regular a intensidade de expressão dos sentimentos, inclusive de seus conteúdos [...]”. Conclui ilustrando sua afirmativa com o exemplo do luto, destacando que cada cultura impõe seus costumes e ritos, determinando a duração, intensidade e a demonstração de sentimentos que sejam aceitáveis pela sociedade; entretanto alerta que, na forma de expressar o luto, não se pode exceder os limites biológicos das pessoas. Caso uma pessoa exceda tanto seus limites biológicos como os limites impostos pela sociedade, suas atitudes são consideradas patológicas.

A implicação para Heller (1993) é fator constitutivo, inerente, da ação e do pensamento. Com isso, Bomfim (2010) reflete que a implicação é marcada por algo que se presentificam, podendo ser observado tanto como figura como fundo, dependendo do sentimento (implicação) que emerge de vez em quando na consciência. É de Heller (1993, p. 22, tradução nossa) a afirmativa de que

Simplemente quero dizer com isso que nas relações interpessoais somente podem ser consideradas implicações com outro ser humano (no sentido positivo e negativo) aquelas disposições emotivas que de vez em quando aparecem inevitavelmente no fundo da consciência, quer dizer, se convertem em sentimentos figuras.²³

Quanto maior o número de experiência que o indivíduo adquirir na sua relação com o mundo e com o outro, mais amplo é o círculo de implicações, cuja ação, pensamento e sentimento são identificados como inseparáveis, ou seja, dependentes. Vale ressaltar que a implicação é reguladora do organismo social, ou seja, reguladora da apropriação do mundo do ponto de vista da preservação e extensão do mundo subjetivo do sujeito. Igualmente, ao considerar os pressupostos de Espinosa, pode-se tomar as experiências que o sujeito adquire como sendo as diversas maneiras de afetação; o homem, conforme Trindade (2014), se esforça para ser afetado de diversas

²³ No texto original: “Simplemente quiero decir con esto que en las relaciones interpersonales solo pueden ser consideradas implicación en el otro ser humano (en sentido positivo e negativo) aquellas disposiciones emotivas que de cuando em cuando aparecen inevitablemente en el fondo de la conciencia, es decir, se convierten em sentimientos figura” (HELLER, 1993, p. 22).

maneiras para agir de múltiplas formas e desse modo aumentar sua potência e ser afetado cada vez mais por afetos alegres.

Os aportes de Heller sobre os sentimentos – que também é implicação – contribuem para esta investigação pela relevância deles na compreensão do processo de ação e reação do indivíduo que, em contexto de pobreza, muitas vezes encontram-se com seus limites biológicos excedidos, seja pela fome ou por outros tipos de privações que afetam o organismo humano, que, por conseguinte, influenciam o modo de sentir e agir frente a essa circunstância.

Uma boa ilustração quanto a isso concede o exemplo de Roberta, já mencionado no capítulo anterior, quando afirma que, mediante a situação de privação de renda e de alimentos para seus filhos, ela

chegava na porta de um e na porta de outro: minha filha eu quero uma lavagem de roupa, uma faxina pra mim fazer porque eu quero levar comida pra os meus filhos (OF4).

O fato de Roberta sentir-se afetada pela situação de fome, e o desejo em sua essência de perseverar em seu ser, como aponta Espinosa, potencializou a ação de procurar outros meios para sanar suas privações. Porém, isso somente acontece devido ao nível de implicação que mantém com o seu bem-estar e o de sua família.

Semelhantemente acontece na vida de Maria, pois ela realiza reciclagem para enfrentar à situação de pobreza, compreendendo que

não pode ficar assim, só esperando, esperando, que não cai do céu! Não cai do céu, né? Tem que fazer alguma coisa (E1).

Tanto Roberta quanto Maria, por estarem conscientes de suas afecções, não aguardam as coisas acontecerem sem tomar alguma iniciativa ou atitude, nem delegam a responsabilização pela sua situação de vida a outras pessoas, a órgãos públicos, a entidades ou à sociedade, por exemplo, tais como os supersticiosos o fazem.

Além disso, Heller (1993, p. 11, tradução nossa) em sua obra pretende demonstrar que “o campo de ação permitido pela sociedade atual, e o pensamento determinado por ela, produzem e fixam sentimentos individualistas, perpetuando e reproduzindo a alienação dos

sentimentos”. Neste caso, a consciência torna-se fragmentada, isto é, cindida e a alienação dos sentimentos pode ser potencializada à medida que estes se apresentam como elementos contraditórios advindos da tensão entre o que se sente e o que se “deveria” sentir imposto pela sociedade. Assim, a sociedade pode impor um sentimento de culpa, de vergonha e de humilhação, por exemplo, no sujeito em situação de pobreza por não portar meios de suprir suas necessidades.

Assim, tem-se registrado a importância da influência do contexto social e cultural no psiquismo humano e nas mais diversas formas de implicação do sujeito frente à sua realidade que, no caso deste estudo, requer a observância dos afetos que sustentam as (re)ações das famílias mediante o contexto de pobreza.

A rede de afetos das famílias pobres

Nos subtópicos que seguem, analisa-se, a partir das considerações teóricas aqui empreendidas, a rede de afetos das famílias pobres, tanto no que concerne à forma como são afetadas pela vivência de pobreza, como também, às relações afetivas que estabelecem com o mundo e com os outros no contexto de pobreza. Entretanto, isso ocorrerá não antes de se apresentar a concepção que essas famílias têm acerca dos afetos.

Concepção dos afetos para as famílias pobres

Por defender uma concepção histórica, social e cultural dos afetos bem como por entendê-los como uma função do psiquismo humano e sem desconsiderar que é a expressão dialética entre consciência, sentimento e volição, é que não se pode deixar de discutir o conceito de afetividade instituído no pensamento simbólico das famílias pobres. Assim, destacam-se os excertos:

Pra mim afeto é amor, carinho [...] é compreensão (MAGNA, OF1).

É isso, tem que tratar com carinho, é respeitar a opinião do outro (VIRGÍNIA, OF1).

Amor. Eu acho que afetividade é você ter amor por aquelas coisas, tudo o que você vai fazer com amor, é ensinando as coisas, a forma de ver. Eu acho que afetividade é isso, é ter respeito pelos outros (LUCIANA, OF2).

É união (GILMA, OF2).

É assim, um aconchego (ISABEL, OF3).

O sentido da afetividade concebida nas interações entre os sujeitos está para essas famílias, associado positivamente a expressões de “amor”, “carinho”, “compreensão”, “respeito”, “união” e por fim, “aconchego”. Denotam claramente perspectivas que os direcionam às paixões alegres preditas por Espinosa (2015), porque são expressões que apontam para a expansão do ser, aumentando verdadeiramente a potência de existir e de agir. De outro modo, falou-se também em desafeto:

Graça: Não tinha afeto, só tinha desafeto eu acho.

Pesquisadora: eu queria saber o que é que ela entende por desafeto.

Graça: Conflitos, não? Não ter diálogo, não ter nada [...] Porque é como já tá falando afeto que também desune então deve ter também desunião devido ao afeto.

Pesquisadora: Mas que tipo de afeto é que desune?

Graça: tudo que não é certo. Tipo briga, desconcordância e eu acho que é isso (OF2).

Enquanto as demais participantes posicionam a concepção de afeto pela sua positividade, Graça nos lembra, em contrapartida, que há também os “desafetos”, exemplificados nos conflitos e na falta de concordância que geram brigas e desunião. Isso, porém, que não se trata de uma total ausência de afeto, pois de algum modo as pessoas envolvidas são afetadas e como tal coíbem a potência de agir do indivíduo por serem a máxima expressão das paixões tristes. Entretanto,

O esforço ético da teoria spinozana da afetividade caracteriza-se como uma crítica mordaz das *paixões tristes* e como o único caminho, arrojado e prazenteiro, para uma afirmação afortunada da potência venturosa da vida (LEME, 2013, p. 124).

Embora se saiba que os sujeitos estão suscetíveis a paixões tristes, pretende-se também dar ênfase às paixões alegres mediante a visão ontológica positiva de Espinosa, quando enfatiza que o ser humano deseja expandir em sua existência e que isso é potencializado pelas paixões alegres. Desse modo, segue a discussão tanto das paixões tristes quanto das paixões alegres das famílias pobres.

Afetos emergentes nas relações sociais das famílias

Antes de esboçar comentários acerca dos afetos mencionados neste subtópico, cabe inicialmente esclarecer sobre a relevância dos encontros, porque deles provêm as afecções. Na perspectiva dos encontros, Sawaia (2004) baseia-se em Espinosa ao argumentar que, no plano ético, é possível construir relações de afetividade que priorizem a solidariedade entre os sujeitos. É possível, também, de outro modo, construir relações assimétricas, que, ao invés de concretizarem a ação intersubjetiva e a autonomia dos sujeitos, promovam, inversamente, a opressão e a heteronomia. Neste último caso, os sofrimentos ocasionados em decorrência dos maus encontros, muitas vezes caracterizados pela injustiça social e servidão, bloqueiam o poder do corpo de afetar e ser afetado por meio do rompimento dos nexos entre as funções psicológicas superiores e a sociedade. Este sofrimento, por sua vez, transparece na forma de potência de padecimento, cujo sujeito não esboça uma ação, mas apenas uma reação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado duradouro de existência (SAWAIA, 2009).

Ambas as formas de relação demonstram que, no campo ético-político, a emoção pode ser propulsora ou inibidora de autonomia (SAWAIA, 2000), dependendo apenas de como o sujeito potencializa sua ação. Sendo assim, potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos, na forma de desejos, sentimentos e necessidades para superar o sofrimento ético-político. Quando há um bom encon-

tro entre os sujeitos, pelo qual buscam agir de forma transformadora com a intenção de modificar a realidade e assim criar novos significados e sentidos, há autonomia e conseqüente superação do sofrimento ético-político. O sujeito então percebe que “todo isolamento gera impotência que é justamente na sociabilidade cooperativa que se tornam indivíduos-em-sociedade-na-história” (BRANDÃO, 2011, p. 179).

Os relatos das famílias quanto aos maus encontros giram em torno dos relacionamentos com vizinhos, como no caso de Leide, que denuncia um conflito com sua vizinha a ponto de esta não querer deixar que seus filhos se relacionem com o filho dela. O mesmo ocorre no relacionamento entre os componentes da família, como as filhas de Antônia, que sentem ciúme de seu irmão por acreditarem que sua mãe concede os desejos dele preterindo os seus. Ou ainda no relacionamento entre mãe e filhos retratado na vida de Silvia (OF4) quando enfatiza sentir

Muita mágoa de filho [...] porque os filhos, a gente tem eles e a gente quer uma coisa e eles não faz o que a gente quer, né?

a ponto de gerar indignação, porque

a gente prevê assim, a gente pensa de eles fazer, de estudar, de ter um trabalho bom, de não ter o futuro que a mãe deles teve, tá entendendo? Só que nenhum quis, nenhum quis. Foi tudo pros canto errado. A minha revolta é essa daí, só essa. A gente faz das tripas os corações e eles não tá nem aí ó (SILVIA, OF4).

A indignação, por sua vez, como demonstrada no relato de Silvia, é um “ódio a quem fez o mal ao outro” (ESPINOSA, 2015, p. 114), que pode ser também expressado para com alguém que lhe fez mal. Nesse caso, Silvia expressa indignação para com seus filhos por não atenderem àquilo que ela espera deles, por mais que ela tenha se esforçado para que eles seguissem o caminho desejado por ela. Contudo, Jaquet (2011) alerta que o afeto da indignação é fruto das afecções advindas das relações intersubjetivas e que tanto podem coibir como ajudar a potência de agir, isso dependerá se, no encontro entre os corpos, nasce uma concepção inadequada ou adequada da impotência humana.

No caso relatado vê-se a prevalência da coibição da potência de agir de Silvia, uma vez que, aquilo que desejara para seus filhos não fora alcançado, anunciando um desejo frustrado, e não há mais o que ela possa fazer, pois

a gente faz das tripas os corações e eles não tá nem aí ó (OF4).

Entretanto, cabe salientar que as afecções que coíbem a potência de agir não necessariamente a diminuem, mas apenas a reprimem e não a aniquilam (JAQUET, 2011).

O ciúme, como exposto no caso dos filhos de Antônia, é designado por Espinosa (2015, p. 121) como ódio relacionado à coisa amada que, por sua vez, é acompanhado pela inveja. Isto se depreende da ideia de que

Se alguém imagina que a coisa amada se liga a um outro com o mesmo vínculo de amizade ou com um vínculo mais estreito do que aquele com o qual só ele a desfrutava, será afetado de ódio para com a coisa amada e terá inveja do outro.

Ao imaginarem que sua mãe, ou seja, a coisa amada está mais estreitamente ligada ao seu irmão por esta fazer a vontade dele e não a delas, isso acaba deixando-as afetadas por ciúmes por ter seu próprio apetite refreado, que no caso seria tomar o suco de manga com casca, como aponta o discurso:

Ai mãe, por que que a senhora não faz esse suco de manga com casca? Não porque o [nome do filho] gosta é assim. Ave Maria, mas tudo é o [nome do filho] É um ciúme. Elas duas dizem que eu só gosto do [nome do filho] (ANTÔNIA, OF4).

O ciúme resulta daquilo que Espinosa (2015) denominou de flutuação de ânimo, ou da alma, em que os afetos de amor e ódio afetam simultaneamente o homem ao mesmo tempo em que segue a ideia de um outro que é invejado.

A flutuação de ânimo é identificada na vivência de dois afetos contrários oriundos das afecções encontradas nos relacionamentos das famílias pobres como nos casos da família de Antônia e de Rejane.

Mas antes de discutir esse último caso, em princípio é necessário compreender que “o estado da mente que provém de dois afetos contrários é chamado de flutuação de ânimo e está para o afeto assim como a dúvida está para a imaginação” (ESPINOSA, 2015, p. 111). Os afetos contrários são aqueles que derivam da alegria e da tristeza. Assim como o amor está para a alegria, o ódio está para a tristeza, ou ainda, assim como a esperança está para a alegria, o medo incorre da tristeza.

A relação conjugal de Rejane denota bem a flutuação de ânimo dos afetos na relação com o seu marido. O problema conjugal já apontado no segundo capítulo, parte da denúncia do fracasso do marido em ser provedor e autoridade moral do lar, bem como de conceder maior importância “as pessoas de fora” (OF1) do que à sua própria família. Entretanto, observa-se a flutuação de ânimo quando opina que “ele é uma pessoa egoísta” e “ele é uma pessoa ótima, maravilhosa” e quando conclui “eu tenho esse problema com meu marido, mas eu não quero mal pra ele” (OF1).

A simultaneidade dos afetos contrários ocorre quando o corpo imagina a afecção como estando presente mesmo ela estando ausente, tal como dispõe a proposição 18 da Ética II: “Se o corpo, uma vez, afetado, simultaneamente, por dois ou mais corpos, sempre que, mais tarde a mente imaginar um desses corpos, imediatamente se recordará também dos outros” (ESPINOSA, 2015, p. 69). Ao trazer à memória a imagem do seu marido, Rejane é afetada por dois tipos de imagens do seu esposo tanto no que concerne à imagem positiva, quando afirma que “*ele é uma pessoa ótima, maravilhosa*”, como no que concerne à imagem negativa, que fomenta a decepção, porque “*ele parte do mesmo*” sem haver perspectiva de mudanças de comportamento.

Com efeito, ninguém demonstra preocupação por alguma coisa ou por alguém que não ama, e as intrigas e ofensas provêm desse amor de que não se pode realmente dispor. Como no caso de Rejane, que, em caso de separação, preocupa-se com seu marido por ele não ter aonde ir, embora suas atitudes não demonstrem o amor esperado por ela, ocasionando as intrigas no lar geradas pela decepção.

A decepção é classificada como afeto e se estabelece a partir de “uma tristeza acompanhada da ideia de uma coisa passada que se realizou contrariamente ao esperado” (ESPINOSA, 2015, p. 144). Ao ser impedida, pela imagem do seu marido, de alcançar a sua expecta-

tiva de ter uma estrutura familiar naquilo que lhe é desejável, tem-se que ela é afetada de tristeza e sua potência é diminuída. Em suma, o esforço alegre para perseverar no ser ao lado da coisa amada se vê, com efeito, impedido pela tristeza. A solução estaria em livrar-se das ilusões próprias do sujeito amoroso pelo conhecimento adequado das causas de seus afetos (GOMES, SILVA JÚNIOR, 2013).

A raiva também é avistada nos relatos das famílias:

Tô falando que raiva é momento. Agora você deixando se levar por raiva, você vai adoecendo, levando rancor no coração, deixando o coração endurecido. [...] Pra mim a raiva é no momento. Agora, se [...] tenho raiva dessa pessoa, continuo com a raiva da pessoa levando rancor no coração, aí o que que acontece? Só adoece [...] Quem é que não tem raiva? Às vezes fico com tanta raiva dos filhos, é do marido, é de tudo. É, tem hora que vem o momento da raiva (LUCIANA, OF4).

A raiva para Luciana tem que ser momentânea, pois, se ela permanecer, levará ao adoecimento do corpo e da alma. Nas relações familiares observa-se que as afecções entre os corpos fomentam a raiva, “*raiva dos filhos*” e “*do marido*”. Nas definições dos afetos Espinosa (2015) não concede atenção para explicar o que ele entende acerca da raiva, mas seu conceito de ódio fornece uma luz quanto a esse tipo de afecção. Assim, ele define o ódio como uma tristeza seguida da ideia de uma causa exterior (EIII, definições dos afetos). No caso de Luciana, essa causa exterior estaria relacionada ao seu filho e marido, no entanto, ela não detalha sobre em que circunstâncias isso ocorre.

De outra forma, ao anunciar que “*raiva é momento*”, demonstra que ela, na tentativa de perseverar em seu ser, se esforça por afastar de si aquilo que odeia, ou seja, aquilo que a faz sentir raiva, pois se continuar sentido raiva “*só adoece*”. Nesse aspecto, Espinosa (2015, p. 108) enfatiza que “quando a mente imagina aquelas coisas que diminuem ou refreiam a potência de agir do corpo, ela se esforça, tanto quanto pode, por se recordar de coisas que excluam a existência das primeiras”. A mente se esforça em imaginar algo que exclua aquilo que afeta o ser de raiva. Assim, observamos a partir dos seguintes relatos alguns recursos que levam a essa tentativa:

Quando a gente tá com raiva ou com rancor de alguém, a gente tem que fazer uma oração [...] Porque a gente não deve guardar rancor do seu próximo, do seu irmão, né? Eu acho assim, toda raiva, desunião, a gente tem que ter fé em Deus e oração, porque se você tiver oração, você tiver fé em Deus, você vence tudo, vence a raiva, vence o rancor, entendeu? (NARA, OF4).

Se recuar é melhor porque a gente esfria a cabeça [...] Na hora do momento de raiva, a gente assim, pra não magoar a pessoa, agredir ou ser agredida, então se recuando é uma estratégia melhor. É o meu caso, me recuo um pouco pra ir depois eu pensar e a pessoa também esfriar do outro lado, né? Aí esfria a cabeça e vai dar certo (CARLA, OF4).

As estratégias utilizadas pelas participantes para excluir o que lhes afeta de raiva é orar, no caso de Nara, e recuar, no caso de Carla, a fim de não guardar rancor ou para não magoar alguém que lhe afetou de raiva. De outra maneira,

tem [...] pessoa assim: eu tenho raiva de você, mas você nunca fez nada comigo, mas eu tenho raiva de você, não gosto de você. Você não me entra. Tem gente que é assim. Eu não (LUCIANA, OF4).

Os objetos que afetam os sujeitos de tristeza, ou nesse caso de raiva, simplesmente por terem alguma semelhança com objetos que usualmente os afetam de raiva, de forma acidental gera raiva e antipatia sem que se saiba a fundo a verdadeira causa pela qual essa pessoa ou objeto o afeta desse mesmo afeto.

Apesar de a raiva ser um sentimento voltado para os filhos, conforme o depoimento de Luciana, a alegria é também fomentada na relação das mães com seus filhos e das avós com seus netos:

Feliz com meus filhos. É assim que eu me sinto ó: feliz com meus filhos (RUTE, OF2).

Minha vida toda, quase toda, tinha meus filhos pequenos. Tinha pra cuidar, pra mim era uma alegria muito grande. E agora cada

neto que chega é outra alegria muito grande, só que não tem nenhum comigo. Quando eu quero ver um, me estaco pra longe [risos]. Quando eu quero ver os menino [...] aí eu digo: fui só ver, dar um cheirinho [risos] (MARIA, E1).

Um momento que me deixou muito alegre foi ver quando meus filho nasceu (SELMA, E2).

A vivência do afeto da alegria nas relações com os filhos e netos faz vislumbrar o quanto isso é potencializador para a expansão do *conatus*, cujos efeitos podem gerar transformações no registro das subjetividades. Isso pode superar, por exemplo, a condição de isolamento, mesmo sabendo que essas famílias estão sujeitas às mais duras situações de vida que podem afetar de maneira negativa a tal ponto de levar à depressão, enfraquecendo seu *conatus*.

A alegria é expressa nas narrativas das famílias em distintas visões, pois assim se apresenta no relato de João:

eu fico muito feliz de ela [mãe] tá hoje trabalhando [...] de ter saído das drogas (E4).

Ora, cada um é afetado de diversas maneiras no encontro com outros corpos, sendo a dinâmica afetiva, portanto, suscetível a variações. Outra perspectiva da alegria elucida interesses pessoais marcados pela influência capitalista de consumo:

Eu acho que pra mim alegria mermo aqui é o antes e o depois daqui de casa. As coisa que a gente num tinha e hoje a gente tem. Uma alegria demais. Meu wifizim que eu tanto queria [...] sofá, a máquina de lavar (MARINA, E2).

Nota-se que a intensa experiência de privação de Marina em outro momento de sua vida, pois assim compara “o antes e o depois daqui de casa”, associada ao sistema utilitarista imbricado na cultura que é regido pela lógica de consumo predisposta em uma economia neoliberal, fazem-na remeter o sentimento de alegria à aquisição de bens de consumo como “wifi”, “sofá” e “máquina de lavar”. Nesse

sentido, pode-se inferir que a pobreza contribui para o desenvolvimento de formas singulares de estruturação do psiquismo humano que, por sua vez, sofre influência tanto do campo material como dos campos ideológico e afetivo.

É bem possível que Marina, uma jovem de vinte anos, passe a se sentir mais incluída na sociedade ao poder ostentar, de certa forma, uma condição social melhor por obter esses bens quando se compara a outros de sua classe social que deles estão privados. Nisto, tem-se que “a inclusão não passa de uma estratégia de adaptação à ordem social excludente” (SAWAIA, 2003, p. 56-57).

Contudo, a ética das paixões de Espinosa se contrapõe a interesses individualistas e prioriza a coletividade humana. A estratégia do *conatus* é agir buscando a felicidade e a expansão fazendo o bem a si e ao outro, o que não se reduz exclusivamente a uma felicidade estritamente individual. Pressupõe valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades, ou seja, sendo orientados por uma base afetivo-volitiva procuram a superação do sofrimento coletivo.

O amor supera o individualismo, pois ele não pode existir no sujeito sem a ideia da coisa amada ou desejada. Assim as famílias direcionam seu amor para outros componentes familiares:

E eu tenho muito amor pra eles [filho e neto] armaria, pra todo mundo. Eu amo todos (JOSEANE, OF2).

Sentimo muito amor pela nossa mãe, nossa família toda (JOÃO, E4).

Amor, eu penso logo em meus filho, né? [...] E a minha família. Eu amo todos, sem tirar nenhum (ROSA, E4).

Espinosa (2015, p. 142) define o amor como “uma alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior”, essas causas exteriores dos participantes são os demais membros da família como mãe, filhos, netos, entre outros. Ainda conforme este filósofo, os indivíduos necessariamente se esforçam para manter presente o que amam com o intuito de conservar aquilo que amam. Com isso em vista, observa-se a tentativa de Igor de conservar e manter presente o amor àquilo que ama que no caso é a sua mãe, Maria:

todo dia ele me abraça e diz: mãe, eu te amo. E ele diz um bocadinho de coisa e aí a gente vai passando. Com aquelas palavras, aquelas coisas, dá pra sobreviver (MARIA, E1).

O amor recíproco e investido nas relações familiares auxilia no enfrentamento das mais distintas formas de sofrimento, seja dos sofrimentos advindos da condição de pobreza, por exemplo, ou de outros, que por sua vez ameniza ou sucumbe, mesmo que momentaneamente, as dores a ponto de gerar suporte “*pra sobreviver*”.

O amor, sendo um afeto oriundo da alegria, se configura como um afeto político por excelência, pois proporciona o fortalecimento de laços que favorece o aumento da potência dos indivíduos singular e coletivamente, pois “*todo dia é dia de amar ao próximo*” (ROSA, OF5). O amor à sua família instaurou em Rosa o sentimento de arrependimento por erros que cometeu no passado assim como relata:

Antes eu pensava em fazer as coisa errada né, como crime de tráfico. Hoje eu vejo de outra forma [...] hoje eu penso, eu estudo, eu trabalho, eu penso em terminar minha pena e trabalhar de carteira assinada honestamente. Antes eu levava pro mundo do crime, hoje não [...] Tô dando bom exemplo aos meu filho. Sempre quando eu posso eu converso com eles, explico: olhe, o que eu passei, aquilo ali é passado, eu errei e quero que vocês não cometam o mesmo erro que eu, então estude (E4).

Eu, na minha adolescência, eu errei muito. Cometi muitos erros. Aí o erro que eu cometi não afetou só a minha vida, mas toda a minha família (OF3).

O arrependimento pelos erros que cometeu em ter se envolvido no mundo do crime e que afetou sobremaneira toda a sua família é oriundo de “uma tristeza acompanhada da ideia de uma ação que acreditamos ter praticado por uma livre decisão da mente” (ESPINOSA, 2015, p. 146). À época de sua adolescência talvez Rosa tenha sido levada a adentrar no mundo do tráfico pensando ser uma livre decisão sua, pois, embora estivesse consciente de sua ação, desconhecias suas causas. Com isso, tem-se que “cada um regula tudo de acordo com o seu próprio afeto e, além disso, aqueles que são afligidos por

afetos opostos não sabem o que querem, enquanto aqueles que não têm nenhum afeto são, pelo menor impulso, arrastados de um lado para outro” (ESPINOSA, 2015, p. 103).

Como uma folha ao vento, é possível que Rosa tenha sido levada a cometer “*crime de tráfico*” por não saber o que de fato queria ou pela indiferença afetiva, ao não ter sido afetada de nenhum afeto, sendo por isso induzida pela influência de amigos:

Eu já gizeei aula. Eu ficava fora do colégio e o mundo não me ofereceu nada de bom, o que eles oferecem é esse tipo de amizade que as pessoas falam: vamo testar é bom! Tu não vai se arrepender. Então vamo só hoje e depois não vamo mais. Não vai acontecer nada. Um erro que você comete (OF3).

Contudo, o relacionamento com seus filhos promoveu um senso de responsabilidade, pois

hoje eu já penso nos meus filhos, porque eu já não faço mais pensando no futuro deles (OF3),

influenciando uma nova forma de se posicionar no mundo e proporcionando a mudança nos seus padrões de comportamento, uma vez que “*hoje eu penso, eu estudo, eu trabalho*” (E3). Desse modo, o afeto de amor para com seus filhos tornou-se decisivo para fomentar um novo processo de implicação com a sua realidade, por isso também a família é compreendida como um lugar que possibilita bons encontros que potencializam a expansão do ser por meio de relacionamentos de onde emanam afetos alegres.

O amor é o afeto que faz vencer a tristeza, ou seja, que faz superar aquilo que desorganiza, enfraquece e despontencializa o ser, pois

se fazer tudo com amor se vence, não é? Até a tristeza. Porque quando a gente tá triste e encontra uma palavra amiga com amor, a gente vence, não é? (VILMA, OF3).

Com o amor, o modo de agir e de se relacionar com o mundo muda completamente. Este afeto alegre se torna a mais nítida

expressão da afirmação da potência, resistência, autonomia e solidariedade.

Um modo de enfrentamento e resistência ao sofrimento e à opressão resultante de ideologias neoliberais fomentadoras de injustiças sociais é a construção dos laços sociais e comunitários que proporcionam bons encontros e denotam os sentimentos de amor, amizade, gentileza e solidariedade. Dessa forma, as relações comunitárias positivas discutidas no capítulo anterior – a exemplo de Caio, que ajuda aos demais moradores da comunidade a retirar as plantas que em dias de chuva atrapalham a passagem da água que acaba invadindo as casas – ou do vizinho de Selma, que a ajudou ao levar seu filho para uma unidade de saúde – ou das avós que se tornam cuidadoras de seus netos em meio a diversas atribuições das mães chefes de família, entre outros exemplos, são ações que revelam a prevalência do afeto da benevolência na inter-relação com outros sujeitos, o que reforça a necessidade de interatuar com o outro, pois

Com efeito, se, por exemplo, dois indivíduos de natureza inteiramente igual se juntam, eles compõem um indivíduo duas vezes mais potente do que cada um deles considerado separadamente. Portanto, nada é mais útil ao homem do que o próprio homem (ESPINOSA, 2015, p. 139).

Além desses exemplos, destaca-se também o apoio social do CRAS por proporcionar um espaço de convivência comunitário por meio das oficinas. Assim avaliaram as participantes:

Achei ela [oficina] muito importante, porque como a senhora pôde ver aqui, apareceram muitos casos que as pessoas às vezes não têm com quem conversar. Como o caso dela, a pessoa não tem com quem conversar, não tem com quem desabafar e por mais que tenha, às vezes não tem coragem de falar com aquela pessoa e em uma reunião dessas aqui muita gente se abriu, entendeu? Muitos calos como minha mãe [Rejane] disse hoje vieram à tona e acho que isso faz bem (KÁTIA, OF1).

Às vezes você em casa, você não pode conversar com ninguém e aqui não, você desabafa, você escuta outras pessoas. Às vezes com o mesmo caso e às vezes que não é, mas é um caso, assim, parecido né? Então a gente vai aprendendo um com o outro (ROBERTA, OF2).

A partir das percepções de Kátia e Roberta, quando se referem ao valor que as oficinas têm para elas, se pode inferir que as oficinas se configuram como um espaço que proporciona bons encontros. Elas acabam por se tornarem potencializadoras, à medida que contribuem para a expansão da potência, do *conatus*. Quando, ao falar sobre suas questões, ou seja, seus “calos”, as famílias descobrem as causas que estão refreando sua potência e, quando conscientes de suas emoções e das causas que as desorganizam, elas podem começar a agir de forma positiva a fim de perseverar em seu ser.

É no espaço coletivo das oficinas que se propõem, a partir do conjunto de ideias e opiniões, possíveis caminhos para o enfrentamento do sofrimento associado a causas externas, seja do sofrimento advindo da condição de pobreza ou dos relacionamentos que diminuam a potência de agir no mundo. Nesse sentido, Sawaia (2015) alerta que o objetivo de trabalhar o valor do afeto é de potencializar as pessoas de maneira que combatam o que causa o sofrimento. Isso não se reduz à proposta de ajudar as pessoas a se sentirem um pouco melhor em sua condição de pobreza ou de simplesmente ocultar a sua dor. O espaço coletivo da oficina se opõe à opressão do silêncio à medida que os participantes têm a oportunidade de falar acerca daquilo que lhes causa dor.

A interação com outros indivíduos em um encontro coletivo torna-se benéfica na medida em que, mediante a variabilidade da vivência dos afetos que ora se justapõe, ora se conflitua em um mesmo espaço, se constitui a concatenação de potenciais individuais em potenciais coletivos, a experiência individual gera a potência do pensar e agir comum de acordo com o que coletivamente se discute e reflete. O discurso de Graça ilustra bem esse aspecto:

E tá todo mês aqui e minha vida tá mudando. Tô conversando coisa em casa que eu não conversava, hoje em dia eu converso mais, brinco mais, sorrio mais e a partir daí, por causa do CRAS eu tô se tornando uma pessoa melhor. Obrigada (GRAÇA, OF5).

As discussões e reflexões coletivas geradas nas oficinas assim como o compartilhamento das experiências de cada participante favorecem um pensar e agir que potencializam a expansão do ser e

altera positivamente a sua visão e o seu comportamento frente ao mundo de tal modo que acaba “*se tornando uma pessoa melhor*”.

A liberdade humana em Espinosa (2015) consiste em agir conforme sua própria natureza e não a partir da condução de forças externas, ou de causas externas, pois assim “diz-se livre a coisa que existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e que por si só é determinada a agir” (EI, definições, p.13). Graça sente-se mais livre, pois como afirma “*hoje em dia eu converso mais, brinco mais, sorrio mais*”, porém isso somente é possível mediante o conhecimento adequado dos afetos e das afecções do corpo, não se deixando levar pelas ideias confusas e parciais que as afecções produzem. Obtendo reflexivamente o conhecimento das causas que outrora a impediam de esboçar tais comportamentos como conversar, sorrir e brincar, ela passa a exercer sua liberdade por estar mais disposta a agir de múltiplas maneiras ao mesmo tempo em que é afetada pelo mundo de diversas formas.

Assim como no exemplo de Graça, outros participantes expressam a gratidão resultante da alegria oriunda do apoio social recebido pelos profissionais do CRAS:

Eu não posso esquecer dessas meninas [profissionais do CRAS] que foram lá em casa e também do motorista. Afinal, ela foi duas vezes lá em casa (MARIA, OF4).

Eu agradeço porque meu filho hoje recebe um benefício por causa do CRAS. Eu tô muito alegre, muito satisfeita (LEIDE, OF5).

Então eu tenho que agradecer a todos que já passaram [...] e essas meninas [profissionais do CRAS] também. Então elas são muito importante, o CRAS é muito importante, tanto pra mim, como já foi pra minha família [...] Então eu tenho que agradecer porque minha vida era trancada, então depois que eu conheci aqui o CRAS, foi que eu vim sair de casa (CARLA, OF5).

Até então não conhecia o CRAS, então eu vim aqui, conheci a [assistente social], a qual me ajudou muito, tanto no benefício como em cesta básica, tudo que eu tava precisando. Aí minha vida foi se

ajeitando, conversando com a psicóloga. Eu tava numa depressão muito forte e fui melhorando aos poucos, então tô montando meu salão esse ano [...] Tô vivendo feliz, não tinha felicidade, hoje eu sou feliz. E só tenho a dizer pra toda essa equipe, essa família do CRAS, muito obrigada (ROBERTO, OF5).

O relato de Maria refere-se à visita domiciliar dos profissionais do CRAS para concessão do benefício da cesta básica. No capítulo anterior, foram pontuadas as experiências de privação em meio à condição de pobreza das famílias pesquisadas, das quais se destacou a situação de fome enfrentada pela família de Maria. A gratidão de Maria é expressa ao pontuar que não pode esquecer “dessas meninas”, da mesma forma que Leide sente-se agradecida pelo seu filho ter garantido um direito que é dele, sendo o CRAS um canal para isso. Assim como também Carla, que, diagnosticada pelos médicos de ser acometida pela depressão, agradece por ter na participação das atividades coletivas ofertadas pelo CRAS a oportunidade de sair da condição de isolamento. E por fim Roberto, que pelas ações dos profissionais do CRAS passou de um estado depressivo e impotente para a felicidade, expandindo o seu ser esboçado na atitude de montar um salão o que reflete o seu estado de ânimo alegre.

O agradecimento ou a gratidão é definido por Espinosa (2015, p.149) como “o desejo ou o empenho de amor pelo qual nos esforçamos por fazer bem a quem, com igual efeito de amor, nos faz bem”. Com efeito, os participantes sentem que o contato com os profissionais do CRAS e com os demais moradores da comunidade mediante as ações ofertadas por este equipamento social, lhes fazem bem e assim se consideram objetos de amor; igualmente de maneira amorosa, tentam retribuir por meio de múltiplas expressões de agradecimento.

Cabe salientar que o posicionamento e a atuação dos profissionais que trabalham com as pessoas em uma comunidade implicam uma ação fundamentalmente política, porque, tanto pode transformar os afetos do coletivo de impotentes em potentes como pode assim mantê-los na impotência (BERTINI, 2014b). Desse modo, o profissional é alguém que afeta ao mesmo tempo em que é afetado na dinâmica afetiva das relações no coletivo. Igualmente pode-se falar das afetações da pesquisadora no processo de pesquisa:

O fato de ela [Rosa] querer compartilhar um pouco dos seus sonhos e de poder, naquele momento, me alegrar junto a ela, fortaleceu a nossa relação (DC, 24/11/2015).

Em termos espinosanos as afetações foram mútuas, por também ter sentido gratidão a essas pessoas que de alguma forma no processo de pesquisa me transformaram através de sua acolhida, de seu carinho, seus discursos, de suas histórias de vida e de superação (DC, 17/12/2015).

Rosa, uma mulher lutadora, mãe solteira com três filhos, vivenciou situações de abandono, fome e outros níveis de privação, sofreu humilhação a ponto de ter ouvido do seu ex-cônjuge as seguintes palavras perturbadoras de que “*ia comer o barro da parede, mas ele não ia mais me ajudar*” (ROSA, E4). Foi levada ainda na adolescência a cometer “*crime de tráfico*” e por isso ainda hoje cumpre pena prestando serviço à comunidade, sem remuneração em uma jornada diária de oito horas, mesmo assim tem que dar conta de prover o alimento diário e uma moradia salubre para seus filhos.

Esta é a breve história de uma mulher que de forma positiva afetou sobremaneira a pesquisadora, uma vez que, apesar das intempéries em sua vida, sempre recebia com sorrisos e alegria e animava-se em compartilhar aquilo que também a afetava de alegria:

Eu fiquei alegre a partir do momento que ligaram da Habitafor²⁴ pra dizer que eu ia fazer parte do sorteio do Minha Casa Minha Vida²⁵ (ROSA, E4).

Embora, acometida por tamanho sofrimento, não se eximia de ir à busca de seus direitos sociais, e buscava perseverar em seu ser a qualquer custo sendo contrária a uma postura resignada e fatalista.

²⁴ Órgão da Prefeitura de Fortaleza, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) trabalha sob a ótica do direito à moradia digna promovendo ações que contribuem para a diminuição do déficit habitacional da população.

²⁵ Programa do governo federal que em parceria com estados e municípios viabilizam à população pobre o acesso à casa própria.

A história inspiradora de Rosa e a de tantos outros elucidam para a pesquisadora o sentimento de gratidão e apreço pelo exemplo de tamanha resistência em condições muitas vezes sub-humanas de vida. As linhas escritas neste estudo que resgatam as suas histórias atestam a retribuição em amor por essas personagens ao poder compartilhar tanto o sofrimento da *“dor insuportável [...] da pobreza”* (ROSA, E4) quanto as suas buscas incessantes por bons encontros que favorecem o estabelecimento das paixões alegres resistindo assim às principais armas macro-políticas da opressão e da servidão, a saber: o desespero, o medo e a humilhação.

Afetos relacionados à vivência de pobreza

A vergonha e a humilhação são afetos que estão intimamente relacionados e que transparecem na vida em condição de pobreza. A vergonha para Espinosa (2015, p. 30) é um afeto passivo oriundo da tristeza que está ligada simultaneamente à ideia de uma causa interna. O homem afetado por esta causa passa a se sentir censurado. Sendo assim, a vergonha é um mal que deriva da tristeza e diminui a potência de agir do indivíduo. Este afeto aparece no discurso de Maria ao revelar que seu filho sente vergonha da atividade de reciclagem que ela exerce:

eu sei que ele sente vergonha. Meu filho, mas isso aí é normal. Eu não tô botando vocês, é eu. E é assim que a gente vive (E1).

Ou ainda no relato de João, quando indagado se procura ajuda quando está passando por alguma dificuldade, responde que:

Não. Que a gente tem vergonha (E4).

Por medo da vergonha, o homem quando pensa menos em si mesmo do que aquilo que lhe é justo, não ousa o que os outros iguais a si ousam (ESPINOSA, 2015). Neste caso, pelo sentimento de vergonha, João não ousa pedir ajuda quando passa por dificuldade, porque o sentimento de vergonha pode acompanhar um desejo de escapar de situações interpessoais que geram constrangimentos para

si. Assim também o filho de Maria sente-se envergonhado mediante uma ocupação possivelmente considerada por ele como inferior por medo de ser censurado. Tal sentimento diminui a implicação desses sujeitos em amenizar sua situação de privação e refreia o *conatus*.

Como se pôde perceber, a vergonha se presentifica na vida da família pobre, tal como observou Zavaleta (2007) em seu estudo. Para este autor, a vergonha é um sentimento atribuído a uma forma de avaliação individual que leva em consideração a ideia de que alguém falha quando se compara com os padrões do outro. Neste sentido, a atividade de reciclagem realizada por Maria, é imaginada e sentida pelo seu filho como algo vergonhoso e depreciativo, se comparado a outros padrões de ocupação mais valorizados pela sociedade, o que pode trazer a sensação de ter falhado mediante as expectativas impostas na cultura neoliberal de acúmulo de riquezas. Nesse aspecto, podemos inferir que a construção de signos sociais dados nas relações intersubjetivas, como aponta Vygotsky, influencia a avaliação de determinada situação como vergonhosa, trazendo à tona o sentimento de vergonha.

De outra forma, Moura Júnior (2015) adverte que, quando alguém se sente envergonhado e passa a legitimar um juízo depreciativo sobre si dado por outrem, ele passa a demonstrar seu caráter ativo no processo de construção da vergonha. Nesse sentido, o referido autor aponta que a vergonha pode ser compreendida como uma forma de opressão psicológica, pois, conforme Espinosa (2015), o homem pensa menos de si mesmo do que é justo e por isso acaba se submetendo às diversas formas de opressão, sentindo-se por vezes censurado.

Tanto quanto a vergonha, a humilhação também veio à tona nos discursos das famílias quando houve o questionamento, durante uma oficina, de se alguém já havia se sentido humilhado por sua condição financeira. Assim relataram:

Horrível! Já, com certeza [...] Eu já me senti bem humilhada mesmo, mas eu não fiquei chateada assim pra não guardar mágoa, né? A gente pede a Deus que mude aquelas pessoa por às vezes assim maldar as pessoas. Ser o que a pessoa não é, né? Eu acho assim que humilhação, se eu vejo você aí, vem de dentro de mim eu achar uma

coisa que você não é, né? Aí eu acho assim que isso aí também, dói muito dentro da gente (JOSEFA, OF4).

Horrível! A pessoa pra ser humilhada, eu achava melhor uma pisa bem grande quando as pessoas dizer assim comigo. É vergonhoso demais, viu? (MARIA, OF4)

A humilhação para Josefa origina de um julgamento falso, ou de um pensamento mau das pessoas sobre ela. Quanto à humilhação, Zavaleta (2007) pondera que tanto pode se referir a ação de humilhar alguém ou a um sentimento interno de se sentir humilhado por alguém. No caso dos discursos das participantes, ambos se voltam para a segunda opção. Entretanto, vale ressaltar que “em referência a um ato (um evento externo), humilhação é comumente vinculada ao sentimento ou condição de ser diminuído em dignidade ou orgulho, e está associada com relações de poder desiguais”²⁶ (ZAVALETA, 2007, p. 4, tradução nossa). No encontro entre os corpos, as afecções oriundas das relações de poder desiguais incidem o afeto passivo triste de humilhação diminuindo a potência de agir do homem. No caso de Josefa, a sua potência de agir encontra-se re-freada à medida que apela a um ente superior, ou seja, a Deus, para que transforme positivamente as pessoas que realizam julgamentos maldosos sobre ela na expectativa de não sofrer mais humilhação.

Outro relato de experiência de humilhação encontra-se na fala de Rosa (E4) ao enfatizar que:

às vezes eu sou muito humilhada. Que às vezes [...] meus filho tão com fome e tem pessoas que preferem jogar comida no lixo do que me dar (ROSA, E4).

Ou ainda quando discursa:

Ele [pai de seus filhos] me amostrou um dinheiro [...] Ele me ofereceu, ou o dinheiro pra mim ter relação com ele ou nada. Então

²⁶ No original: “In reference to an act (an external event), humiliation is commonly linked to the feeling or condition of being lessened in dignity or pride, and is associated with unequal power relations” (ZAVALETA, 2007, p. 4).

ele queria que eu me vendesse por um dinheiro que é obrigação dele dar pro filho dele. Aí isso me deu muita tristeza, eu me senti muito humilhada (ROSA, E4).

Os exemplos de Rosa elucidam práticas de humilhação ao sujeito pobre que em meio à privação de alimentos e de renda é coagida a se submeter a formas de dominação. Tais práticas “são representadas pela calúnia, difamação e injúria, destruindo a moralidade e o autorrespeito do indivíduo humilhado” (MOURA JÚNIOR, 2015, p. 100). A humilhação para os pobres

Ou é uma realidade em ato ou é frequentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam. O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê (GONÇALVES FILHO, 1998).

Os afetos de vergonha e humilhação enfraquecem as potencialidades e impedem o exercício pleno daquilo que Sen (2010) denominou de funcionamentos, ou seja, de suas capacidades. De outro modo, Zavaleta (2007) acrescenta que o sentido de vergonha e humilhação que a condição de pobreza pode trazer está relacionado a aspectos da vida que envolvem a incapacidade de realizar aquilo que comumente a sociedade não pobre faz. Ter que aceitar esmolas ou algum tipo de tratamento especial, ou ainda de pertencer a segmentos da sociedade aos quais são atrelados valores negativos, associados habitualmente à incompetência e à criminalidade. Este último aspecto está vinculado a estigmas impostos culturalmente à população pobre que afetam negativamente o seu modo de pensar e agir. Porém, a necessidade de ter que aceitar esmolas foi contestado pelos depoimentos de Roberta (OF4) e Maria (E1), conforme mencionados no capítulo anterior, para quem o pobre digno é aquele que se ocupa com outras atividades mesmo que informal, não sendo necessário pedir esmolas.

Vale salientar que a humilhação na população pobre se configura como um fenômeno histórico, psicológico e político, efeito das desigualdades sociais e indicativas de exclusão no âmbito in-

tersubjetivo. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade que por sua vez se revela em seu corpo, nos seus gestos, imaginação e voz (GONÇALVES FILHO, 1998). Para esse autor, tais prerrogativas vêm caracterizar a humilhação social que ocorre tanto quando há a internalização de um rebaixamento político no oprimido de maneira traumática, como quando, externamente, há a exclusão pelo não reconhecimento do indivíduo em suas relações intersubjetivas que acaba por se interiorizar impedindo as condições pelas quais o humilhado enfrentaria sua humilhação. A humilhação, portanto, se configura como uma problemática que vai para além da esfera individual, sendo também inserida no campo ético-político.

A humilhação no discurso de Josefa e Maria é um sentimento que vem acompanhado pela dor. Embora Rosa não mencione a palavra dor em seu relato, percebe-se o seu sofrimento quando retrata acerca da humilhação. Mas essa dor se caracteriza por uma dor tão profunda que Maria prefere “*uma pisa bem grande*” (OF4) a sofrer humilhação. A dor ou melancolia em Espinosa (2015, p. 107) é uma espécie de tristeza que ocorre no homem “quando uma de suas partes é mais afetada do que as restantes”. Essas partes são elementos do nosso corpo que se desorganizam ao ser afetado por uma causa externa, não essencial à nossa natureza, que refreia a nossa potência de agir.

Os estudos sobre os sentimentos levam Heller (1993) a refletir sobre o sofrimento humano, enfatizando que a dor (psicológica) é um aspecto inevitável das relações humanas. Este seria um sinal da falta de algo nessas relações que, de acordo com a autora, se resume no signo “ajuda-te a ti mesmo” e “ajuda aos demais”. A dor se desenvolve quando o indivíduo se abstém da ação, seja de forma consciente ou inconsciente, introduzindo a dor em seu próprio mundo e no mundo dos outros. Assim, o sofrimento é um tipo de dor que pode ser sofrida com resignação. Como mencionado anteriormente, para esta autora, sentir significa estar implicado em algo, e por isso há que se converter o sofrimento em dor para que se possa implicar a causa da humanidade, ajudando a si mesmo para ajudar aos demais, sendo que este último ato é movido pela compaixão.

A concepção de Heller acerca da dor e do sofrimento remete ao conceito de comiseração ou compaixão²⁷ em Espinosa. Para esse filósofo a comiseração “é uma tristeza acompanhada da ideia de um mal que atingiu um outro que imaginamos ser nosso semelhante” (ESPINOSA, 2015, p. 145). Desse modo, quando se imagina que alguém é afetado de tristeza por algum mal que lhe ocorreu, igualmente se é afetado por essa tristeza, tal como menciona Lúcia (OF3):

se ele sofre a gente sofre também, né? Quando os fi [filhos] da gente sofre, a gente sofre junto com eles, num é?

O afeto da comiseração ou da compaixão voltada para seus filhos fez Lúcia imaginar a dor ou o sofrimento deles que também a entristece e por isso também sofre.

Nesse aspecto, o pobre também se compadece:

Se eu ver uma pessoa sofrendo, precisando de ajuda e apesar de eu ter meus problemas, eu ajudo, sabe? Não quero saber se ele vem bem vestido, se ele vem limpo, pois é, o importante é eu ajudar aquela pessoa, mas ainda diga assim: eu tô ajudando de coração. Pra mim é eu ajudar pra quando aquela pessoa sair eu dizer assim: ah, aquele dali, eu dei àquele dali, ele vai beber, ele vai vender, vai usar droga. Isso aí né, pra mim não. Foi uma ajuda. [...] E o meu sentimento aqui então é esse, a pessoa se puder ajudar uma pessoa que tá precisando, né, naquele momento, ajude! Não olhe quem seja o importante é ajudar (LUIZA, OF3).

Sem haver necessidade de julgar o outro, Luiza, afetada de compaixão, não hesita em ajudar alguém. De outra forma, o afeto da benevolência impulsiona a fazer o bem àqueles pelos quais se sente comiseração (ESPINOSA, 2015). Se para Heller quando nosso sofrimento se torna em dor é que se pode implicar com a causa do outro, ajudando a si mesmo e ao mesmo tempo aos demais, para Espinosa

²⁷ Em algumas versões da Ética de Espinosa, a exemplo da traduzida por Roberto Brandão, há o termo *Compaixão* (*Commiseratio*), porém na versão que se optou por utilizar traduzida por Tomaz Tadeu há o termo *comiseração*.

isso somente pode ocorrer por meio do afeto da benevolência após termos nos compadecido daqueles que sofrem, a fim de “nos esforçamos para libertar o outro da miséria [...] na qual a ajuda ao semelhante recompõe não só a vida do outro, mas em nós mesmos” (GOMES, SILVA JÚNIOR, 2013, p. 43). Cabe ressaltar que, para Luiza (OF3), a ação benevolente não requer um reconhecimento ou troca de favores, pois o que mais importa para ela é que “tô ajudando de coração”.

Sawaia (2004) em seu ensaio sobre o sofrimento ético-político estuda as relações entre afetividade e a dialética exclusão e inclusão social, também trazendo como plano de fundo principal o olhar para o sofrimento. Inspirada em Heller, discursa que “o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (SAWAIA, 2004, p. 102). Neste aspecto, o sofrimento torna-se revelador da condição social, possuindo um impacto psicossocial. Aqui convém destacar que, ao resgatar a afetividade, a autora aponta para seu caráter positivo de produzir indignação diante da pobreza, de focar o olhar na pessoa que sofre privações contestando a neutralidade científica. Também resgata de Heller a condição de que o sofrimento é apenas experimentado como dor por pessoas que vivem uma situação de exclusão, por aqueles que se preocupam com o ser humano.

A concepção de sofrimento ético-político também parte de leituras de Espinosa e Vygotsky, que a fazem conferir à afetividade um caráter individual e ao mesmo tempo coletivo e histórico, como um fenômeno objetivo e subjetivo, tal como se refere Lane (1989, p. 149) com base na dialética de Vygotsky, ao enfatizar que “a subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o seu meio, assim com este meio e o que constitui objetivamente se torna subjetivo no psiquismo humano”.

Nesta investigação, interessa discutir a abordagem do sofrimento por este se reportar à dimensão ético-política, uma vez que, na busca das relações afetivas de famílias que estão em situação de pobreza, foram encontradas como sendo protagonistas de um sofrimento ético-político, com base na observação das experiências de privação dessas famílias que acabaram por fomentar afetos de vergonha e humilhação. Em contrapartida, o afeto de compaixão descrito nas falas dos participantes apresenta apontamentos que dire-

cionam para o enfrentamento da situação de pobreza geradora de sentimentos tristes como a vergonha e humilhação. Isso porque, a partir do afeto da comiseração, o ser é tomado pela necessidade de destruir o que causa dor ao seu semelhante procurando fazer o bem para o outro e desse modo acaba por apaziguar sua própria dor, pois ele se entristece com a tristeza do outro.

Vale ressaltar que para sair da condição de sofrimento - e por que não dizer do sofrimento ético-político -, é necessário conhecer reflexivamente as causas que os aprisionam. Ao torna-se consciente de seus afetos, ou seja, consciente de si através das ideias das afecções do corpo é que a mente torna-se consciente do seu esforço em perseverar em seu ser e passa a ter a noção daquilo que o desorganiza. Assim, o homem passa a conhecer e compreender de que forma as coisas o afetam, e começa a “organizar as suas afecções de acordo com o que compõe e decompõe o seu corpo” (TRINDADE, 2013). Com efeito, o sujeito passa a organizar os seus encontros a partir do entendimento daquilo que o potencializa, indo à busca daquilo que gera maior potência nele, favorecendo a sua expansão, como no caso de Luiza, que, movida por compaixão, promove ações benevolentes, expandindo-se e ajudando a si mesmo ao ajudar os demais.

Até agora já foram mencionados alguns afetos que derivam do afeto primário da tristeza como a vergonha, a humilhação, a comiseração e a decepção. Porém, é necessário trazer à tona aquilo que as famílias pobres identificaram como momentos que os levaram a sentir tristeza.

A tristeza, como já foi mencionada neste capítulo, é considerada por Espinosa (2015) uma paixão que leva o ser humano a um menor nível de perfeição. É um afeto que leva à passividade por diminuir a capacidade de existir e agir. Assim, temos no diálogo seguinte a expressão da tristeza:

Pesquisadora: quando o filho pede a vocês e vocês não podem dar, o que vocês sentem?

Rosa: tristeza. Fico triste aí depois eu tento encontrar uma maneira de explicar o motivo porque eu não posso dar. Pra ele entender que nem tudo que a gente quer a gente pode ter (OF3).

Ou ainda, no relato que segue:

Aí o que eles [filhos] precisam. O que eu posso ajudar eu ajudo como eu posso, né? [pausa com choro] Porque nem sempre a gente pode dar tudo o que eles querem (VIRGÍNIA, OF1).

Tanto Rosa quanto Virgínia se sentem tristes e, portanto, impotentes por não conseguir suprir a demanda material de seus filhos em decorrência da privação de renda. Rosa, porém, consola a si mesmo e aos seus filhos tentando ensiná-los que “nem tudo que a gente quer a gente pode ter”.

De outra forma, os discursos anunciam a tristeza vinculando-a a fome:

João: É dificuldade de comida, essas coisa.

Pesquisadora: E aí o que você fez?

João: Nada. Só fiquei triste (E4).

Eu me vi aí na Dona Maria,²⁸ que tudo isso acontece comigo. E eu acho assim, que ela sente o mesmo que eu, tristeza, é uma dor insuportável que você não sabe como controlar né, a da pobreza. De você não ter alimentação (ROSA, E4).

A fome, ou a “dor insuportável [...] da pobreza” são elementos que remetem à presentificação do afeto passivo da tristeza. Sempre que sentidas ou imaginadas, a fome e a dor farão os sujeitos permanecerem afetados de tristeza, pois é este o afeto que está ligado a ela, pois, conforme a proposição 18 da parte III da Ética: “o homem é afetado pela imagem de uma coisa passada ou de uma coisa futura do mesmo afeto de alegria ou de tristeza de que é afetado pela imagem de uma coisa presente” (ESPINOSA, 2015, p. 111). Sempre que

²⁸ Dona Maria é uma personagem fictícia, cuja estória foi criada para o roteiro de entrevista a fim de facilitar por meio do exemplo de sua estória, o entendimento dos entrevistados quanto à percepção de suas experiências.

imaginam, como no caso foi necessário para trazer em seus relatos, a fome e a dor ocasionadas pela situação de pobreza se tornam presentes, junto com esses elementos a tristeza, que diminuem a potência de agir do corpo.

Outros fatos que também incidem sobre o afeto da tristeza relacionam-se tanto ao tipo de violência sofrida pelos componentes das famílias no cenário de pobreza como também à perda de entes queridos, como segue nos excertos abaixo:

Não, isso aí eu não quero falar não que foi uma tristeza muito grande [...] Mas aí foi horrível, foi horrível mesmo. Aí é isso que, essas coisas assim toda vez que a gente fala parece que tá tudo renovando, né? [...] Aí eu... fica tudo rodando na minha cabeça. Aí eu faço que não... saio, faço que não vi esse tiro. É isso. Por isso que eu disse que eu não gosto de falar (MARIA, E1).

Me senti triste no dia que meu tio levou uns tiros (JOÃO, E4).

O desespero quando meu irmão levou o tiro, que todos ficaram unido, preocupado, né? Com a morte, pensando que ele ia morrer. E também teve a prisão dele (ROSA, E4).

A minha tristeza muito grande foi ter perdido um irmão que eu amava muito, era tudo na minha vida, uma tristeza maior do mundo. Eu perdi outra irmã, meu pai (ROBERTA, E3).

Tu é doido, tristeza assim né. Tu é doido, a negada morre assim a gente num vê nem por que, a gente tá viajando e num sabe. A minha tia [...], nem sabia de nada, tava na casa do meu pai, nem fui pro enterro nem nada, nem sabia. Quando eu cheguei, ela já foi foi enterrada. Nam, me senti foi mal (JOSÉ, E3).

Quando Maria relata sobre a violência sofrida pelo seu filho que esteve na mira de atiradores, enfatiza que “essas coisas assim toda vez que a gente fala parece que tá tudo renovando” e isto condiz com o que já foi dito há pouco a partir da proposição 18 da Ética III em Espinosa (2015), pois Maria, ao discursar sobre esse fato, traz

a imagem do que aconteceu no passado, concebendo-o como presente, mesmo que não esteja ocorrendo naquele momento, e passa a ser afetada de tristeza. Entretanto, em uma tentativa frustrada, ela se esforça por conservar o seu ser tentando afastar a tristeza de si, ao afirmar que “isso aí eu não quero falar”.

O desespero sentido por Rosa em decorrência da violência sofrida pelo seu irmão, tio do jovem João, que também se entristeceu ao saber que seu tio havia sido alvejado, é também um afeto que provém da tristeza. Assim Espinosa (2015, p. 144) explica que o desespero “é uma tristeza surgida da ideia de uma coisa futura ou passada da qual foi afastada toda a causa de dúvida”. Ocorre que Rosa não duvidava de uma morte iminente de seu irmão, e afetada de tristeza por aquilo que poderia acontecer com ele, sentiu-se desesperada. Cabe salientar que, ao falar sobre a experiência de violência, a imagem de uma coisa passada torna-se presente na mente e no corpo e por isso Rosa torna a ser afetada de tristeza novamente baseada nessa vivência.

A tristeza pela morte de parentes elucidada nos relatos de Roberta e José traz à tona a definição de saudade em Espinosa. Bertini (2014a) comenta a partir deste filósofo que a saudade envolve tanto as imagens do passado quanto do presente e que anuncia um desejo frustrado. Ora, uma vez que a saudade é o “desejo que diz respeito à ausência do que amamos” (ESPINOSA, 2015, p. 123), à medida que se imagina que a coisa amada, ou seja, aquilo que se deseja, está ausente, o indivíduo se entristece.

Com efeito, apenas se sente saudades daquilo que um dia trouxe alegria e não daquilo que fez algum mal e que faz entristecer. Desse modo, resume bem Bertini (2014a, p. 162),

a saudade é uma tristeza da perda de algo que foi bom e que gostaríamos que estivesse novamente conosco. Assim, pois, a saudade não é somente uma tristeza. Ela é uma tristeza como vivência atual do afeto e tem por amor ou alegria uma de suas propriedades, posto que sentimos tristeza pela perda do amor sentido que não está por perto e não tristeza pela perda de algo odioso.

A saudade, implicada nos discursos dos participantes, descreve uma mistura de perda, falta e amor nutridos pelo indivíduo que não pode mais estar presente em suas vidas, como o irmão de Roberta e a tia de José.

Além da tristeza e do desespero mediante um cenário de violência, a paixão triste do medo quanto à insegurança nas comunidades também foi recorrente nos relatos das famílias pobres:

De primeiro você andava pros canto. Você dormia até nas calçada. Hoje em dia você não pode nem sair até na esquina que você já é roubado. Você já é morto, sem vê, sem pra quê. É isso [...] é o medo que todo ser humano agora tá tendo, né? (SELMA, E1).

Mas sempre a gente vive com medo né? [...] A gente tá ali e quando dá fé um caboco. A gente tá passando, chega um e assalta a pessoa. Aí a gente já fica com medo (ROBERTA, E3).

O medo naturalizado, “que todo ser humano agora tá tendo”, trata-se de “uma tristeza instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida” (ESPINOSA, 2015, p. 144). Ele surge mediante o perigo ou ameaça que por si só é duvidosa, mas que estagna a ação e leva a um estado de resignação. A iminente, mas incerta ameaça de roubo ou morte amedronta a população e a estagna, tirando o privilégio de vivenciar situações outrora possíveis como andar livremente nas ruas e dormir nas calçadas.

O medo instalado individualmente torna-se coletivo na medida em que é vinculado a uma construção de um imaginário social. Quanto maior for a intensidade individual desse afeto, mais propício estará a se tornar coletivo por meio das relações com outros corpos e, desse modo, o afeto do medo instaurado pela situação de violência é transmitido por toda a comunidade, mesmo que algum morador não tenha sido vítima real desse perigo.

O medo é responsável “pelos fundamentalismos religiosos-políticos ou pela mudez do servo diante do tirano” (BERTINI, 2014a, p. 136). As famílias pobres regem sua eticidade por meio de fundamentos religiosos, cujos referenciais ético-políticos baseiam-se na palavra de Deus, pois, como afirma Igor (E1) “a maioria das coisas eu busco na bíblia. Não busco muito de aprendizado familiar não”. Nesse aspecto, age-se com benevolência sendo orientado por princípios bíblicos, pois

Deus amou nós todo. Eu amo o bebo, eu amo o cachaceiro, mas nós não vamos fazer o que eles tão fazendo [...] Nós temo que abraçar todos, todos, todos. Deus amou o mundo e a gente tem que amar (LEIDE, OF2).

Comumente, à cultura nordestina, associa-se um conjunto de crenças de predominância católica e icônica, herança de um Brasil colonizado. A religiosidade passa a ser um elemento recorrente e de elevada importância no pensamento da população nordestina (CALDAS FILHO, 2005). Porém, pode se tornar perigosa à medida que contribui para práticas de dominação desenvolvidas por grupos sociais motivados por interesses de poder político e econômico, por exemplo.

As relações sociais que fomentam uma estrutura fatalista no indivíduo em situação de pobreza são regidas pela ideia de que apenas as pessoas com autoridade familiar, profissional, política, financeira ou religiosa são capazes de resolver seus problemas de privação, ou ainda quando delegam a causa de sua condição a um fenômeno da natureza ou a um ser superior. Alerta-se, porém, que o fatalismo une “uma realidade social, externa e objetiva antes de converter-se em uma atitude pessoal, interna e subjetiva”²⁹ (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 96, tradução nossa), ou seja, nos moldes de Vygotsky, é dado a partir de um modo de interação que inicialmente é intersubjetivo e se torna intrassubjetivo. Com isso, reforça-se que os modos de controle são protagonizados por “um sujeito mediado por uma densa rede de relações sociais, envolvido em um sistema de crenças que alimentam suas atitudes e dão sentido a seus comportamentos” (BLANCO, DÍAZ, 2007, p. 553).³⁰

Quanto a expressões que aludem pensamentos fatalistas, Selma (E2) menciona que a “pobreza é coisa do diabo” associando a situação de pobreza a causas sobrenaturais. Justificar a condição de pobreza pelo viés espiritual reporta-se à criação de um imaginário

²⁹ No texto original: “... una realidad social, externa y objetiva antes de convertirse en una actitud personal, interna y subjetiva” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 96).

³⁰ No texto original: “un sujeto mediado por una tupida red de estructuras y relaciones sociales, y envuelto en un sistema de creencias que alimentan sus actitudes y dan sentido a sus comportamientos” (BLANCO, DÍAZ, 2007, p. 553).

social influenciado por uma cultura eminentemente religiosa. Cidade (2012) afirma que imputar a um ser sobrenatural a responsabilização dos fatos é uma forma de apaziguar os tensionamentos sociais e o sofrimento psíquico procedente das incertezas da vida em condição de pobreza. Esse modo de percepção do indivíduo vincula-se a uma perspectiva fatalista.

Martín-Baró (1998) identifica o fatalismo como um fenômeno psicossocial sustentado na sociedade latino-americana por quatro pilares: a alienação, a rigidez estrutural, a hierarquia de poder e a opressão. De acordo com o autor, as principais manifestações fatalistas envolvem aspectos ideacionais, comportamentais e afetivos. No primeiro aspecto, as pessoas são resignadas frente ao seu destino, não manifestando atitudes para mudá-lo, pois acreditam que a vida dos seres humanos é regida por forças superiores - um Deus distante e poderoso pelo qual não pode se opor. Nos elementos comportamentais, há o conformismo e a submissão face à inevitabilidade das circunstâncias e às imposições do seu destino; há passividade em meio às circunstâncias da vida e há redução do horizonte da vida ao presente, uma vez que já estamos predestinados para um fim, sendo inútil fugir. No último aspecto, os elementos afetivos e emocionais que mais se destacam são: a resignação frente ao próprio destino; o fato de não se permitir ser afetado e nem se emocionar pelos acontecimentos bons da vida; a aceitação do sofrimento causado, pois “se nasce para sofrer” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 78). A vivência do sofrimento torna-se um estado normal para as pessoas fatalistas.

Posturas fatalistas são avistadas na maneira que os participantes vivem sua religião e manifestam suas crenças no cotidiano colocando Deus como responsável pelas suas conquistas: “*Eu tô passando um momento terrível da minha vida, mas eu tô com Jesus. Ele tá olhando pra mim e uma hora Ele vai me dar vitória*” (RONALDO, OF5). O sofrimento da vivência da dificuldade é amenizado pela certeza de melhoria do seu futuro, na crença de receber uma vitória por parte de um ser superior, pois “*dependendo da dificuldade, né? Só Deus mesmo*” (SELMA, E2).

A esperança emanada da provável ação de Deus parte de “uma alegria instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada,

de cuja realização temos alguma dúvida” (ESPINOSA, 2015, p. 143). Ao duvidar quanto ao seu futuro mediante a uma situação terrível pelo qual tem passado, Ronaldo deposita toda a sua esperança de melhoria de vida nas mãos de Deus. Cabe destacar que, por se tratar de uma alegria instável, a esperança tanto pode trazer, mesmo que de maneira momentânea, elementos que potencializam o conatus não deixando o ser recair por inteiro no ânimo de tristeza, como também, elementos que o enfraquecem quando associado a causas externas, quando esta esperança, por exemplo, está depositada na ação exclusiva de Deus ao seu favor.

Vale ressaltar que o medo e a esperança andam lado a lado. São afetos simultâneos que se articulam entre si e que nascem da impotência de agir e por isso, conforme Espinosa (2015, p. 188), “não podem ser, por si mesmos, bons”, pois passamos a projetar uma imagem do futuro que pode ser melhor ou pior, negando o presente e a expectativa de agir sobre ele. Com efeito, a esperança de um futuro melhor e o medo de um futuro incerto, ao mesmo tempo em que enfraquecem o conatus, originam e alimentam todas as superstições.

Outras ocasiões, nas quais se apresentam ideários religiosos no cotidiano das famílias, reportam-se à presentificação de Deus tanto nos momentos adversos em meio à falta de auxílio ou ausência de pessoas como também nas formas de agradecimento por terem conseguido enfrentar as dificuldades:

Hoje eu agradeço muito a Deus, porque o marido nunca me ajudou não. Porque quando não tem ninguém pra conversar aí eu fico só estudando com Deus. Por que com quem eu vou conversar agora? Só estudando aquilo ali. Pego aqui minhas oração pedindo força a Deus. É só ele que me ajuda. É eu conto com Ele, né? (VILMA, OF3).

Obrigada ao Senhor por tudo que eu consegui, né? Durante esse ano (NARA, OF5).

Eu agradeço a Deus todo dia por ter me dado cada um deles [filhos]. Por eu ter passado tudo que eu passei, porque hoje Deus me recompensou com eles (REJANE, OF1).

A crença em um Deus recompensador em meio às lutas pode levar o indivíduo a recair sobre o entendimento de que o enfrentamento de toda dificuldade incorrerá necessariamente em uma futura recompensa dada por Deus, naturalizando o sentido do sofrimento como recompensador, tal como aponta Rejane. A solidão recorrente faz Vilma vislumbrar como única alternativa a busca por Deus “*porque quando não tem ninguém pra conversar aí eu fico só estudando com Deus*” (OF3).

A oração e a intervenção divina foram propícias para a resolução do conflito de Luciana (OF2) com o seu vizinho:

Senhor, mostra um jeito pra aquele homem sair dali. Taí, tá nas tuas mãos. De repente assim [...] uma coisa que ainda hoje quando eu me lembro eu choro, foi a minha fé, [...], porque foi uma coisa diferente, porque ele morava ali há mais de catorze anos e já se mudou.

Quanto à questão religiosa, comenta Martín-Baró (1998, p. 249):

A religião da ordem oferece ao homem uma representação ilusória mediante a qual, por um lado oferece uma explicação ‘divina’ de sua situação intramundana e, por outro, o oferece como saída à intervenção de Deus e seu juízo final transmundano. Ao homem socialmente alienado, ao que a privação do fruto de seu trabalho o impede de transcender-se historicamente, a religião da ordem lhe oferece também uma transcendência alienadora, já que põe nas mãos de Deus a decisão última sobre seu destino.³¹

A alienação religiosa que reproduz o sentimento de conformismo e impotência remete ao conceito de pobreza política apresentada por Demo (2005). Esse autor aponta em sua pesquisa que, para além da pobreza material, as mulheres pobres chefes de família, alvos de sua investigação, também são acometidas pela pobreza política, pois não se reconhecem enquanto agentes de sua própria história, não refletem sobre o

³¹ No texto original: “La religión del orden ofrece al hombre una representación ilusoria mediante la cual, por un lado, le ofrece una explicación “divina” de su situación intramundana y, por otra, le ofrece como salida la intervención de Dios y su juicio final transmundano. Al hombre alienado socialmente, al cual la privación del fruto de su trabajo le impide trascenderse históricamente, la religión del orden le ofrece también una transcendencia enajenadora, ya que pone en las manos de Dios la decisión última sobre su destino” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 249).

contexto político da pobreza nem sobre a capacidade de transformação da sua realidade, alegando que apenas autoridades governamentais ou as entidades divinas podem solucionar as suas necessidades materiais.

Nesta investigação, a pobreza política aparece no discurso da mulher pobre chefe de família, quando Selma (E2) afirma que *“toda nossa vida, tudo tá na mão de Deus”*. Ou ainda, quando alega que

Deus vai me dar assim, se possível, um terreno assim pra eu fazer assim uma casa pra mim e minha mãe, pra minha família ficar perto de mim (SELMA, E2).

Em meio à incerteza Selma deposita sua fé na ação de Deus em concretizar seu sonho de conquistar um terreno e a casa própria e desse modo poder ter também sua família por perto, por isso todo o seu destino será regido por Deus.

Assim como Selma, Caio (E2) acredita que os acontecimentos da vida estão submissos à vontade divina, ao afirmar que

ela tá passando dificuldade é porque Ele [Deus] tá querendo, né. Quando não Ele [Deus] querer mais ela vai ficar de boa.

Para Caio, as dificuldades pelas quais as pessoas passam são determinadas por Deus, assim como também a predisposição para *“ficar de boa”*, pois somente se fica bem quando Deus quer. Nesse aspecto, a explicação de que os eventos cotidianos, sejam eles dolorosos ou não, ocorrem exclusivamente por meio da vontade de um ente superior acaba denotando o lado nocivo do fatalismo, porque favorece a descrença na capacidade de o indivíduo ter controle sob sua vida. Tal postura diante da vida aponta para um lócus de controle externo e acaba por incentivar a reprodução de relacionamentos heterônomos.

Por outro lado, Cidade (2012) enfatiza que a fé resignada em uma entidade divina não corresponde apenas a elementos negativos no sujeito, mas atua também como uma alternativa para o gerenciamento de sua estabilidade emocional. Além disso, a autora também destaca que a fé pode se constituir como fonte de força para enfrentar as adversidades. Nessa perspectiva, nos diálogos que seguem, vê-se um indício de que o fatalismo não se reporta a uma total indife-

rença do indivíduo diante do mundo (CIDADE, 2012; MOURA JÚNIOR et al., 2014), ou de um comportamento unicamente resignado, mas manifesta-se como uma forma de re(agir) frente a ele:

Pesquisadora: E vocês acham que, tudo que acontece nas nossas vidas é porque Deus quer que aconteça?

Vilma: Que Ele quer não, que a gente procura.

Rosa: que nós só colhemos o que plantamos (OF3).

Pesquisadora: A partir desse exemplo da estória da Dona Maria, [...] o que é que vocês acham?

Roberta: Não. Deus num quer vida ruim pra ninguém. E se: “ai, vou esperar por Deus”. Não. Deus dá saúde, as mãos, os pés, pra você lutar. Se você não lutar, como é que você vai arrumar o que comer? Você vai arrumar alguma coisa na vida? Não. Deus num quer nada de ruim pra ninguém (E3).

Deus se constitui como o ser divino que “*num quer nada de ruim pra ninguém*” e que “*dá saúde, as mãos, os pés*”, mas que isso não retira a sua responsabilidade enquanto sujeito, de “*lutar*” pelos seus objetivos, ou de sair da condição de privação com o intuito de “*arrumar o que comer*”, por exemplo. De acordo com Vilma, somos nós que procuramos fazer acontecer as coisas nas nossas vidas e quando o indivíduo tem a consciência de que aquilo que acontece com ele está associado à sua conduta, ou seja, quando a mente identifica a causa adequada, passa-se a ter um lócus de controle interno que orienta atitudes autônomas.

Conforme Rosa, as nossas atitudes geram consequências, pois “*nós só colhemos o que plantamos*” (OF3). Nesta última afirmativa, observa-se de maneira controversa que mediante a influência da ideia de um princípio bíblico,³² as formas de reagir frente ao mundo

³² Na Bíblia Sagrada, o apóstolo Paulo anuncia que “... tudo o que o homem semear, isso também ceifarás” (Gálatas 6:7).

designarão o seu destino. Desse modo, tomando como exemplo a fala de Roberta reportada mais acima, caso se mova em busca de alimento provavelmente o obterá, caso contrário, se manifestará uma postura apática e resignada dificilmente produtiva.

A partir dos discursos mencionados, tem-se que o fatalismo se apresenta nessas famílias não somente como uma aceitação resignada, passiva e dependente de uma vontade divina, tal como foi avistado nos relatos de Ronaldo, Selma e Caio, mas como uma estratégia de adaptação à sua realidade que não se reporta apenas a uma indiferença frente ao mundo, na medida em que, de acordo com Roberta e Rosa, se torna necessário “plantar” ou “lutar”, para “colher” ou alcançar o que desejamos. Ao mesmo tempo em que se observa no primeiro caso que a crença religiosa estagna as ações das famílias que aguardam exclusivamente por uma intervenção divina para mudar sua situação de vida, igualmente se percebe que a fé em um ente superior não impede que as famílias ajam para alcançar o que almejam. Essas diferentes perspectivas dependem do sentido que as famílias dão à sua crença.

Outro momento que reforça o imaginário religioso impregnado na vida das famílias pobres se apresenta no seguinte diálogo:

Rosa: Eu penso que às vezes Deus dá a oportunidade da gente passar por aquilo ali, pra gente perceber que aquele não é o caminho certo. Dando amor a gente vai receber amor.

Roberto: Deus nos dá o livre arbítrio, né? Pra você escolher o que é bom e o que é ruim.

Rosa: Eu penso que se Deus não tivesse me permitido passar o que eu passei, hoje eu não estaria nem viva e nem estaria pensando da maneira que penso hoje com responsabilidade, porque antes eu não tinha (OF3).

O livre arbítrio apregoado na cultura religiosa é apreendido pelas famílias. Propõe que depende da decisão do homem o caminho que se quer seguir, relacionando a responsabilização do homem (lôcus de controle interno) aos acontecimentos da vida e não a Deus.

A vontade permissiva de Deus em dar a oportunidade de “*passar o que eu passei*”, anuncia a ideia de um preconceito finalista, tal como afirma Espinosa (2015), de explicar a causa de acontecimentos de sua vida baseada na vontade divina, ignorando as causas de sua própria vontade e de seu apetite. Desse modo, os homens se iludem ao acreditarem ser livres, pois

Todos os homens nascem ignorantes das causas das coisas e que todos tendem a buscar o que lhe é útil, estando conscientes disso. Com efeito, [...] por estarem conscientes de suas volições e de seus apetites, os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, porque as ignoram (ESPINOSA, 2015, p. 42).

A crença em um ente superior que rege inteiramente a sua vida, tolhe a razão e a capacidade de distinguir o verdadeiro do falso o que leva ao desconhecimento das causas. Impede a consciência de distinguir claramente as ideias verdadeiras e adequadas das ideias parciais e confusas que, por sua vez, refreiam a nossa potência de agir. Essa compreensão parcial e reduzida da natureza, ou seja, uma menor capacidade de conhecimento das causas, conduz o homem impotente a imaginar um ser sobrenatural poderoso que controla as nossas vidas conforme sua vontade (TRINDADE, 2016), fomentando um modo de vida fatalista.

A influência ideológico-afetiva na perspectiva de futuro das famílias

A fragmentação da consciência que a impede de distinguir claramente as ideias adequadas, os afetos (por meio da alienação dos sentimentos), e conseqüentemente a ação - pois não se pode agir conscientemente sem afetividade - leva à alienação social. Quanto a isso, Lane (1989) comenta que tanto as representações como as ações praticadas pelo indivíduo devem ser analisadas a partir do contexto social em que ele é produzido, levando em consideração os conteúdos ideológicos e as contradições entre o discurso e a prática que nos possibilitam detectar se a consciência do sujeito é uma consciência fragmentada ou se ele compreende de forma clara as

condições históricas e sociais em que vive. Desse modo, tal como reforça Botarelli (2002), verifica-se com nitidez que a emoção tem caráter social e ideológico, ao mesmo tempo em que porta um conteúdo psicológico.

Tal pressuposto leva a retomar a questão do pensamento social caracterizado como uma forma simbólica (ideológica), constituída a partir da relação que se estabelece com o mundo e com os outros (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012). O pensamento social se encontra impregnado na cultura que em meio ao um aporte neoliberal, pode reproduzir a alienação afetando a forma de como o sujeito se implica (mínima ou intensamente) afetivamente na sua realidade. Nisto a família desempenha um papel importante, pois se configura como locus da estruturação da vida psíquica e, por consequência, lugar de reprodução ideológica, porque “a família organiza a vida emocional de seus membros que lhe permite transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo [...] assumidos mais tarde pelos indivíduos” (REIS, 1989, p. 104). A ideologia neoliberal predomina no pensamento social das famílias pobres no que diz respeito ao acúmulo de riqueza, ao consumo e à aquisição de bens materiais:

Pesquisadora: Como é que vocês gostariam de estar daqui a 10 anos?

Caio: eu só queria tá só com umas cédulas mesmo. Com dinheiro e pronto [...] pra quê melhor do que dinheiro?

Pesquisadora: e tem alguma coisa que vocês gostariam de mudar na vida de vocês?

Caio: Na minha vida não, mas na casa se eu queria mudar, era tudo. Minha casa é feia [...] Não acha legal não o cara tá morando na casa toda na cerâmica e tal? Toda arrumadinha e tal (E2)

Era meu sonho ter minha maquinazinha [de lavar roupa], sonhei dia e noite e hoje eu tenho. Foi um sonho muito grande [...] Eu tenho um sonho de botar uma ceramicazinha na minha casa [...] Melhorar de vida, né?(ROBERTA, E3)

Tentar possuir mais as coisas, né? [...] Deus quiser aí, quem sabe né man? Ter o meu transportzinho [...] tirar pelo meno uma motinha, pra não ficar andando a pé (JOSÉ, E3).

Embasados em uma ideologia dominante neoliberal incutida na cultura familiar, os sonhos das famílias pobres envolvem melhorar esteticamente a moradia, adquirir bens materiais como máquina de lavar roupa e moto, assim como também acumular dinheiro, afinal “*pra que melhor do que dinheiro?*”. Fica claro que esses bens de consumo é o que eles mais apetezem, entretanto, Gomes e Silva Júnior (2013, p. 44) alertam quanto ao cuidado que deve tomar em não se deixar levar pela subordinação dos afetos à estrutura econômica contemporânea, uma vez que na atual

conjuntura de apropriação da afetividade pelos imperativos do mercado é preciso estar atento e não se deixar levar pelas estratégias sedutoras do mercado que visam a todo instante capturar o consumidor através da manipulação de seus afetos com falsas promessas de felicidade que não condizem propriamente com o fortalecimento de seu *conatus*.

Embora se perceba que seus discursos estejam permeados por essa ideologia muitas vezes alienadora, cuja possibilidade de felicidade está estritamente vinculada à aquisição de bens materiais, não se pretende afirmar que essas famílias não são dignas de requerer melhorias nas condições de vida mesmo que seja por meio da aquisição de bens de consumo. Entretanto, o que não se pode deixar de mencionar é que não são encontrados em suas falas sonhos que não estejam ligados à perspectiva neoliberal de consumo, como ter saúde, ter a família unida, ou ainda, uma comunidade pacífica. Ademais, isso se configura como um alerta sobre quais são as perspectivas de vida da família pobre e sobre aquilo que está posto na cultura que mais tem influenciado seu pensamento social acerca de suas necessidades.

De outro modo, afetada por paixões tristes que diminuem sua potência de agir e de perseverar em seu ser, Maria (E1) relata não haver muitas expectativas quanto ao seu futuro:

eu praticamente eu quase não tenho mais futuro, não é? Eu já

tenho dessa idade [60 anos] [...] eu, a gente não sabe se chega a 10 anos não. Quem tem problema de pressão é qualquer coisa você pode passar mal [...] eu não quero é imaginar.

Da mesma forma, Roberta também não nutre muitas esperanças quanto ao seu futuro, ao refletir: *“Eita [...] daqui a dez anos. Como a gente gostaria de chegar até lá, mas ninguém sabe, né? Que a violência do jeito que tá [...]”* (E3).

A passividade demonstrada por Maria mediante a possibilidade de agravamento de uma doença já instaurada e a desesperança de Roberta em viver mais alguns anos de vida mediante a deflagração da violência no contexto em que vive, resultam no impedimento de avistarem novas possibilidades para seus respectivos futuros, inferindo em prenúncios que fundamentam um modo de vida permeado pelo fatalismo.

Tal postura é influenciada por uma ideologia alienadora que afeta o psiquismo humano e o modo de reação do indivíduo frente a uma situação adversa, sendo fundamentado pela estrutura do seu *carácter*, tal como o define Martín-Baró (1998). Para este teórico, o *carácter* é observado enquanto uma estrutura de disposições, implicando posicionamentos que designam as possíveis formas vivenciais do sujeito, envolvendo tanto a preparação do organismo no âmbito biológico, como também, os aspectos cognitivos e afetivos de onde se elabora um sentido para agir. Desse modo, a postura assumida frente a algo predispõe a ligação do sujeito ao mundo, cuja atitude depende de uma estrutura de significações pela qual um elemento do mundo adquire significado para o indivíduo. Ao longo de suas vidas, tanto Maria como Roberta construíram uma rede de significações em sua relação com o mundo de forma que já não há mais sentido idealizar ou visualizar um futuro, porque este acaba sendo incerto.

De algum modo, a alusão às paixões tristes reveladoras do sofrimento ético-político das famílias pobres ou a falta de perspectiva de futuro elucidada em alguns depoimentos, demonstra a necessidade de se promover cada vez mais encontros que favoreçam a potencialização do *conatus* e a expansão do ser desses indivíduos, cuja prática interventiva nas oficinas se apresenta como um espaço pro-

pício para isso. Acredita-se, portanto, que são nos bons encontros que, de maneira reflexiva e crítica, as pessoas em situação de pobreza podem passar a compreender o modo pelo qual são afetados negativamente pelo mundo e dessa forma, por meio do conhecimento dos afetos, agir ativamente contra o processo de estigmatização que balizam práticas como a vergonha e a humilhação, por exemplo, perpetuadas por uma cultura dominadora.

Ademais, os afetos alegres mencionados em outros trechos deste capítulo como o desejo de fazer o bem ao outro, o amor ao próximo e o sentimento de gratidão - compreendido como empenho de amor de se esforçar para fazer o bem à outra pessoa - se configuram como importantes armas de enfrentamento à dominação e à opressão à qual estão suscetíveis as famílias pobres, direcionando-as, desse modo, para uma práxis libertadora.

Considerações finais

O presente trabalho problematizou a dimensão afetiva das famílias que vivem em contexto de pobreza, por meio da pergunta que norteou esta investigação, a saber: quais os sentidos dos afetos construídos na vivência de pobreza das famílias acompanhadas pelo CRAS? Tal pergunta - reformulada no objetivo geral de compreender os sentidos dos afetos das famílias acompanhadas pelo CRAS que vivenciam situação de pobreza - foi concebida como uma proposta de pesquisa alcançada com êxito por meio da consecução dos objetivos específicos.

Vale ressaltar que desconstruir preconceitos que levem ao pensamento de que as famílias pobres são, em sua essência, desestruturadas, desarmoniosas com relações afetivas fragilizadas ou rompidas; desfazer os estigmas de que os pobres são inferiorizados, acomodados, sujeitos a práticas opressoras de humilhação; descaracterizar a negatividade dos afetos quando associados exclusivamente à individualidade e à ordem do incontrollável, como se pobres também não fossem reflexivos e não pudessem favorecer ações em prol da coletividade, se configuraram como importantes contribuições, mesmo que tímidas, deste trabalho.

Para tanto, enveredou-se pelo primeiro objetivo específico da pesquisa - descrever a situação de pobreza vivenciada pelas famílias - denunciando a situação de pobreza dessas famílias como sendo marcada pela privação de renda, de alimentos; pelo abandono; pelo desemprego; pelo “amadurecimento” precoce, mediante uma gravidez inesperada; pelo baixo nível de escolaridade, em decorrência da necessidade de trabalhar ainda na infância e auxiliar na subsistência da casa; ou pela iminente ameaça de violência doméstica. A vida em condição de pobreza é também marcada pela insegurança e violência

urbana sofrida que irrompe no impedimento do direito do cidadão de ir e vir livremente e pela doença mediante a dificuldade de acesso a equipamentos da política pública de saúde. Todos esses componentes perpassam a história pessoal e familiar dos participantes que acabam por restringir o exercício pleno de suas capacidades (funcionamentos) além de submetê-los ao estresse ou distresse contínuo oriundo da situação de pobreza que ora enfraquece e despotencializa as famílias, ora potencializa.

A vida das famílias pobres na comunidade é orientada por atividades corriqueiras do lar; na ida à escola no caso das crianças e dos adolescentes, ao trabalho no caso dos adultos; no lazer em espaços da comunidade; e no namoro entre os jovens. Além disso, destacou-se também nos discursos dos moradores as dificuldades que enfrentam mediante as fragilidades dos seus territórios. A atenção voltada para o reconhecimento dessas fragilidades já implica o incômodo da população pobre em ter seus direitos sociais negados ou apenas parcialmente atendidos e alude para possíveis caminhos reivindicatórios, de forma que essas famílias, enquanto atores sociais, se mobilizem em busca da garantia de seus direitos, exercendo a sua plena autonomia. Não obstante, o reconhecimento das potencialidades do território fomenta práticas de autonomia quando se apropriam desses espaços em detrimento de uma posição passiva e vitimizada dos moradores.

As relações comunitárias são marcadas também por conflitos entre vizinhos, entretanto, o que mais se sobressai são as relações de reconhecimento entre os moradores, de cooperação e mútua ajuda que apontam para o estreitamento dos relacionamentos afetivos a ponto de proporcionarem relações de compadrio. Nesse sentido, as formas de enfrentamento da vida em condição de pobreza são sustentadas pela rede de sociabilidade e pelo apoio social recebido por essas famílias tanto pelos vizinhos, como por outros componentes familiares, assim como pelo CRAS. Esta última forma de apoio aponta para o fortalecimento da estrutura emocional, política e material das famílias em condição de pobreza, tanto no que se refere ao acesso aos benefícios socioassistenciais. O CRAS proporciona ainda um espaço dialógico problematizador que incentiva a discussão política, o convívio e o fortalecimento de laços afetivos entre os moradores e

entre os membros das famílias, se contrapondo ao estigma de isolamento social geralmente associado aos pobres.

O segundo objetivo - compreender os afetos dos sujeitos pobres a partir das suas relações interpessoais, familiares, comunitárias e com o CRAS - é alcançado na medida em que se demonstrou que nas relações familiares conflituosas prevalecem os afetos de mágoa e indignação para com os filhos, que escolhem caminhos que divergem do futuro almejado pela mãe; de decepção, ao não conseguir estabelecer uma boa estrutura familiar o que incorre na responsabilização do marido por essa condição a quem direciona afetos de amor e ódio consonantes com uma flutuação de ânimo; de ciúme entre irmãos; de raiva momentânea provocada pelo marido e pelos filhos; de compaixão voltada para os filhos, pois quando eles sofrem a mãe também sofre.

De outro modo, a variação afetiva no encontro entre os corpos também acaba por promover relacionamentos familiares harmoniosos. Os afetos que contribuem para este estado são o amor direcionado tanto aos filhos, como às mães e aos netos, ou seja, a toda a família, e a alegria iminente gerada nesses relacionamentos. Além disso, o relacionamento amoroso com os filhos acaba influenciando em uma forma mais positiva de se posicionar frente ao mundo.

A família é avistada pelos participantes como lugar de união, carinho e felicidade e de reprodução ideológica e afetiva. Os afetos de alegria e de amor acabam por se configurarem nas relações familiares como elementos importantes para suportar a dor do sofrimento ocasionado pelas circunstâncias adversas da vida. Ademais, a gratidão e a benevolência demonstraram ser os afetos por excelência voltados para o apoio social das pessoas da comunidade e da política pública que acaba por transformar os afetos impotentes em potentes sendo essa transformação materializada nas práticas solidárias, ou seja, nas ações benevolentes.

Quanto ao objetivo de relacionar os sentidos dos afetos à vivência de pobreza, os afetos de tristeza, vergonha e humilhação se tornaram evidentes na vivência em condição de pobreza. Os participantes se sentem tristes pela impossibilidade de dar aquilo que os filhos pedem ou pela situação de fome que enfrentam. Sentem-se envergonhados mediante a necessidade de pedir ajuda em decorrência

da situação de privação que passam, assim como também se sentem envergonhados quando falam acerca das ocupações menos valorizadas pela sociedade, como a reciclagem, por exemplo. A humilhação é fomentada por concepções estigmatizadoras que promovem um falso julgamento sobre as pessoas e é sentida pelas famílias nos momentos de fome e privação de renda, pelos quais são coagidas, muitas vezes, a se submeterem a práticas de opressão e dominação enfraquecendo a sua potência de agir.

De outro modo, a tristeza e o medo decorrente da violência instaurada no cenário de pobreza apareceram como fonte de sofrimento psíquico, tendo em vista o desespero que sentiam quando presentificavam as experiências de violência urbana sofrida por familiares em meio ao risco de uma morte iminente de seus parentes. Associado ao medo instituem-se também posturas fatalistas sustentadas pelo pilar da crença religiosa.

O fatalismo se instaurou como estratégia de sobrevivência frente ao contexto de pobreza, cuja intervenção divina se apresentou como sendo propícia para a resolução de conflitos e para o alcance de conquistas mediante as dificuldades enfrentadas. A atribuição da responsabilidade dos fatos a Deus funciona como elemento amortecedor das tensões sociais e emocionais geradas pela insegurança do futuro da vida em condição de pobreza. A necessidade de uma explicação causal para os acontecimentos da vida pelo viés religioso muitas vezes impossibilita o homem de distinguir claramente verdadeiras causas gerando conformismo e resignação. Por outro lado, o fatalismo não se reporta a uma total indiferença frente ao mundo, pois as famílias não se eximem da responsabilidade de ter que lutar para alcançar seus objetivos e para sair da situação de privação.

Cabe salientar que as paixões tristes como a tristeza, a vergonha, a humilhação, a decepção e o medo deflagram o sofrimento ético-político enfrentado pelas famílias no contexto de pobreza. Isso reverbera na necessidade de cada vez mais se promover uma práxis libertadora que viabilize a expansão da potência humana desde que seja orientada por uma visão integral do sujeito a partir do conhecimento do contexto sociocultural no qual ele está inserido e das condições psicossociais que perpassam a compreensão dos afetos. Nesse contexto, a afetividade é avistada como um ins-

trumento de inclusão social e de mediação de posturas mais ativas frente ao mundo.

No percurso deste estudo, deparou-se também com o potencial vivo e pulsante dos afetos emergentes nas interações interpessoais, não somente entre os participantes, ou entre estes e sua família, ou entre eles e seus vizinhos, mas também entre eles e a pesquisadora enquanto facilitadora. Esta se permitiu ser afetada ao mesmo tempo em que observava a dinâmica dos sentimentos e o estabelecimento das relações afetivas durante o processo de pesquisa, o que leva a considerar que a afetividade impulsiona um movimento que se amplia em quantidade e qualidade. Essas relações podem fazer com que mais sentimentos que potencializam a expansão do ser surjam na continuidade dos encontros nas oficinas do PAIF.

Muitas dessas famílias não estão habituadas a terem seus sentimentos, ideias e experiências valorizadas por pessoas significativas, que geralmente agem de maneira invasiva e autoritária, ou até mesmo negligente, e desse modo comprometem o desenvolvimento da sua autonomia. Em contrapartida, a participação das famílias nas oficinas proporciona experimentar um espaço de acolhimento no qual são protagonistas de sua própria vida, por compartilharem com alguém que se importa com elas (seja a facilitadora, ou outros participantes) as experiências cotidianas a partir das discussões no grupo, resgatando, portanto, sua autonomia e confiança em si mesmas.

As dificuldades da pesquisa restringiram-se ao constante fluxo de inserção de novas famílias no PAIF na ausência dos participantes em alguns encontros ou no não cumprimento do horário acordado, o que dificultou a efetivação na aplicação do Questionário Socioeconômico a todos os representantes familiares. A falta de um pesquisador auxiliar em todos os encontros também revelou-se uma dificuldade, pois sua presença proporcionaria maior agilidade na aplicação do questionário. Outro fator adverso foi a preocupação de audiogravar os discursos ao mesmo tempo em que facilitava a oficina, tendo em vista que era necessário sempre aproximar-se da pessoa que falava para não perder os dados e a identificação de quem discursava, isso porque a sala em que ocorriam os encontros era bastante ampla.

De outro modo, as limitações metodológicas no estudo dos afetos associadas à adequação da realidade cognitiva e cultural das

famílias em condição de pobreza, lançou-se também como um importante desafio a ser superado. No entanto, a observação participante e a experiência laboral da pesquisadora com o público alvo da Política Pública de Assistência Social forneceu uma luz quanto ao uso de recursos e métodos que se aproximassem da realidade das famílias vulneráveis. Isso recaiu na escolha das oficinas com o uso de vídeos, músicas e imagens que fomentassem um diálogo problematizador e reflexivo, bem como por se caracterizar como um espaço que permitia os participantes compartilharem suas experiências e vivências afetivas.

Dentre as facilidades elenca-se o conhecimento do território em virtude de uma aproximação anterior proporcionada pelo exercício da atividade laboral no local da pesquisa. O trabalho também foi facilitado pela acolhida dos profissionais do CRAS, que prontamente se disponibilizaram para dividir o espaço com a pesquisadora tanto no que concerne ao planejamento das atividades quanto ao processo de facilitação das oficinas, aceitando retratar temas de interesse da pesquisa. O acolhimento, a disponibilidade e o respeito das famílias à proposta da pesquisa foram fundamentais para a formação de vínculo com a pesquisadora e para a realização das etapas da construção de dados. A abertura de suas casas para adentrar no contexto familiar e assim poder entrevistá-las também se compôs como um importante passo para o alcance dos objetivos da pesquisa. Há também a implicação como profissional e pesquisadora com a temática da pesquisa que instigou a busca por aprofundamento teórico e prático contribuindo para reflexões aqui apontadas.

Concebe-se que este trabalho é apenas um recorte diante das inúmeras possibilidades de pesquisar o tema da afetividade com pessoas em condição de pobreza. Por isso aponta-se para a necessidade de ampliar as considerações desse estudo em futuras investigações cuja atenção seja voltada também para a forma como os profissionais são afetados (em termos de afetos) na convivência diária com essa população. Desse modo, para as famílias o apoio social do CRAS, materializado nos atendimentos psicossociais dos profissionais, sobressaiu-se neste estudo como importante enfrentamento à pobreza. O olhar voltado para esses trabalhadores poderá tanto auxiliar no debate público sobre possíveis artimanhas estigmatiza-

doras e discriminatórias direcionadas para os usuários dessa política durante os atendimentos, como também para a observação do sofrimento psíquico que rodeia esses profissionais mediante condições cerceadoras de trabalho no trato com essas famílias.

Entende-se que as contribuições desta pesquisa para o campo do estudo dos afetos encontram-se nas reflexões sobre a dinâmica dos afetos em famílias envoltas por um contexto social bastante vulnerável. A compreensão a partir do enfoque histórico-cultural, alinhada à perspectiva psicossocial, proporcionou o conhecimento dos afetos sem desconsiderar a influência do contexto social, econômico, histórico e cultural, de modo que se avistou a forma como as famílias agem e enfrentam os entraves da pobreza. Além disso, a filosofia das paixões possibilita uma visão positiva do ser humano no sentido em que se passa a acreditar na capacidade do indivíduo em desenvolver-se em seu potencial, isto é, em sua existência, demonstrada neste trabalho em práticas de resistência à pobreza como o apoio social impulsionado por afetos de compaixão e benevolência.

A partir dos resultados desta pesquisa, confere-se, portanto, à alegria e aos demais afetos que dela derivam um caráter ético-político por serem afetos impulsionadores de ações transformadoras em que se entreveem as possibilidades e potencialidades de um povo marcado por estigmas sociais decorrentes da situação de pobreza em prol de uma vida mais digna. Por outro lado, ainda há a necessidade de combater práticas de dominação e opressão que fomentam os afetos tristes e os que deles procedem, como medo, vergonha e humilhação, por exemplo, que enfraquecem as potencialidades dos sujeitos pobres, a fim de favorecer o rompimento dos estigmas sociais que os envolvem.

Ao dar voz às famílias pobres, espera-se ter contribuído para o aprimoramento ou ainda para futuras propostas de intervenção da Política Pública de Assistência Social junto a essas famílias. Além de acreditar que no processo de pesquisa-intervenção, no momento em que os participantes trouxeram à tona a fonte dos seus sofrimentos, novas formas de existência e de enfiamento puderam ser avistadas.

Bibliografia

ACCORSSI, A. *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2011.

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012.

ADAME, E. et al. A. La pobreza, la ignorancia y la negligencia como causas de abandono de menores: un acercamiento a este fenómeno social en el estado de Morelos. [2010?]. Disponível em: <<http://acmor.org.mx/cuamweb/reportescongreso/2010/humanidades/341-%20Marymount-%20La%20pobreza,%20la%20ignorancia%20y%20la%20negligencia%20como%20causas%20de%20abandono%20de%20menores.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ANDRADE, A. G. S. *Família e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): avaliação do atendimento recebido*. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2014.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BAPTISTA, R. R. *A mediação emocional na constituição de um grupo comunitário*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETTO, L. O empreendedorismo como promotor da inclusão produtiva. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS, 2014. p. 385-408.

- BARROS, J. P. P. Interações em um grupo de discussão sobre saúde: estudo do seu caráter mediador na constituição subjetiva dos participantes. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BERTINI, F. M. A. *Mudanças urbanas e afetos: estudo de uma cidade planejada*. 2014. 221f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014a.
- BERTINI, F. M. A. A vivência ético-política-afetiva na comunidade. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, n. 31, p. 81-88, jul./dez. 2014b.
- BLANCO, A.; DÍAZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, v. 19, n. 4, p. 552-558, 2007.
- BOMFIM, Z. A. C. Cidade e afetividade como ética. In: BOMFIM, Z. A. C. *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BOTARELLI, A. *Exclusão e sofrimento: o lugar da afetividade em programas de atendimento às famílias pobres*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BOTARELLI, A. O potencial protetivo de famílias empobrecidas. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, v. 4, p. 81-89, 2011.
- BRANDÃO, A.; PEREIRA, R.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções do cotidiano na escola. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 215-232, 2013.
- BRANDÃO, A.; PEREIRA, R.; DALT, S. *Afetividade e transformação social: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório*. Sobral: Edições Universitárias, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso à educação e saúde. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/aceso-a-educacao-e-saude/aceso-a-educacao-e-saude>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cartilha: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social*. Brasil. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. *Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. *Política nacional de assistência social - PNAS/2004*. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. *Subcomissão especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as políticas de governo relacionadas às doenças determinadas pela pobreza*. Brasília: Câmara dos deputados, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/conheca-a-comissao/subcomissoes/relatorios-de-subcomissoes/relatorio-final-da-subcomissao-subpob>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 50-79.

CALDAS FILHO, C. R. Religião na literatura de cordel: análise da religiosidade popular no nordeste brasileiro. *Revista de Cultura Teológica*, v. 13, n. 52, p. 65-77, jul./set. 2005.

CAMPOS, O. H.; SILVA, T. M. Direito brasileiro e a família socioafetiva: a posse do estado do filho e o melhor interesse do menor. *Webartigos*, 15 maio 2014. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/direito-brasileiro-e-a-familia-socioafetiva-a-posse-do-estado-de-filho-e-o-melhor-interesse-do-menor/121700/#ixzz3So1LyuL3>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

CANEVACCI, M. *Dialética da família*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTRO, L. B. Conhecer, transformar (-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008. p. 21-42.

CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. Pesquisa-intervenção na infância e juventude: construindo caminhos. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008. p. 9-14.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafio. Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CIDADE, E. C. *Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo*. Fortaleza. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR, J. F; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 30, p. 87-98, jan./mar. 2012.

COLAÇO, V. F. R. *Interações em sala de aula: um estudo da atividade discursiva de crianças em séries iniciais*. 2001. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CORDEIRO, A. C. F.; MENEZES, J. A.; CASTRO, L. B. Oficinas da cidade em Fortaleza. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15. n. 1, p. 53-61, 2002.

COTTA, R. M. M. et al. Pobreza, injustiça, e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. *Revista brasileira de educação médica*, Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 278-286, 2007.

CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. A. *Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios perspectivas para a universalização da educação*. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013. p.1 09-124.

DALLOS, R. Métodos observacionais. In: BREAKWELL, G. M. et al. *Métodos de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 134-155.

DISTANTE, R. Subjective Well-Being, Income and Relative Concerns in the UK. *Soc Indic Res*, v. 113, p. 81-105, 2013.

DEMO, P. *Dureza: pobreza política de mulheres pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: THOMAZ, O. R. (Org.). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 325-355.

ESPINOSA, B. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI4_Brasil.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

FRONGILLO, E. A. Confronting myths about household food insecurity and excess weight. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 219-241, 2013.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Diagnóstico socioterritorial*. Fortaleza: SEMAS, 2011.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. *Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza*. Fortaleza: SDE, 2014. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u2015/25.02.2014_-_pesquisa_finalizada.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

FORTALEZA. Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rede sócio assistencial direta do município de Fortaleza em junho de 2015*. Fortaleza, 2015. 1 mapa, color.

FUSTER, E. G.; OCHOA, G. M. *Psicología social de la familia*. Barcelona: Paidós, 2004.

GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. F. R. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. *Estudos de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 381-387, set./dez. 2012.

GILZ, C. Os desafios e facilidades do uso do programa de software Atlas/ti na análise de dados da pesquisa: a coleção “redescobrimo o universo religioso” na formação do professor. Congresso Nacional de Educação, 7., 2007, Curitiba, PR. *Anais...* Curitiba, PR: Educere, 2007. Disponível em: <http://docplayer.com.br/20309265-Analise-de-dados-da-pesquisa-a-colecao-redescobrimo-o-universo-religioso-na-formacao-do-professor.html>>. Acesso em: 26 maio 2012.

GLEIZER, M. *Espinosa e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GÓIS, C. W. L. *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C. W. L. *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GOLDSMID, R.; FÉRES-CARNEIRO, T. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, v. 13, n. 2, p. 293-308, dez. 2007.

GOMES, L. G. N.; SILVA JÚNIOR, N. Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Cadernos Espinosanos*, v. 28, p. 39-58, 2013.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GONÇALVES FILHO, J. M. *Humilhação social: um problema político em psicologia*. *Psicologia USP online*, v. 9, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002#1not>. Acesso em: 13 abr. 2016.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HELLER, A. *Teoría de los sentimientos*. 3. ed. Barcelona: Fontamara, 1993.

HELLER, A. Conocer, pensar, sentir, actuar. In: HELLER, A. *La Ética General*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995. p. 163-176.

HINCAPIÉ, A. E. Violencia, vulnerabilidad y acción comunitaria. In: HINCAPIÉ, A. E (Comp.). *Sujetos políticos y acción comunitaria: claves para uma praxis de la psicologia social y de la clínica social-comunitaria em América Latina*. Medellín: UPB, 2010. p. 115-132.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Sínteses de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas*, Rio de Janeiro, n. 34, 2014.

CEARÁ. Secretária de planejamento. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica Do Ceará. *Índice de vulnerabilidade municipal composto*. Ceará: SEPLAG, 2007.

CEARÁ. Secretária de planejamento. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil Municipal de Fortaleza*. Tema VIII: O Mapa da Extrema Pobreza. (Informe nº 43). Fortaleza: IPECE, 2012. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_43_05_novembro_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS: UNESCO, 2009. p. 13-56.

JAIME, P. C.; AMARAL, M. A.; MAGALHÃES JÚNIOR, H. M. Ações de saúde no plano Brasil Sem Miséria: o acesso à saúde orientado pela superação de iniquidades. In: CAMPELLO, T; FALCÃO, T; COSTA, P. V. (Org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS, 2014. p. 603-634.

JAQUET, C. *A unidade do corpo e da mente: afetos, ações e paixões em Espinosa*. Tradução Marcos Ferreira de Paula e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KELLE, U. Análise com auxílio do computador: codificação e indexação. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 393-415.

KLIKSBERG, B. *América Latina: uma região de risco-pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Brasília: UNESCO, 2002.

LANE, S. T. M. Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético. In: HUTZ, C. S. (Org.). SIMPÓSIO BRASILEIRO DE

PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO DA ANPEPP. 2., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1989. p. 147-155.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 55-63.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LEME, A. P. Spinoza: o conatus e a liberdade humana. *Cadernos Espinosanos*, n. 28, p. 109-128, 2013.

LEWIS, O. The Culture of Poverty. *Scientific American*, v. 215, n. 4, p. 19-25, 1966. Disponível em: <<http://www.cccmaine.org/system/files/The%20Culture%20of%20Poverty,%20Lewis.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 75- 90.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C.; OLIVEIRA, J. L. *Uma análise da pobreza no Ceará em diferentes linhas de mensuração (Texto para discussão n. 87)*. Fortaleza: IPECE, 2010. Disponível em: <www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_87.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2014.

LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 91-106.

MADEIRA, Z. *Metodologia do trabalho social com famílias: um olhar das famílias em movimento*. 11 f. [2014?]. Mimeografado.

MAGALHÃES, A. S.; FERÉS-CARNEIRO, T. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: FERÉS-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 24-32.

MANZINI, E. J. *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUA-

LITATIVOS, 2, 2004, Baurú/SP. *Anais...* Baurú, SP: Universidade Sagrado Coração, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta, 1998.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. Disponível em: <<http://www.qir.com.br/?p=2906>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

MIOTO, R. C. T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, L. A. B. (Org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 51-66.

MONTERO, M. *Hacer para transformar: el método em la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTERO, M. Unión de actores sociales, participación comunitaria y ética em la ejecución de políticas públicas. In: HINCAPIÉ, A. E. (Comp.). *Sujetos políticos y acción comunitaria: claves para una praxis de la psicología social y de la clínica social-comunitaria em América Latina*. Medellín: UPB, 2010. p. 45-66.

MORAIS, N. A.; KOLLER, S. H.; RAFFAELLI, M. Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 11, n. 3, p. 779-791, jul./set. 2012.

MOURA JÚNIOR, J. F. et al. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 341-352, 2014.

MOURA JÚNIOR, J. F. *Pobreza multidimensional e bem estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação*. 2015. 202f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NASCIMENTO, M. L.; CUNHA, F. B.; VICENTE, L. M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia e Política*, v. 14, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=48&layout=html>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Cadernos de Pesquisas em Administração*, v. 1, n.3, p. 1-5, 1996.

NUNES, M. C. A.; ANDRADE, A. G. S.; MORAIS, N. A. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, v. 6, n. 2, p. 145-156, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: OLIVEIRA, M. K. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus Editorial, 1992. p. 23-34.

OLIVEIRA, N. H. D. *Recomeçar: família, filhos e desafios* São Paulo: Unesp, 2009. 236p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=8OMlokclGPYC&pg=PP1&lpq=PP1&dq=OLIVEIRA,+NHD.+Recome%C3%A7ar:+fam%C3%ADlia,+filhos+e+desafios&source=bl&ots=7HRcb1JIAI&sig=IDIDIUB1-F7Rx-3tdU9oCJdaLmug&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CCkQ6AEwAmoVChMI9JW-vbCNxglVwdCACHOLIQBb#v=onepage&q=OLIVEIRA%2C%20NHD.%20Recome%C3%A7ar%3A%20fam%C3%ADlia%2C%20filhos%20e%20desafios&f=false>>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. v. 16, n. 1, 2000, p. 71-79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2015.

PICCOLLOTO, V. C. *Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações: uma aplicação para a Grande Porto Alegre através dos indicadores fuzzy*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PINHO, A. M. M. *Pintando Janelas em Muros: a arte como método vivencial de facilitação de grupos populares*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 21, n. 80, p. 513-532, 2013.

PROGRAMA DAS NACÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Desenvolvimento Humano. A verdadeira riqueza das nações:*

vias para o desenvolvimento humano. New York: ONU, 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Sustentar o Progresso Humano*: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Relatório de Desenvolvimento Humano. New York: ONU, 2014. Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTUGAL, F. T. A pesquisa-intervenção e o diálogo com os agentes sociais. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: NAU, 2008. p. 15-20.

PREFEITURA DE FORTALEZA. *Aluguel social pago pela prefeitura aumenta de R\$ 350 para R\$ 420*. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/cidadania/aluguel-social-pago-pela-prefeitura-aumenta-de-r350-para-r420>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. M; CODO, W. *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 99-124.

RIBEIRO, C. A. *Curso introdutório ao SUAS. 2015*. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em <<http://orientapsi.cfp.org.br/courses/16>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil*, afinal de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, S. O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil. *Revista Economia*, Brasília, v. 13, n. 3a, p.629-645, set./dez. 2012.

ROCHA - COUTINHO, M. L. R. *Transmissão geracional e família na contemporaneidade*. In: BARROS, M. L. (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 91-106.

SANTOS, J. F. Q.; NAKAMURA, E.; MARTIN, D. A compreensão da depressão na população pobre, uma ocorrência mais (fortemente) social, do que uma doença (fracamente) clínica. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 313-322, jan./jun. 2007.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p.11-28, 2004.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2009.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 31-50.

SAWAIA, B. B. A emoção como *locus* de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL, 3., 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Disponível em: <www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In: BRASIL. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: Cenpec, 2003. p. 53-64.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade* 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 97-119.

SAWAIA, B. B. *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 35-53.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 51-64.

SEN, A. Cultural liberty and human development. In: United Nations Development Programme. *Human development report 2004: cultural*

liberty is today's diverse world. UNDP: New York, 2004. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_complete.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SETÚBAL, M. A. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 91, p. 345-366, 2010.

SIERRA, V. M. *Família: teorias e debate*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31 - 42.

SIQUEIRA, A. C. *Instituições de Abrigo, Família e Redes de Apoio Social e Afetivo em Transições Ecológicas na Adolescência*. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, M. F. *Das formas instituídas às contradições reveladas: análise da práxis educacional das políticas públicas de assistência social*. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

SPOSATI, A. *Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes*. In: MDS; UNESCO (Org.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS, UNESCO, 2009. p. 13-56.

SPOSATI, A. *Estudo da capacidade protetiva das famílias beneficiárias de programas federais de transferência de renda em regiões periféricas metropolitanas*. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Estudo%20da%20capacidade%20protetiva%20das%20familias%20beneficiarias%20de%20programas%20federais%20de%20transferencias%20de%20renda%20em%20regioes%20perifericas%20metropolitanas.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

STEVOLO, P. L. Finalismo e superstição em Espinosa: a falsidade da liberdade causal da mente. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, n. 33, jul./dez. 2015.

TEIXEIRA, S. M. *Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviço de apoio a família*. *SER social*, Brasília, v. 12, n. 27, p. 63-87, jul./dez. 2010.

THIOLLENT, M. *A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária*. [200-]. Disponível em: <<http://server2.docfoc.com/uploads/Z2015/12/17/plff1cevax/77a842248f9885c2540e76e8d58f1e37.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

TRINDADE, R. *Espinosa - Razão*. 2013. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/10/31/espinosa-e-o-segundo-genero-do-conhecimento/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

TRINDADE, R. *Espinosa - Origem e natureza dos afetos*. 2014. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2014/07/15/espinosa-origem-e-natureza-dos-afetos/>>. Acesso em: 12 maio 2015.

TRINDADE, R. *Afetos (Bio)políticos - Esperança*. 2016. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2016/03/27/afetos-biopoliticos-esperanca/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Infância e adolescência no Brasil. [200-?]. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 7-14, 1999.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 107-120.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. Génesis de las funciones psíquicas superiores. In: VYGOTSKY, L. S. *Obras escolhidas (Vol. III)*. Madrid: Visor, 1995. p. 139-168.

VYGOTSKY, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

VYGOTSKY, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

VYGOTSKY, L. S. Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 23-44, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e palavra: a construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. *Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico*. Tradução Judith Vaiplana. Madrid: Akal, 2004.

YUNES, M. A. M. *A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda*. 2001. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007.

ZANELLA, A. V. et al. Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 25-33, maio/ago, 2007.

ZAVALETA, R. *The Ability to go about without Shame: A proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation*. OPHI Working Paper, n. 3, p. 1-30, 2007. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

A autora

Janaína Miranda Cruz

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Especialista em Psicologia Social e Comunitária e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É pesquisadora colaboradora do Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM/UFC) e Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ (Aracati/CE). Atua como psicóloga na política pública de Assistência Social e possui experiência em pesquisas nas áreas de Psicologia Social e Comunitária com ênfase nos temas da pobreza, políticas públicas e afetividade.



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa.ufc@pradm.ufc.br



Os livros que compõem esta coleção são oriundos de monografias, dissertações e teses feitas no âmbito do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e premiadas na Semana de Humanidades. Além de incentivar as produções discentes, espera-se com isso divulgar trabalhos de pesquisa primorosos que atentem para questões da sociedade contemporânea.

Com isso, a universidade cumpre seu papel de ser propulsora do conhecimento e de contribuir para a divulgação científica que tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais democrática e transparente.

